UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Curso de Mestrado

Renata Lucia Lima de Sousa

VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA, PERIFÉRICA e o papel do aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe.

Rio de Janeiro
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Curso de Mestrado

Renata Lucia Lima de Sousa

VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA, PERIFÉRICA e o papel do aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe.

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Fernando José Gastal de Castro.

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

L394 Lucia Lima de Sousa, Renata
VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA, PERIFÉRICA e o papel do aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe. / Renata Lucia Lima de Sousa. -- Rio de Janeiro, 2024.
135 f.

Orientador: Fernando José Gastal de Castro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

1. Mulheres negras. 2. Trabalho. 3. Racismo. 4. Machismo. 5. Aquilombamento. I. José Gastal de Castro, Fernando , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Renata Lucia Lima de Sousa

VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA, PERIFÉRICA e o papel do aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Fernando José Gastal de Castro (Orientador) – PPGP/UFRJ

_____

Prof.ª Dr.ª Rachel Gouveia Passos – PPGSS/UFRJ

_____

Prof. Dr. Francisco Teixeira Portugal – PPGP/UFRJ

Suplentes:

_____

Prof. Dr. João Batista de Oliveira Ferreira – PPGP/UFRJ

_____

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio – EICOS/UFRJ

Rio de Janeiro
2024

Para todas as mulheres negras, trabalhadoras e periféricas de hoje e de ontem, que sustentam esta nação desde 1500.

Para minha mãe, Sueli Lima. Eu não consigo expressar o que você representa e o quanto o que eu sou é pela mulher indescritível que você é. Mãe, essa pesquisa é sobre nós, esse texto é sobre você. Eu te amo!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Fernando Gastal, pelo conhecimento partilhado e orientação ao logo desta escrita, mas muito, muito mais por toda a compreensão, flexibilidade e empatia que eu não esperava encontrar em um homem branco, mas que existiram e foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

A Juliana Figueiredo, minha amiga e coordenadora em dois vínculos de trabalho, o último deles vivido nos dois primeiros anos do mestrado, período em que ela não só me deu todo apoio e incentivo que pode, mas também flexibilizou meus horários e as compensações destes para que eu pudesse sair mais cedo, atravessar a cidade de Sepetiba até a Urca, em cerca de 3hs de viagens (só ida) e assim conseguir estar nas aulas e no grupo de pesquisa.

A todas as mulheres negras, trabalhadoras e periféricas que muito gentilmente cederam seu tempo e partilharam um pouco de suas dores e conquistas comigo. Como sempre disse, sei que muitos foram relatos delicados e emocionantes, e pela disponibilidade de, mesmo assim, aceitarem falar sobre isso. Minha eterna gratidão. Vocês são incríveis, potentes e levam esse país nas costas.

Aos meus amigos Jussie Monteiro, Karin Branco, Hannah Coutinho, Ian José, Vanessa Brito, Vanessa Delgado e Fernanda Motta. Alguns me cederam textos, leram e opinaram sobre este trabalho, e partilharam muitas das minhas inquietações com o mesmo. Outros acompanharam de perto as reviravoltas que minha vida deu durante os 3 anos deste curso e foram ouvidos, braços e suporte em diferentes momentos. Todos foram importantes e contribuíram para eu estar hoje de pé.

A minha família, especialmente aos meus pais Leonidas e Sueli. Esta última, uma mulher negra e periférica, que no auge dos seus 74 anos ainda trabalha diariamente dentro e fora de casa, resultado de uma sociedade capitalista e patriarcal, e para quem sonho ainda ofertar a oportunidade de, ao menos no fim de sua vida, poder apenas desfrutar dela.

Aos meus irmãos em Cristo e todos da minha comunidade de fé que oraram e oram por mim e para que este projeto se concretizasse.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta jornada, muito obrigada. Às vezes, o que a gente precisa é de pessoas que aceitem nossas limitações, acreditem que isso não nos torna menos capazes e facilitem a nossa vida – de diversas e diferentes formas – para podermos alcançar nossos objetivos.

Maria, Maria

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

Milton Nascimento

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa que investiga as formas com a qual mulheres negras lidam com os sentimentos oriundos das experiências de discriminações racistas, machistas e classistas vividas nos espaços de trabalho. A pesquisa teve como objetivo descrever as vivências discriminatórias de mulheres negras nos espaços de trabalho, como elas elaboram emocionalmente tais situações de discriminação e preconceito vividos nessas relações, e investigar o papel do coletivo e do aquilombamento em todo esse processo. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que apresentasse a influência da formação sócio-histórica brasileira na concepção de racialidade e gênero concebidas hoje pela sociedade contemporânea, a relação entre gênero, raça e classe, bem como pesquisa de campo com entrevistas a mulheres negras inseridas no mercado de trabalho. E assim, pretendemos com esta dissertação contribuir para a visibilidade dessas mulheres e suas dores, para a conscientização social das limitantes estruturas que estão postas para elas e para que mulheres negras percebam a importância de espaços seguros de acolhimento para o enfrentarmos das discriminações que sofrem em suas vidas.

Palavras-chave: Mulheres negras, Trabalho, Racismo, Machismo, Aquilombamento.

ABSTRACT

This work presents the results of research that investigates the ways in which black women deal with feelings arising from experiences of racist, sexist and classist discrimination experienced in the work environment. The research aimed to describe the discriminatory experiences of black women in work environment, how they emotionally elaborate on such situations of discrimination and prejudice experienced in these relationships, and investigate the role of the collective and aquilombamento in this entire process. To this end, bibliographical research was carried out to present the influence of Brazilian socio-historical formation on the conception of raciality and gender as conceived today by contemporary society, the relationship among gender, race and class, as well as field research with interviews with black women inserted in the market of work. And so, with this dissertation we intend to contribute to the visibility of these women and their pain, to raise social awareness of the limiting structures that are placed on them and for black women to realize the importance of safe welcoming environment to face the discrimination they suffer in their lives.

Keywords: Black women, Work, Racism, Machismo, Aquilombamento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. 56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. 86
Gráfico 2. 87
Gráfico 3. 87
Gráfico 4. 88
Gráfico 5. 89
Gráfico 6. 89
Gráfico 7. 90
Gráfico 8. 91
Gráfico 9. 119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1: O SISTEMA SOCIAL PERIFÉRICO NO BRASIL 25

1.1. A mulher negra, trabalhadora e periférica 25

1.2. Estuda que a vida muda (e será que o racismo some?) 32

CAPÍTULO 2: A DINÂMICA PSICOSSOCIAL DA BRANQUITUDE. 39

2.1. Como é trabalhar com gente branca 63

2.2. O racismo estrutural está em nós também 68

CAPÍTULO 3. AQUILOMBAMENTO 72

3.1. O Quilombo e o Aquilombamento 72

3.2. O Quilombo moderno: formas de Aquilombamento 80

3.3. A mulher negra aquilombada: análise das entrevistas 86

CONCLUSÃO 124

REFERÊNCIAS 129

APÊNDICE 131

INTRODUÇÃO

Dia após dia torna-se cada vez mais frequente ouvir os relatos de vivência e inquietações de mulheres negras e trabalhadoras frente aos desafios de conquistar novos espaços além da periferia. Nesses relatos percebemos que, à medida que é possível para estas mulheres ter acesso aos novos espaços, muitas vezes através de políticas afirmativas, maiores são os desafios e os esforços para que elas garantam seus direitos à permanência neles.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (IBGE), mulheres são maioria da população brasileira, já em 2021, da população residente no Brasil era estimada em 212,7 milhões de pessoas, sendo 108,7 milhões (51,1%) de mulheres, enquanto os homens correspondiam a 103,9 milhões (48,9%), e apesar de seu expressivo quantitativo na população, mulheres ainda encontram muita dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho de forma paritária e igualitária aos homens: são elas que recebem os menores salários, apesar de muitas vezes acumularem mais responsabilidades; são elas que possuem jornadas laborativas maiores e que ocupam em menor quantidade os cargos de gerência ou liderança, apesar de muitas vezes serem mais qualificadas tecnicamente. Se considerarmos apenas as mulheres negras, os dados apresentados por Lima (2022) afirmam que em 2021 elas lideravam as taxas de desemprego e de subutilização, 18,2% e 40,5% respectivamente; por consequência representavam 39,8% de pessoas em extrema pobreza e 38,1% da pobreza. Evidenciando o alto grau de vulnerabilidade a qual está sujeita esta população ela acrescenta ainda que estas mulheres representam também 68% das mortes maternas e 47,9% das internações por aborto contra 24,8% entre as mulheres brancas, e ainda são maioria entre mulheres encarceradas e vítimas de homicídios.

Falando ainda especificamente de mulheres negras, quando o tema é trabalho, as dificuldades de inserção neste mercado são potencializadas pela sua raça, impedindo inclusive que muitas delas consigam ingressar formalmente neste. Contudo, a necessidade de renda faz com que essas mulheres encontrem formas alternativas e informais de sobrevivência, na maior parte das vezes, inseridas nos territórios onde vivem. Segundo Carneiro (2011), em 2011, desta mão de obra feminina negra, constatava-se que 79,4% estavam ocupadas em atividades manuais. Destas, 51% eram alocadas no emprego doméstico e 28,4% eram lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e realizam atividades de limpeza. Recentemente, Cida Bento publicou em

seu livro *O Pacto da Branquitude* (2022) dados de 2019, apontando que a população negra trabalha 2 horas a mais que a população branca e que ganha em média 30% menos que a população não negra, ambos os dados em todas as regiões do Brasil. Já em 2022, Janaína Feijó publicou um estudo que aponta a queda de mulheres negras formalmente inseridas no mercado de trabalho, enquanto aumenta o número dessas mesmas mulheres no mercado informal. Segundo ela, no primeiro trimestre de 2022, 43,3% das mulheres negras estavam em postos de trabalho informais, sendo a dos homens brancos e amarelos 34,8% e das mulheres brancas e amarelas 32,7%, ficando abaixo apenas da taxa entre homens negros 46,6%. Quando falamos sobre rendimentos, as mulheres negras ainda são as que apresentam os menores salários, sendo em 2022, segundo Feijó (2022), sua renda média menos da metade da renda média de um homem branco e equivalente a 60% renda média das mulheres brancas e amarelas. Segundo Carneiro (2011), aquelas que conseguem, de alguma forma, adentrar ao mercado formal não enfrentam menores dificuldades do que aquelas que estão informais, apenas são expostas a problemas diferentes, permeados não só pelo fato de serem mulheres, mas, sobretudo mulheres negras, pois “quando empregadas, mulheres negras ganham em média metade do que ganham mulheres brancas e quatro vezes menos que homens brancos” (Carneiro, 2011, p. 129), corroborando os dados de Feijó.

É importante esclarecer aqui que entendemos haver dentro da população negra diferentes tons de pele, que inclusive estabelece uma hierarquização de valor social para estas pessoas, e que pessoas negras de pele clara ou não retinta, também nomeadas de pardas, e por alguns de morenas, podem experienciar as discriminações de raça de forma menos direta do que pessoas negras retintas. Porém, para os objetivos desta pesquisa é importante contemplar todas as mulheres negras, inclusive para corroborar – ou não – com estas afirmações. Por isso, estaremos utilizando ao longo da presente dissertação o termo designado atualmente no Brasil para identificar a soma de pretos e pardos, ou seja, ao longo do presente texto utilizaremos a categoria negra para nos referirmos às pessoas pretas e pardas, pois apesar de compreendermos as diferentes nuances do racismo que afetam ambas, e que mulheres pretas tendem a experienciar os efeitos deste tratamento forma mais incisiva e contundente, aqui nos importa as experiências históricas, vivenciadas e narradas por todas as mulheres negras.

Em sua maioria, os dados e os relatos descritos acima são de mulheres negras e periféricas que expressam suas histórias, vivências e experiências através de falas que para além da dificuldade de acesso ao emprego, quase sempre contém um elemento em comum: as dificuldades e restrições de acesso aos espaços não periféricos. Trata-se de um dado que expressa “um dos legados concretos da escravidão, que diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos” (Gonzales, 2020, p. 35), revelando e refletindo traços marcantes e persistentes na formação sócio-histórica do Brasil, ou seja, trata-se de uma trajetória profundamente marcada pelo machismo e patriarcado, pelo racismo, e pela concentração de renda e desigualdade social.

Mas mesmo frente a toda adversidade, algumas dessas mulheres negras e periféricas conseguiram ingressar e cursar o ensino superior, e chegar à pós-graduação. Uma parte delas se inseriu no mercado de trabalho em suas áreas de formação, porém em uma trajetória atravessada pelas barreiras que estão postas apenas para mulheres negras, sobretudo nos espaços laborativos, onde constantemente sua capacidade é questionada em detrimento de sua cor e do gênero. Eu sou uma dessas mulheres.

Eu sou uma mulher negra, que esteve por toda a vida residindo em um bairro periférico, porém, incentivada pela família, busquei na educação uma estratégia para deixar a precariedade da vida vivida até então, e após quatro anos estudando por conta própria e realizando vestibulares, em 2004 ingressei no curso de Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), única universidade para a qual eu prestara concurso por ser também a única na qual eu gastaria apenas um transporte para chegar. Esse foi o primeiro dado de inacessibilidade a ser identificado por mim de forma mais evidente.

Apesar das universidades serem públicas e gratuitas, o acesso e a permanência nelas – tanto financeiramente, e mais tarde descobri que também subjetivamente – é extremamente dificultosa. Ao longo dos 5 anos de curso na UERJ não encontrei nenhum professor negro e poucos eram os alunos negros no curso – mesmo a universidade tendo sido, já neste ano, a única a efetivar políticas afirmativa através do sistema de cotas.

Com muita dedicação e ajuda, fui uma das mulheres citadas acima: que concluiu o ensino superior e, inclusive, se pós-graduou, contudo, minha identificação com essas mulheres não termina aí. Reconheço que minha trajetória teve um pequeno diferencial, puder, após minha graduação, exercer o direito de atuar profissionalmente apenas como psicóloga, e ainda que a muito custo ser contratada formalmente como tal. Isso me trouxe outra percepção, a de que na maior parte das vezes, nos espaços de trabalho em que eu estava, pessoas negras eram sempre minoria em funções de nível superior. Quando eu não era a única, tinha apenas mais uma pessoa, somando um total de duas pessoas negras com nível superior em todo o espaço de trabalho. Quando penso em gestão, afirmo que ao longo de toda a minha trajetória profissional até o presente momento, apenas uma única vez estive sob liderança de uma pessoa negra: um homem. Nunca uma mulher negra. Ademais, apesar de toda experiência e qualificação que adquiri ao longo dos 15 anos de atuação profissional e do manifesto desejo de ocupar esses lugares de gestão e liderança, só recentemente, já aos 42 anos tive esta oportunidade, o que me despertou para mais este dado: como uma mulher negra e periférica, não é difícil apenas acessar e concluir o ensino superior, é ainda mais difícil adentrar ao mercado de trabalho e quase impossível ocupar cargos de gestão e liderança, pois nesta mesma trajetória profissional pessoas brancas, que iniciaram sua formação acadêmica e profissional junto a mim e na maior parte das vezes com a mesma – ou inferior – qualificação, ocuparam mais rapidamente a coordenação de equipamentos dos quais eu fazia parte e fora até mesmo indicada para o cargo, mas eu nunca cheguei a ele.

Tudo isso me trouxe o seguinte questionamento – hoje sei que é o mesmo questionamento feito por tantas outras mulheres negras: eu não sou competente o suficiente? Eu não realizo um trabalho de excelência? Há algo de errado comigo? E então me deparo com a dura resposta: eu sou uma mulher negra. Com esta resposta surge uma segunda pergunta: será que eu sou a única mulher negra que vivencia isso? Porque se sim, de fato há algo errado apenas comigo - e que bom, assim eu posso ao menos tentar resolver. Mas se não, se outras mulheres negras vivem estas mesmas experiências, temos um problema maior, um problema social, um problema estrutural, um problema de classe, de gênero e de raça. É a partir dessas vivências, questionamentos e conclusões que chegamos ao problema de pesquisa que responderemos nesta dissertação e que será detalhadamente exposto adiante.

Corroboro com Carneiro (2011), quando destaca que apesar das comemorações em torno da ascensão gradativa de mulheres às esferas de poder ao longo dos últimos anos, espaços que historicamente foram reservados aos homens, omite-se que as mulheres negras não experimentam esta mesma diversidade de funções sociais que sua luta produziu. Nas raras ocasiões em que uma mulher negra chega a este lugar de poder, tem creditado às relações fraternais e até mesmo sexuais, os postos de trabalho para os quais foi designada. Não se admite que ela os tenha alcançado em função de sua habilidade, capacidade e/ou qualificação técnica/profissional. Não é crível que uma mulher negra ocupe uma posição de gerência, por exemplo, sem ter sido indicada para tal cargo a pedido de um amigo ou parente, ou ainda sem que ela tenha mantido relacionamento sexual com alguém em situação de poder em troca de tal posição, reforçando o estereótipo de que a mulher negra existe para atender aos desejos sexuais dos homens, que esta é a sua “habilidade”, e que somente através disso ela pode alcançar algo. Isso quando estes lugares são legados a mulheres negras, pois ainda existem muitas mulheres que tão pouco conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal, mesmo que possuam alta qualificação, encontrando como alternativa o mercado informal para conseguir buscar o sustento.

Mulheres negras continuam enfrentando dificuldades, discriminação e racismo em suas vidas, tenham elas vínculos empregatícios (formais ou informais) ou não. Esta configuração social (excludente e discriminatória) afeta sua saúde física e mental, privando estas mulheres de terem mínima qualidade de vida e condições dignas de sobrevivência. A ausência de políticas públicas universais, atrelada a uma sociedade excludente, fundada sob o racismo limitou – e ainda limita – a participação de pessoas negras de todos os espaços intelectuais, de cuidado, de lazer, de conforto, de trabalho digno e de poder ao longo dos anos.

Entendendo que esta mesma sociedade também se constitui sob o machismo, podemos concluir que ele contribuiu decisivamente para o apagamento de mulheres negras na história até os dias de hoje. Dificilmente encontramos a menção de mulheres na história do país, sobretudo mulheres negras, participantes, e até mesmo líderes, em batalhas, como a Revolta dos Malês, na Bahia em 1835. Raras são as obras, como Becos da Memória, de Conceição Evaristo, onde mulheres – e mulheres negras – têm o protagonismo da narrativa.

Aqui citamos Evaristo para exemplificar os entraves que a mulher negra encontra para o seu devido reconhecimento, assim como as tentativas de apagamento da mulher negra da vida cotidiana. Um exemplo disso são as autoras negras, que, em geral, encontram dificuldades na publicação de suas obras devido à falta de reconhecimento no Brasil. E não só isso, mas também ao fato de que muitas vezes suas escritas colocam a mulher negra no centro da cena, dão protagonismo a lavadeiras, cuidadoras, faxineiras, às mulheres negras e pobres de forma crítica, narrando nada mais do que a vida de inúmeras trabalhadoras negras brasileiras. Essa constatação é importante porque reforça o fato da mulher negra até hoje encontrar dificuldade para identificar seu lugar no mundo. Seu apagamento da história desse país e a falta de representatividade em diversas frentes, inclusive na arte, contribuem para que elas acabem por aceitar os lugares que lhe são designados: os desprovidos de prestígio, de reconhecimento, valor, dignidade, etc. O próprio livro Becos da Memória, de Conceição Evaristo, foi escrito entre os anos de 1987/1988, porém publicado pela primeira vez apenas no ano de 2006, quase 20 anos após sua finalização. Tal demora e dificuldades de publicação são atribuídas não somente à resistência em publicar-se obras de autoras negras, mas também justamente ao fato de o livro em questão narrar a vida e o cotidiano de pessoas da mesma raça da autora, negra, sobretudo as mulheres. Parece haver a crença de que a história do povo negro não é “interessante” para ser contada, que dirá a história de mulheres negras deva ser publicada, divulgada e denunciada. Neste livro, a história é contada a partir do olhar de uma jovem negra, que narra as vivências do povo negro numa comunidade onde moram, dando destaque e visibilidade às mulheres desse povo.

Ao ilustrar a vida cotidiana de mulheres negras, o texto de Evaristo evidencia a vida real destas mulheres, protagonistas, não só no livro, mas na maior parte dos espaços onde estão, contudo, sem o devido respeito e reconhecimento em função da estrutura machista sob a qual vivemos que colocam tais mulheres a margem social, sem direito de acesso, oportunidades, dignidades como pessoas e aos mais diferentes espaços.

Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional, pude encontrar essas mulheres negras e periféricas que expressavam suas histórias, vivências e experiências por meio de relatos que continham elementos muito semelhantes aos que identifico e narrei aqui de minha própria jornada: restrições e dificuldades de acesso a

tudo que pode ser experienciado fora da periferia e formas de elaborar essas dificuldades através da relação com outras mulheres – muitas vezes negras, individualmente ou em espaços onde o compartilhamento das vivências experienciadas nos locais de trabalho sejam acolhidas, refletidas e denunciadas. Suponho então que minha história não se trate de um caso isolado, mas sim de mais um caso pertencente à estrutura social que está posta para mulheres negras, sobretudo às periféricas.

O presente texto nasce de minhas próprias inquietações e da escuta do relato de vivência dessas mulheres negras, periféricas e trabalhadoras, muitas vezes desde a adolescência, como eu, frente aos desafios de conquistar novos espaços além da periferia. Trata-se, portanto, de uma inquietação frente à descoberta de que as consequências dessa formação sócio-histórica brasileira miram a mulher negra como alvo do machismo, do racismo e do classismo, e que o trabalho, ao invés de ser uma estratégia de resistência e subsistência, para essas mulheres é um campo latente de ataques de toda ordem discriminatória.

Nesta pesquisa recortamos o espaço de trabalho como campo de manifestação das discriminações das quais falamos até aqui: o classismo, machismo, e principalmente o racismo, buscando descrever como se estabelecem e se desenvolvem as relações de mulheres negras trabalhadoras com suas respectivas atividades laborativas.

O racismo opera no mercado de trabalho de diferentes formas, das mais sutis às mais expositivas, sendo o cabelo um dos principais focos dessas manifestações diretas racistas. Pedidos para que as mulheres negras e com cabelos crespos os “arrumem”[1], prendam ou até alisem para que “fiquem para baixo”. Além disso, as falas que duvidam de nossa capacitação profissional, questionando nosso currículo, nossa forma de acesso aos postos de trabalho ou ainda a capacidade de ter feito cursos de graduação considerados elitistas. Dificilmente duvida-se que uma mulher negra seja professora do ensino fundamental ou enfermeira – profissões tidas socialmente como de menor prestígio –, mas sempre causa espanto uma mulher negra advogada ou médica. Essa última forma de tratamento dada às mulheres negras também pode ser considerada

[1] Segundo o dicionário Michaelis, “arrumar” significa pôr algo, no caso aqui o cabelo, em certa ordem conveniente ou apropriada. Neste tipo de fala, fica claro que o cabelo da pessoa negra não é conveniente a quem a contrata ou apropriada àquele espaço de trabalho. Porém, a partir de quando ou quem tem autoridade para estabelecer o que é um penteado de cabelo negro adequado ou conveniente?

uma manifestação machista, uma vez que mulheres em geral são tidas como menos capazes profissionalmente do que os homens, que comumente são os que ocupam os espaços de poder, homens e brancos, desta forma uma mulher negra em posição de gerência ou CEO de uma empresa sempre tem questionado os meios e caminhos que percorreu para chegar até ali, muitas vezes especulando-se a troca de favores em benefício do cargo. Nessas situações, acreditamos que mulheres negras se sentem sozinhas, uma vez que dificilmente encontrará outra mulher negra na mesma posição de poder que a sua, e é muito mais difícil enfrentar o machismo e o racismo quando estamos sozinhas.

Por isso acreditamos que a possibilidade de estar entre pares, com outras mulheres, e com mulheres negras em espaços de acolhimento, suporte e luta, como os coletivos femininos ou os espaços que aqui chamaremos de aquilombamento, possam ser caminhos para a ressignificação dessas experiências discriminatórias e instrumentalização para enfrentar as situações diárias as quais são submetidas.

Nosso principal objetivo com esta pesquisa foi descrever as vivências discriminatórias de mulheres negras nos espaços de trabalho, como elas elaboram emocionalmente tais situações de discriminação e preconceito vividos nessas relações, e investigar o papel do coletivo e do aquilombamento em todo esse processo. Além disso, foi também necessário nesse percurso, para alcançarmos nosso principal objetivo, identificarmos como se dá a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho e emprego; compreender como se estabelece sua relação com o trabalho; investigar as discriminações de raça, gênero e classe no espaço de trabalho destas mulheres e o impacto psicológico de tais discriminações; e ainda averiguar se os espaços de coletividade e aquilombamento têm papel de importância na elaboração dos sentimentos vindos dessas experiências. Para isso realizamos pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, trabalho de campo e entrevistas.

Sendo a autora desta pesquisa residente na cidade do Rio de Janeiro, foi delimitado geograficamente que a região metropolitana[2] deste estado seria estabelecida como território para selecionar as participantes da pesquisa. Entendendo

[2] De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro corresponde aos municípios de: Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Paracambi, Petrópolis, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Guapimirim e Rio de Janeiro.

que mulheres negras, em geral, iniciam suas atividades laborativas muito jovens, de maneira informal e quase nunca as encerram com a aposentadoria definida na CLT[3], decidimos por estipular uma ampliada faixa etária, de 20 a 65 anos, o que nos permitiu também colher experiências laborais vivenciadas em diferentes décadas. Era fundamental para a realização desta pesquisa colher as experiências vividas nos espaços de trabalho e entendemos que mulheres negras inseridas em atividades laborativas ou em uma relação profissional no momento da entrevista, seriam aquelas que poderiam estar vivenciando as situações de discriminação descritas aqui e que teriam memórias mais claras de tais experiências. Por isso foi decidido que todas as participantes estivessem inseridas formalmente ou não no mercado de trabalho, assim, através da escuta às suas falas, poderíamos trazer à cena experiências que nos ajudariam a compreender como se dão as manifestações de discriminações aqui investigadas e, sobretudo, como estas mulheres elaboram tais vivências. Já o formato escolhido para as entrevistas foi o semi-estruturado: utilizamos um roteiro com perguntas objetivas, mas, ao mesmo tempo flexível, de modo que a entrevistadora pudesse realizar novas perguntas, que não estavam no roteiro inicial, a medida que a participante narrava suas experiências, deixando a entrevista ainda mais rica e dinâmica. Tais entrevistas foram realizadas presencialmente com algumas participantes, já com outras, por motivos diversos, não foi possível o encontro presencial, e desta forma, as entrevistas foram realizadas remotamente através do aplicativo Google Meet, e as mulheres entrevistas foram indicadas por profissionais ou acadêmicos que conheciam a temática desta pesquisa, ou ainda mulheres que fizeram parte da minha trajetória profissional ou acadêmica. O tempo médio de cada entrevista foi de 1 hora e a todas as 20 participantes voluntárias foi entregue o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ), aprovado sob os números: UFRJ – Número do CAAE: 71738423.3.0000.5582 e Número do Parecer: 6.624.313.

Adotamos neste trabalho de investigação a inspiração cartográfica. Ao longo dele podemos perceber os alinhamentos de ambas as propostas: a investigação cartográfica e esta pesquisa, e ao fim da mesma tivemos a certeza de que esta foi, sem

[3] Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), lei criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para regular as relações de trabalho no Brasil.

dúvida, a melhor escolha. Com essa metodologia, acreditávamos que poderíamos manter um posicionamento flexível e aberto a tudo aquilo que emergiria no contexto de problematização no qual se situou este estudo, produzindo algo para além do que um texto pode captar: experiências em encontros de aquilombamentos.

Quando falamos em metodologia cartográfica falamos de uma prática em pesquisa, um método interventivo, entendendo que toda pesquisa é intervenção, que produz mudança no campo e gera a possibilidade de novos conhecimentos e transformação não só no sujeito pesquisado, mas em todos os envolvidos na pesquisa. A rigor, um método (*metá-hódos*) seria um caminho (*hódos*) determinado por metas (*metá*), já na cartografia subvertemos essa lógica fazendo com que as metas sejam determinadas pelo caminho a ser percorrido. Corroborando com Passos, Kastrup e Escóssia (2020), não tomamos a cartografia como um método sem direção ou orientação, mas sim como uma imersão nas experiências que surgem no campo da pesquisa de modo que estas possam ser pista que orientem a direção a ser seguida, sem obrigatoriamente indicar um ponto de chegada, ou em nosso caso, a confirmação ou não de uma hipótese previamente estabelecida, pois a pesquisa – e as conclusões – se fazem ao longo do pesquisar. Na metodologia cartográfica não estabelecemos os objetivos a serem alcançados de forma rígida e inflexível, perseguindo-os a todo custo, justamente porque nossa análise propõe pensar a realidade a partir de outros dispositivos para além dos tradicionalmente científicos, buscamos estabelecer o plano a ser seguido durante a trajetória, observando o que se dá entre objeto e pesquisador e entre estes e o campo, conhecendo não só estes, mas sobretudo aquilo emerge dos encontros vivenciados neste território pesquisado, criando a partir destas experiências conclusões. Tais conclusões, contudo, não são fechadas em si, pois na cartografia podemos pensar em ciclos, onde o desfecho de algo gera algo novo, e desta forma, não há uma conclusão final, mas sim há a conclusão em que a pesquisadora em questão chegou neste momento.

Lembramos que aqui, sendo objeto de minha própria pesquisa, sou também praticante do que Costa (2014) vai chamar de “pesquisa suja”. Isso significa que na metodologia cartográfica não é possível ao pesquisador pesquisar o que “está lá”, é preciso estar junto, implicado no método, sem se manter neutro ou distante, mas afetando e sendo afetado tanto por seu objeto quanto pelo campo no qual ele está inserido, e neste sentido é “sujo” à medida que se rejeita o higiênico afastamento

científico-metodológico, em geral proposto ao pesquisador. Não poderia ter metodologia mais adequada a esta pesquisa, uma vez que ao encontrar-me com outras mulheres negras para entrevista, sempre era afetada por suas histórias e por seus relatos, e de forma recíproca poderemos ver no capítulo destinado a análises das entrevistas, o quanto este encontro, de diferentes formas, também foi mobilizador para a maioria delas. Esta pesquisadora foi afetada pelo conteúdo ouvido durante as entrevistas, ora se identificando com algumas experiências, ora percebendo como realiza estratégias ou tem comportamentos semelhantes aos descritos pelas participantes, sendo também impactada e transformada por estas mesmas experiências. A afetação com a qual me deparei pelo simples contato com a temática e literaturas pesquisadas para a sustentação teórica desta dissertação, e que por vezes me fizeram querer desistir de concluir esta pós-graduação, exemplificam o quanto a cartográfica foi a metodologia mais adequada a esta pesquisa.

Importante destacar que a metodologia cartográfica não é aplicada, mas sim experimentada, e por isso proporciona vivências, experiências e transformações que não estão postas desde o primeiro momento. O pesquisador assume o risco de não saber o que vai encontrar ao longo do caminho sobre o objeto, o campo ou sobre si próprio, gerando talvez o melhor e principal resultado para a pesquisa: novas descobertas sobre si, sobre o objeto, sobre o meio. No caso da investigação aqui propostas, descobertas sobre mulheres negras.

De acordo com Costa (2014), a metodologia escolhida também pode ser caracterizada como implicada e multiplicante. Recorrendo ao termo em latim "*plica*", o referido autor lança mão da ideia de prega ou dobra para dizer da implicação do pesquisador e de que este deve ser dobrado por sua pesquisa. Nesse sentido, acreditamos que uma pesquisa de referencial cartográfico só pode, de fato, ser realizada por um pesquisador comprometido e implicado em sua pesquisa. Isso é o que o mobiliza durante o processo permitindo que ele chegue a uma conclusão. E no meu caso, fui descortinando dificuldades não pensadas ao longo do processo – como previsto na metodologia –, e estas foram de alguma forma motivadoras para a continuidade da pesquisa; da mesma forma que o fato de estar tão implicada no objeto pesquisado – sendo eu mesma ele próprio – foi igualmente motivador, pela compreensão visceral da importância de trazer à cena as vozes das mulheres entrevistadas, mas sobretudo, pela fundamental necessidade de uma mulher negra

periférica concluir o mestrado e por tudo o que isso significa dentro desta pesquisa. Mas não nos esquecemos da “dobra”, a qual ele também cita, aqui entendida como marca, como um vinco de uma folha dobrada. Essa dobra ao qual o pesquisador deve se submeter não é uma opção na metodologia cartográfica. Estar implicado requer ser marcado pelo processo e transformado pelos encontros vividos ao longo deste. Não é possível ao pesquisador deixar uma pesquisa de orientação cartográfica sendo a mesma pessoa que o iniciou. Da mesma forma, essa dobra é provocada em tudo ou em todos com quem ele encontra, fazendo também uma multiplicação dessa dobra.

Durante o processo de entrevistas, quando ao compartilhar suas experiências, as mulheres negras entrevistadas fizeram reflexões antes não realizadas. Falar sobre suas vivências laborativas a partir da perspectiva investigada aqui parece ter trazido a muitas delas a consciência sobre as discriminações vivenciadas e que até então não tinham sido identificadas. Já outras, perceberam o quanto os sentimentos advindos dessas experiências discriminatórias não estavam sendo elaborados e se deram conta da necessidade de encaminhar e ressignificar tais experiências de forma mais efetiva. A simples experiência de apenas participar da entrevista parece ter gerado mudanças na percepção dessas mulheres sobre seus trabalhos e as relações estabelecidas nele, multiplicando essa marca, uma dobra.

Mas essa marca proposta pela metodologia cartográfica, que produz conhecimento e gera transformação, não é produzida ao acaso, ela só acontece no encontro. Este conceito, discutido mais amplamente no terceiro capítulo desta dissertação, fala de segurança e liberdade. Não é um simples ocupar de dois corpos o mesmo território num mesmo momento. O encontro que gera transformação é aquele em que um pode ser visto pelo outro e consegue se ver neste, e para isso é necessário estar seguro de que se pode ser livre e mostrar quem se é. Percebi esse movimento em alguns momentos de entrevista, em falas como “em mulheres como a gente” ou “aqui eu posso falar porque tem o sigilo”. Nestes momentos, entendo as entrevistadas sentindo-se seguras para compartilhar vivências que nem mesmo outras pessoas conheciam, pela certeza de que eram vistas e se viam em quem as via. Esta é uma experiência que só uma metodologia como a cartografia permite ser vivida.

O pesquisador que utiliza a metodologia cartográfica está sensível ao objeto e ao campo, atento ao que pode surgir ao mesmo tempo em que precisa delimitar onde agir. Por muitas vezes tive esta dificuldade, pois muitos foram os caminhos que se

revelaram ao longo do caminhar. Em alguns momentos confesso que me perdi, por profundo interesse ou por incômoda dor das descobertas, mas sempre atenta às mulheres negras, dispositivos primordiais desta pesquisa, refazia a rota de modo a permanecer sensível às vivências destas. Algumas vezes tropecei naquilo que não vi, e que bom, porque isso pode trazer a luz o que estava escondido e muitas vezes foi fundamental para recalcular a rota.

Para finalizar esta introdução, ressalto que, a produção deste texto aponta mais uma das limitações com a qual se depara uma mulher negra: a validação de suas experiências

Minhas problematizações vêm de vivências que me permitem afirmar que as discriminações de gênero, raça e classe nos espaço de trabalho são reais, nos afetam de forma dilacerante, e que estar entre outras mulheres, sobretudo negras, em espaços seguros que nos vejam, nos acolham, nos projetam e nos validem é fundamental para tratar essas feridas e trazer novo fôlego para continuar a vida. Mas foi necessário recorrer ao espaço acadêmico, sistematizar, fundamentar e defender uma dissertação para ter voz e provar que minhas experiências não só são reais, mas também são compartilhadas por outras mulheres negras que, assim como eu, têm suas experiências invalidadas e desqualificadas, o que muitas vezes acabam por apagar suas existências.

Pois atendendo as exigências necessárias, o presente texto tira estas mulheres de um lugar oculto, colocando-as em cena, validando suas vivências e afirmando suas existências, não podendo mais ser o seu simples relato invalidado.

CAPÍTULO 1

O SISTEMA SOCIAL PERIFÉRICO NO BRASIL

1.1. Mulher negra, trabalhadora e periférica

Quando falamos do sistema de trabalho brasileiro, falamos de algo que se iniciou com um ato de invasão, sequestro e escravidão a partir de 1550 e desde então vem sofrendo diversas transformações ao longo dos séculos. Nosso propósito não é fazer aqui uma revisão histórica do trabalho no Brasil, mas entendemos ser de suma importância para a presente dissertação descrever como o negro, e, sobretudo a mulher negra, ao longo desse processo de transformação do trabalho o vem sustentando ao mesmo tempo em que controversamente vem sendo excluído dele.

Segundo Nascimento, “excetuando-se os índios, o africano escravizado foi o único trabalhador, durante três séculos e meio a estruturar esse país chamado Brasil” (2019, p. 278). Foi ele quem viveu a forma mais dura do processo de migração pelo país para acompanhar os chamados ciclos econômicos, uma vez que trabalhava na lavoura e precisavam se deslocar entre as regiões do Brasil, para atuar no plantio de algodão, café, cana, etc., além da criação de gado e na extração de minério. As pessoas negras e escravizadas para desenvolver todo o trabalho que mantinha a economia nacional, agora brasileira, tinha uma expectativa média de vida laboral de até 10 anos, após os quais não conseguiam mais ser produtivas por não possuírem mais a força para o trabalho que lhe exigia grande esforço físico, isso em função dos anos anteriores de exploração, má alimentação, exaustivas jornadas de trabalho, nenhum cuidado de saúde, castigos e tantas outras privações. Nesse cenário, incluem-se também as mulheres, que a exemplo do que acontecia também na escravidão norte-americana, ocupavam dupla jornada, tanto no trabalho braçal que era destinado ao homem quanto no cuidado dos filhos e dos próprios homens a quem tinham como maridos, irmão ou companheiros cativos. Segundo Davis (2016), durante a escravidão a mulher negra não foi diferenciada do homem no que diz respeito ao trabalho, não teve privilégios pautados no discurso da fraqueza, fragilidade ou feminilidade conferidas à mulher branca, para quem foi criado o ideal da mulher mãe, discurso apoiado à época pela igreja e pelo Estado. À mulher branca era legado o exclusivo lugar de cuidado e cuidadora, tirando-lhe também assim até mesmo os direitos subjetivos: ter quaisquer desejos diferentes daqueles relacionados ao matrimônio e à

maternidade. Aquelas que desejavam estudar eram incentivadas a casarem-se e serem mães. As que desejavam trabalhar eram pressionadas a dedicar seu tempo e habilidade ao cuidado do marido e dos filhos. A mulher sempre ocupou o lugar do cuidado. À mulher negra de cuidado e trabalho.

No Brasil, o papel da mulher negra não foi muito diferente. Segundo afirma Nascimento (2021), tal qual nos EUA, a mulher negra “antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora” (p. 56). De forma geral, a mulher negra no Brasil durante o período escravocrata, tinha um papel muito semelhante ao do homem, sendo também produtora, não só na casa-grande, mas também no campo, no engenho, nas minas e em todas as outras áreas de trabalho. Além disso, era potencialmente a mãe de novos escravos, ou seja, produtora de uma das mercadorias mais valiosas da época, o negro, sinônimo de mão-de-obra.

Contudo, havia também outra classe de escravizados chamados por Gonzales (2020) de escravos não produtivos, pois não contribuíam diretamente para a produção dos insumos para consumo, venda ou troca. Esses eram homens e mulheres que ocupavam os postos de serviços, que não trabalhavam na lavoura, cultivo ou extração, mas sim nas casas grandes diretamente com o senhor, a senhora e seus filhos, dentre estes destacamos a figura das mucamas.

Como dissemos, uma parte das mulheres negras era direcionada às lavouras, plantações ou ao cuidado com os animais para trabalhar com a mesma produtividade e entrega do trabalho também realizado pelos homens. Sua maternidade era vista apenas como reprodutiva, tal como animais, para a “produção” de novos seres escravizados. Porém, uma outra parte dessas mulheres eram destinadas a serem mucamas.

No dicionário Michaelis encontramos para o termo mucama a seguinte definição: “Do quimbmukama: escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite”. Para Gonzales (2020), as mucamas eram mulheres negras que serviam às mulheres brancas com a função de fazer com que tudo funcionasse na casa grande, já Moura (2020) as classifica como escravas do tipo domésticas nas cidades e nas casas grandes, porém em ambos vemos como esta mulher negra era quem lavava, passava, cozinhava, limpava, arrumava, costurava e, inclusive, amamentava as crianças de suas sinhás. Tudo isso

sofrendo ainda as investidas e também abusos sexuais por parte dos senhores e enfrentando o ciúme e o ódio das sinhás. Após o fim do dia, precisava ainda completar sua dupla jornada: o cuidado dos filhos, dos maridos, irmão ou companheiros cativos. A mulher negra escravizada já vivia uma dupla jornada, pois, diferentemente dos seus pares masculinos, além da escravidão física a qual estava submetida fosse nas lavouras ou como mucamas, a mulher negra também tinha a responsabilidade do cuidado dos seus iguais e era subjugada emocional e subjetivamente quando tinha seus corpos violados também pelo estupro constante por seus senhores, feitores e quaisquer outros homens que estivessem em posição de poder em relação a elas, fato contra ao qual lutamos até os dias de hoje. Contudo, esses estupros recorrentes não eram frutos exclusivamente de um desejo sexual, mas também da manifestação dessa relação de poder, um momento de humilhação, uma amostra do lugar que aquela mulher ocupava e a quem ela pertencia. Naquele momento da história, mesmo que muitas mulheres negras estivessem em um lugar de igualdade laborativa com os homens negros – quando estes trabalhos eram extremamente desgastantes, ou seja, uma igualdade quando se tratava de condições precárias e degradantes – desde sempre foram inferiorizadas em todos os demais campos de existência. Observamos, no entanto, que com o estabelecimento e avanço do capitalismo, até mesmo esta suposta igualdade lhe é tirada.

Importante ressaltar que durante este período escravocrata, que no Brasil compreendeu do século XVI até fim do século XIX, surgiram os chamados quilombos, definidos por Nascimento como “uma reunião fraterna e livre, solidaria; convivência, comunhão espiritual” (2019, p. 289), que nasce da urgente necessidade desta população negra defender sua sobrevivência e garantir sua existência, num esforço para resgatar a liberdade e dignidade fugindo dos cativeiros – que também eram seus locais de trabalho – para uma organização à luta, visando uma vida sem a opressão imposta naquele momento. Nesses espaços, agora mais próxima da ideia de homem livre, o negro tinha a possibilidade criar novas formas de vida e relações, tendo talvez pela primeira vez o direito a algumas escolhas, como trocar/vender ou não o que cultivava para seu consumo. É do quilombo de onde é cunhado o conceito de Aquilombamento, que será aprofundado e melhor desenvolvido mais a frente, mas é importante registrar aqui que houve uma história do homem negro durante sua escravização que foi negligenciada pela própria história, mas que é fundamental para

entendermos as relações entre raças no Brasil na contemporaneidade, e aqui ainda estamos falando dos quilombos. A forma de existência, funcionamento desses espaços e sua influência no que conhecemos hoje como favelas é pouco registrado e retratado quando falamos da história do Brasil. Poucos relatos trazem sua existência, e só recentemente pesquisas e produções sobre o tema têm trazido alguma luz ao que eram os quilombos, fato sobre o qual também discorreremos mais à frente.

É desta forma que se inaugura o sistema de trabalho da pessoa negra no Brasil: inicialmente com a mão de obra escrava, que tem na criação dos quilombos uma de suas formas de resistência, dando ao negro a possibilidade de desenvolver uma relação alternativa com o homem branco, relação esta que vai se transformando ao longo dos séculos, porém, ao mesmo tempo em que conserva suas bases fundadas na ideia de inferioridade da pessoa negra. E uma vez que esta pessoa negra era quem trabalhava na lavoura, nas criações, nas explorações de minério, na casa grande, sendo escravizada ou não, podemos entender que todo o sistema econômico brasileiro foi sustentado e baseado na mão de obra negra, e já que a mulher negra não foi poupada em nenhuma dessas atividades, pelo contrário, ainda lhe eram conferidas atribuições somente possíveis a uma mulher, por que não dizer que toda a esfera econômica do país teve a participação efetiva da mão de obra da mulher negra?

Quando chegamos em 1888, o Brasil já possuía 90% de sua população negra livre e ativa economicamente (Gonzales, 2020), porém, como explica Abdias Nascimento (2019) com o avanço do capitalismo, à medida que se aproximava o ato abolicionista, os negros foram sendo excluídos do sistema de trabalho e substituídos por imigrantes europeus que sem a menor culpa, aceitavam os favorecimentos que lhes eram dados em detrimento da população negra escravizada que até então era responsável pela mão de obra no país, mas que passava a ser um exército industrial de reserva: trabalhadores agora desocupados, em atividades terciárias e com baixa remuneração, e ainda compondo uma mão de obra empregada em sistemas pouco estáveis, com pouca margem de lucro, baixíssimos salários, sem os direitos sociais – e em longo prazo de ação sindical –, característicos do capitalismo industrial competitivo. Esse exército industrial de reserva, é oriundo de uma organização capitalista, e pode ser compreendido como a população que excede a necessidade de força de trabalho, são os que agora sobram dentro do sistema capitalista, fazendo com que aqueles que possuem postos de trabalho questionem e reivindiquem cada vez menos melhores

condições e salários em função de ter sempre pessoas disponíveis a aceitarem o que eles têm ou até mesmo condições mais precárias e salários mais baixos. É necessário haver um exército industrial de reserva para o bom funcionamento do sistema capitalista, e no Brasil, esse primeiro exército foi composto pela população negra liberta, que segue através dos anos sendo a maior composição brasileira dos desempregados e empregados precarizados. Logo, este ato abolicionista tornou-se uma formalização legal contra a escravidão, porém com nenhuma condição social de dignidade do negro como sujeito, visto que tal ato veio sem qualquer proposta de reparação, auxílio ou recuperação desta população por 300 anos submetida ao trabalho escravo e tão pouco aos livres que passavam a se tornar desempregados. Desta forma, os negros, agora oficialmente livres, são considerados vagabundos e mão de obra excedente neste sistema.

Ressalto aqui como essa ideia sobre o negro pós-abolicionismo é repassada historicamente: a fábula do negro pós-abolido e vagabundo, quando na verdade eles estavam sim inseridos em atividades laborativas, porém de forma escravizada, até que se tornaram livres e paradoxalmente excluídos dos espaços de trabalho, e é esta alcunha que vigora até os dias de hoje para o homem negro desempregado, a de vagabundo. É curioso perceber como isso ajuda a fundamentar a fantasia do negro “encostado”, que não gosta ou não quer se ocupar e reforça o discurso meritocrático de que o negro é quem não se esforçou para ocupar “o seu lugar”, haja vista a crescente imigração europeia naquele momento para um país que estava em desenvolvimento e com vastas oportunidades.

Mas voltemos à condição do negro, agora liberto e desempregado, somando-se a isso o fato de que a maioria não possuía moradia e todos eram proibidos de frequentar os espaços de poder, onde eram tomadas as decisões pela sociedade na qual eles se encontravam, não tendo assim nenhuma interferência político. O negro então sobe o monte e ocupa as regiões mais periféricas em relação às áreas hegemônicas, e lá estabelece moradia. É neste local que ele encontra formas alternativas de existência enquanto subsiste da oferta de serviço que faz à população branca, serviços esses sem qualquer formalização, nenhuma seguridade e em total precarização. É a partir daí que passamos a encontrar o negro em sua maioria em trabalhos temporários, desocupados e até mesmo em mendicância, como afirma Nascimento (2019), todos sob constante vigia e em muitos casos perseguidos pelo

poder policialesco em função da condição de “vagabundagem” na qual se encontravam, situação que não é muito distante da realidade vivida hoje, pois segundo o relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”, publicado em 2023, o perfil da população de rua no Brasil é majoritariamente composto por homens (87%), adultos (55%) e negros (68%), que infelizmente, em função de sua situação, são discriminados e constantemente policiado pelos mesmo órgãos que deveria garantir sua segurança.

Ao longo da história, vemos que à população negra essa negação aos espaços de trabalho lhes negou também o lugar de cidadãos, pois “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico de cidadania” (Carneiro, 2011, p. 110). Mas neste momento onde está a mulher negra? Carneiro (2011) quando fala da mulher negra, afirma que a ela reservou-se o mesmo espaço que aos homens e de igual forma: a negação do acesso ao trabalho, quando este acesso é possível, o é por meio de vínculos precários e atividades de baixa remuneração, grandes esforços físicos e pouco valor social. Neste momento da história, a situação da mulher negra não era diferente.

Foi na mulher negra em quem esta estrutura de dominação iniciada com a escravidão mais se cristalizou, não só como negra, mas também como mulher, pois seu papel não mudou ao longo do tempo, fazendo com que essa “herança escravocrata” se perpetuasse, no que diz respeito a mulher negra (Nascimento, 2021). Ela foi restrita às atividades “braçais” e servis que se utilizam da força do corpo negro para produzir, porém, não só para produzir, mas também servir, e até os dias de hoje,

> o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo (Carneiro, 2011, p. 128).

E é nesse trabalho doméstico que majoritariamente encontraremos as mulheres negras pós-abolição. À mulher negra, agora abolida, porém sem estudo e trabalho, o que resta? Este mesmo lugar cunhado para ela pelo período de escravidão: o trabalho servil nas novas versões de casa grande, agora nas cidades em desenvolvimento. A mulher negra passa a realizar as mesmas atividades que desenvolvia para a sinhá,

mas agora era serva de várias sinhás, lavava roupa para várias casas, limpava, cozinhava, arrumava e costurava para várias famílias por uma baixíssima remuneração, em um trabalho que exigia um grande esforço físico e sem qualquer condição que preservasse a sua saúde física e mental, ou seja, um trabalho extremamente precarizado, afastando-se do lugar de mucama e o substituindo pela atividade laboral de empregada doméstica. Gonzalez afirma que:

> [...] A análise do processo abolicionista pelos teóricos desta tendência, justifica a situação da marginalização atual do negro como efeito do "despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente a esfera de trabalho". A repentina passagem do regime servil para o trabalho livre, fez do "bom escravo um mau cidadão" (Gonzalez, 2020, p. 32).

Esta ideia de despreparo e desqualificação, apesar da mudança na escolarização e capacitação do povo negro ao longo dos anos, que lança a mulher negra nos postos precarizados de trabalho, é perpetuada até os dias de hoje e faz com que os brancos a enxerguem apenas como fonte de força laborativa braçal, que ainda desejam explorar e o fazem, mas também sempre em lugar inferior ao do homem negro. A mulher negra, com a responsabilidade do cuidado imposta a todas as mulheres, explorada fisicamente, sem espaço para ser cuidada e com uma enorme barreira que dificulta seu acesso aos espaços de educação, políticos, filosóficos e todos os outros que poderiam contribuir com a mudança da vida de sua família, comunidades e, sobretudo suas próprias vidas, segue buscando seu espaço de trabalho digno.

Não podemos ignorar ainda algo que se soma a todas as dificuldades aqui já expostas e encontradas pelas mulheres negras, algo que só elas vivenciam, inclusive nos espaços de trabalho: a exacerbada sexualização de seus corpos, que tem por consequência os assédios e violências sexuais. Como mencionamos acima, em diferentes espaços vemos a mulher negra ser reduzida a um corpo, entendido pelos homens, sobretudo brancos, como mais atrativo sexualmente do que o corpo de mulheres brancas. A mulher negra – chamada de mulata - chegou a ser considerada, em função de seu corpo, um produto nacional do "tipo exportação", como cita Gonzales (2020). Hoje é comum vermos ser creditadas a este corpo negro as conquistas profissionais realizadas por elas. Mulheres negras são constantemente assediadas onde quer que estejam, e este assédio que vemos hoje, não só de forma física, mas também subjetiva, é oriundo do mesmo período escravagista do qual tratamos até

agora. Quando de posse de uma escrava negra, tudo o que ela tinha pertencia ao seu senhor, inclusive seu corpo e desta forma, mulheres negras eram constantemente violadas, considerada não só para o serviço, para a produção, mas também para uso e satisfação sexual dos homens. Porém, hoje, estes homens não detêm mais este poder legal sobre mulheres negras, mas ainda atribuem a elas de forma mítica qualificações sexuais diferenciadas, aumentadas e imaginárias, sobretudo quando comparadas mulheres brancas, o que justificaria sua incontinência sexual masculina e conferiria à mulher negra a responsabilidade por ser “irresistível”.

Além do que já vimos até agora, nos parece que a história laborativa da mulher negras também sempre foi cunhada sobre uma dupla jornada, o que comumente vemos ainda hoje, sobretudo em regiões periféricas: mulheres negras, “chefes de família”, que estão em uma, duas ou mais frentes de trabalho para gerar renda, cuidar e criar sozinhas seus filhos, e muitas vezes pais ou até mesmo companheiros, corroborando o fato de que “mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão” (Davis, 2016, p.17) e essa constituição laborativa de mulheres negras, desde a escravidão, restrita a servidão da casa grande, da senhora e do “dono”, do outro, privada de escolhas e desejos e reduzida a um corpo para uso alheio deixou marcas que se reproduzem até hoje, de diversas formas, em praticamente todos os espaços por elas conquistados, desde as “casas grandes modernas” até os poucos locais de trabalho onde raramente ocupam cargos de chefia ou posições de liderança.

1.2. Estuda que a vida muda (e será que o racismo some?)

Mas se por um lado, o negro permanece subjugado ao lugar de subserviência, de quem pode desempenhar apenas trabalhos braçais e não intelectuais, limitados geograficamente ao espaço das favelas e subjetivamente até mesmo a menos direitos do que os conferidos a qualquer outro cidadão, por outro, uma parte deste mesmo povo passou a buscar uma forma de transpor estas barreiras e sair deste lugar, e uma das principais formas entendidas para alcançar isto foi através da educação.

Homens e mulheres negras introjetaram em si o que Neuza Santos Souza (2021) chamou de O Mito do Negro, “que se constitui rompendo uma das figuras características do mito – a identificação – e impondo a marca do insólito, do diferente”

(Souza, 2021, p. 55). Uma das premissas deste mito é fazer a pessoa negra assimilar a ideia de que “quem quer consegue”, “se se esforçar, todo mundo chega lá”, “só não vence na vida quem é preguiçoso”, porém este desejo e esforço não viabilizam a mobilidade social tal como é esperado. Aqui, retomo as mulheres negras citadas anteriormente que, mesmo formadas, algumas vezes pós-graduadas e inseridas no mercado formal de trabalho em suas áreas de formação, ainda se sentem discriminadas, sobretudo, pelo racismo e pelo machismo, sendo impedidas de alcançarem postos profissionais de liderança, chefia ou destaque. Muitas se culpam por não conseguirem, “vencer”, por não “chegarem lá”, esquecendo-se de que sua ancestralidade foi arrancada de sua pátria, separada de sua família, subjugada a escravidão, teve sua história apagada, foi por séculos silenciada e até hoje esta mulher é diminuída em sua existência, à mulher negra não foram criadas condições que permitisse a ela alcançar os mesmos lugares – profissionais ou de prestígio social – que mulheres brancas, fomos levadas a acreditar neste mito, não percebendo que este é um sistema construído para que mulheres negras, de fato, nunca cheguem nos “lugares de pessoas brancas.”

Como afirma Nascimento (2021), em uma sociedade como a nossa, que estabelece espaços hierárquicos de classes, inclusive nos espaços de trabalho, existem mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher cada lugar nesses espaços, e o critério racial constitui um desses mecanismos de seleção. Isso faz com que pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos na hierarquia, ainda que capacitadas educacionalmente. Ela continua dizendo que a educação é sim um fator de pressão dos grupos subordinados, incluindo as pessoas negras, visando melhores condições de vida e ascensão social, contudo, justamente pelos elementos arcaicos no processo de modernização como o nosso, são limitados e recentes os avanços na educação para esta parcela da população, logo, podemos concluir que: ainda que com o lento e dificultoso acesso à educação, devido aos mecanismos racistas que estão impostos, essa formação acadêmica não é suficiente, a discriminação racial chega primeiro.

Souza (2021) reforça sua teoria do “Mito do Negro” apresentando ainda a ideia mítica e preconceituosa que associa a pessoa negra de forma exclusiva e depreciativa ao emocional (em oposição ao racional, próxima ao animal), também à sujeira ou falta de higiene (associado à cor preta de sua pele) e ao exótico (atribuída a seu modo de

celebrar, cultuar ou se vestir), cunhando um afastamento de todos os espaços, físicos e subjetivos, que não sejam o da periferia, das favelas, dos terreiros de Candomblé, Umbanda, etc., pois a construção social estabeleceu que estes são os espaços onde pessoas com tais características deveriam estar. Souza (2021) nos mostra ainda em sua pesquisa que toda esta ideia também faz parte do Mito do Negro, primeiro desqualificando tudo que é pertencente ao negro: sua aparência, sua crença, sua cultura, num movimento que introduz a ideologia do branqueamento e que leva à fantasia de que a pessoa negra precisa de alguma forma compensar o “defeito” de ser negra para se afirmar, para ser aceito, e porque demarcam de forma evidente quais são os seus espaços. Aqui entendemos esse branqueamento ou embranquecimento como condição imposta para a aceitação social de pessoas negra tal qual são aceitas as pessoas brancas, ao tratamento digno e respeitoso dispensado naturalmente às pessoas brancas, a concessão de acesso a espaços frequentados majoritariamente por pessoas brancas. Porém, para isso é necessário que a pessoa negra apresente características naturalmente conferidas às pessoas brancas.

Esse processo sob o qual somos submetidos todos os dias e que trata de desqualificar a cultura, estilo de vida, crença, visão de mundo, a aparência e tudo o que é tradicionalmente oriundo da África ou de afro-brasileiros, no que Nascimento (2020) chama de embranquecimento compulsório, é encarnado em uma organização política, territorial, econômica e cultural para que nós, pessoas negras, pareçamos cada vez mais com o modelo eurocentrado ou norte-americanizado, tidos como sinônimo de beleza, desenvolvimento e tecnicidade. Esse embranquecimento é resultado da aproximação da pessoa negra a tudo que é atribuído ao branco nos mais diversos e diferentes campos. É ter na aparência traços fenotípicos de pessoas brancas, financeiramente o poder aquisitivo conferido a pessoas brancas, ocupar os lugares de poder, onde se encontram majoritariamente homens brancos e ainda se provar culto e inteligente, pois o intelecto é também uma característica atribuída a pessoas brancas. Pessoas brancas são lidas socialmente como naturalmente capazes, inteligentes, intelectuais e líderes, logo, demonstrar possuir tais características tornaria as pessoas negras “mais parecidas” com pessoas brancas, esta é a encarnação do embranquecimento. Gonzales (2020) vai dizer ainda que essa ideologia do branqueamento é massivamente reproduzida pelos meios de comunicação, reforçando

a crença de valorização da cultura ocidental branca como única e verdadeira, intensificando o mito da superioridade branca.

É importante elucidar que o que chamamos aqui de “espaços” são, na verdade, os mais diferentes direitos de todas as esferas, que deveriam também ser concedidos ao povo negro, porém lhes foram tirados, limitados e reorganizados ao longo de centenas de anos por pessoas brancas. Tais direitos não foram assegurados politicamente por séculos. O que seria um dever do Estado e da sociedade, apenas foi negligenciado ao longo deste tempo, contribuindo cada vez mais para a hegemonia do branco sobre o povo negro. Por uma igualdade de raça, Carneiro (2011) nos lembra que:

> Se a sociedade é racista, o Estado Democrático de Direito não pode sê-lo, seja por ação ou omissão. É preciso agir sobre os mecanismos que perpetuam a exclusão da base racial. O Estado não pode compactuar com os processos de exclusão racial renitente (Carneiro, 2011, p. 163-164).

Pessoas negras, como cidadãs de direitos, deveriam gozar de toda liberdade de acesso aos espaços de poder e a tudo que também é oferecido a pessoas brancas: inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, mas ao longo da história podemos ver que isso não é o que acontece. Por isso é preciso romper com as estratégias que reforçam a limitação do povo negro aos seus direitos, e talvez esta dificuldade venha em função do que Bento (2022) chama de o pacto da branquitude.

A branquitude, de acordo com Bento (2022), nasce a partir do discurso europeu, que se utilizava do tom da pele para diferenciar o status e o valor das pessoas. Com a expansão ultramarina, esse olhar tornava tudo o que não fosse europeu como diferente, quase sempre perigoso. Com o passar do tempo essa perspectiva eurocentrada ganha forma criando pelos próprios europeus uma identidade que os autointitulava superiores e modelo de universalidade. A branquitude se encarna durante o processo de colonização, através da tomada do negro como principal contraste ao homem europeu branco. Esta relação colonial já se inicia com forças desiguais baseadas na cor da pele, tendo de um lado o branco, considerando-se superior por ser branco e o do outro lado o escravizado, tido como inferior por ser negro, e assim sujeito a toda e qualquer vontade deste homem branco. A branquitude redefiniu a noção de direito para pessoas negras, conferindo a essas menor valor e

importância, estas que por sua vez inconscientes “do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento os aprisionou numa imagem alienada” (Souza, 2021, p. 105).

Ao longo do tempo, mesmo que com resistência por parte de muitos, em sua maioria, talvez como estratégia de sobrevivência, o negro “aceita” esta re-demarcação de territórios físicos, subjetivos e legais, sendo limitado àquilo que o branco diz ser seu direito, àquilo que o branco diz que ele é. Todo esse processo, contudo, não se refere apenas a uma simples estrutura social. É preciso não nos rendermos a inocência de que a ideia de superioridade baseada em cor de pele era algo inato e natural, mas termos a compreensão de que esse processo foi sim conscientemente pensado para fundamentar a estrutura capitalista que se despontava e que precisava desse critério de desigualdade, aqui estabelecido em função da cor de pele, para que tivesse sucesso. Mas descreveremos este processo detalhadamente no próximo capítulo.

Desta forma, o negro passa a conceber que alguns lugares e espaços não são para ele, que alguns direitos não lhe pertencem, mas apenas ao branco, que é racional, belo, asseado, educado, inteligente e desta forma precisa se assemelhar a este branco para assim também ter acesso a estes espaço e direitos. A pessoa negra deseja então tornar-se branca, em suas características físicas, culturais e até mesmo subjetivas, entra nesse jogo da imitação, assumindo-se como mito e buscando o que lhe apresentam como real: o branco. Nesse contexto, a mulher negra, ainda mais torturada por esta ideia, tenta, destas e de outras formas mil, embranquecer. E uma das maneiras que lhe corresponde também ao mito do negro para “embranquecer”, é o de educar-se formalmente e desta maneira, alcançar ascensão social para ter acesso aos mesmos espaços e direitos que os brancos, vistos como aristocratas, elitistas, letrados, bem-sucedidos, ricos e poderosos, um modelo a ser escolhido, pois “é preciso um modelo a partir do qual o sujeito possa se constituir, um modelo ideal, perfeito ou quase” (Souza, 2021, p. 64).

A educação, ainda que um desejo real, passa a ser também uma moeda ideal para a mulher negra chegar mais perto de ser como a mulher branca, uma estratégia de ascensão social. Pois além de diversos procedimentos estéticos para tornar-se parecida com a mulher branca – modelo de beleza –, faz parte do mito estabelecer que só terá acesso aos espaços de conforto, segurança, bem-estar, qualidade de vida e direitos a segurança, moradia digna, alimentação, etc. quem ascende, quem estuda e

se forma, quem estuda mais e forma-se mais em um movimento infinito que, na verdade, nunca vai igualá-la a mulher branca. É preciso considerar ainda, como afirma Gonzales (2020), que apesar da elevação do nível de escolaridade da população brasileira, ainda hoje é lento o acesso de pessoas negras aos níveis mais elevados do sistema educacional, permanecendo em sua maioria nas diferentes fases do primeiro e segundo graus.

> Se relacionarmos esse acesso aos níveis ocupacionais diversos, constataremos não só que a população de cor se situa majoritariamente nos níveis mais baixos, mas que também que ela se beneficia muito menos da educação em termos de vantagens ocupacionais, do que o grupo dos brancos. Em outras palavras, quando comparamos a relação nível educacional/renda entre estes dois grupos raciais, constataremos que é bastante acentuado o diferencial de renda entre brancos e negros, mesmo possuindo igual nível educacional (Gonzalez, 2020, p. 37).

Isso nos leva a questionar se este movimento de escolarização objetivando o acesso e a mobilidade social vai abrir-lhe portas. Pensamos que talvez sim! Trará uma melhor qualidade de vida para si e para os seus? Até certo ponto, é possível. Mas seria mesmo este o único objetivo desta escolarização? Será que a mulher negra se contenta em titular-se e ter poder de compra? Pensamos que talvez sua motivação seja ser reconhecida como ser, de dignidade e respeito, bela, capaz e humana, como é reconhecida uma mulher branca, mesmo quando não escolarizada. E tamanha será a frustração quando ao alcançar este status de formação, qualificação e até mesmo de poder aquisitivo e se deparar com as discriminações de classe, de gênero e, sobretudo de raça, evidenciando o fato de que, na verdade, ela ainda é vista como mais uma mulher negra, tendo acesso a alguns espaços e direitos, mas ainda sendo considerada de menor valor, sem a importância e reconhecimento pelo qual fez tudo o que fez até então. O que fazer com isso agora, afinal? Como estas mulheres subjetivam e lidam emocional e psiquicamente com tudo isso?

Não apenas o fato de estarem vivenciando constantes situações de discriminação, mas, sobretudo em depararem-se com a realidade de que, o que quer que façam, nunca deixarão de ser vistas por esta sociedade como mulheres consideradas de segunda categoria, sem beleza, não capazes, incompetentes, não merecedoras de ocupar todo e qualquer espaço ou indignas de serem alçadas as mais altas posições sociais, ou funções profissionais. O que fazer ao constatar que no fim de tudo vivem a concretização das diversas formas de discriminação, sobretudo do racismo, inclusive nos espaços de trabalho, onde este – enquanto articulação

ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho, não só de forma objetiva, mas também subjetiva, nos fazeres práticos e também nos lugares de reconhecimento, gestão e decisão, e que é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas? (Gonzalez, 2020).

Abandonar a ideia de ocupar os espaços desejados, que na verdade permitiria apenas usufruir de seus direitos, e voltar aos lugares iniciais? Aceitar tal condição, resignando-se a inacessibilidade do que sempre almejaram e conformando-se com o que conseguiram até então? Ou buscar meios de existência que derrubem de uma vez por todas o mito do negro e construir uma nova história sobre si, onde não há falta, espaços ou direitos que lhe sejam negados, mas sim a realidade do que é ser uma mulher negra? O que faz essa mulher? Como faz? A mulher negra que, buscando a ascensão social, educou-se formalmente e capacitou-se para estar em posições elevadas e de destaque em postos de trabalho, mas ainda assim se vê impedida pelo racismo, classismo e pelo sexismo de ser vista como deseja, ainda segue? Como? Vejamos a seguir o que faz essa mulher.

CAPÍTULO 2

DINÂMICA PSICOSSOCIAL DA BRANQUITUDE

Entendo ser importante iniciar este capítulo apresentando as perspectivas de racismo e machismo que adotamos neste trabalho, uma vez que nos debruçaremos mais especificamente nos recortes de raça e gênero daqui em diante.

Quando comecei a pensar sobre o machismo e de como o expor aqui, foi inevitável recorrer às autoras que trazem o tema a partir da perspectiva do feminismo. E é a partir do pensamento feminista, como os apresentados por Ângela Davis, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, dentre outras, que pudemos compreender melhor nossa perspectiva sobre o machismo.

É curioso pensar que quando buscamos o termo “machismo” nas plataformas de busca digital, surgem definições que incluem as frases “excesso de orgulho do masculino”, “intensa de virilidade” e “comportamento de macho”, mas quando lemos as autoras citadas acima, o machismo se apresenta através de contextos que mostram como ele faz parte de elementos estruturantes da nossa sociedade (Ribeiro, 2018), que viabiliza a rotina do abuso sexual que – desde a escravidão – ainda é hoje algo que persegue e assombra mulheres (Davis, 2016), e ainda de como em função do machismo, mulheres são as menos favorecidas quando assunto é trabalho e renda (Gonzales, 2021). A ideia em que se baseia o machismo, de que homens são superiores às mulheres em todos os aspectos e que nega a igualdade de gênero, não é – ou não pode mais ser – admitida ampla e publicamente, hoje essa conduta vem disfarçado sob o argumento de que ser machista nada mais é do que valorizar ou ter orgulho de ser homem, viril ou macho.

O comportamento machista faz parte de uma estrutura que a centenas de anos vêm moldando nossa sociedade, assim como o racismo (que veremos mais à frente), ele faz parte do patriarcado. Buscando compreender a violência contra as mulheres, Heleieth Saffioti (2015), descreve o patriarcado como “um regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 47), que ao longo dos séculos vem passando por constantes transformações. Em determinado momento da história, como aponta Davis (2016), um dos argumentos para colocar o feminino como sexo frágil seria, inclusive, religioso, uma vez que a supremacia masculina é um princípio cristão, já que o próprio Cristo era homem, e por séculos vemos a sociedade patriarcal se valer

de discursos religiosos, fundamentados em passagens bíblicas descontextualizadas para defender e perpetuar o machismo.

Um exemplo citado por Heleieth destas transformações é a mudança de domínio dos homens sobre os corpos femininos. Na Roma antiga, era o patriarcado, na figura do homem, que detinha o poder de vida e morte sobre suas esposas e seus filhos, contudo, mesmo hoje não possuindo mais tal poder legalmente, homens continuam matando suas parceiras e na maior parte das vezes seguindo livres, pois este mesmo patriarcado, encarnado agora através na justiça, composta majoritariamente por homens, o absolve do que outrora direito, hoje é considerado crime. É esta mesma estrutura que transforma mulheres vítimas de feminicídio – ou tentativa deste – em culpadas, levantando falsas acusações sobre a mulher em questão e chegando a caracterizá-la como merecedora e responsável pelo assassinato ou violência. Tal comportamento, por frequente e naturalizado, foi recentemente no Brasil proibido, sendo as estratégias jurídicas de desqualificação de mulheres vítimas de violência, proibidas em audiências e investigações policiais[4]. Para Saffioti (2015) o patriarcado atravessa a sociedade como um todo, e não se restringe apenas à privacidade do lar e da família. Segundo ela:

> o caráter masculino do contrato original, (...), é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “o pessoal é político” (Saffioti, 2015, p. 57).

Ainda seguindo o argumento da autora, concordamos que o patriarcado estabelece uma hierarquia em relação ao gênero que invade todos os espaços da sociedade, fazendo com que não seja possível existir uma sociedade sem gênero, pois é ele que, de certo modo, também vai orientar a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho, na medida em que esta divisão se faz obedecendo ao critério de sexo. E no Brasil, isso fica ainda mais claro desde sua fundação, quando no período escravocrata vemos a íntima relação entre o racismo, relações patriarcais e pobreza compondo um sistema de opressão específico que originou a sociedade que temos hoje, levando Lima (2022) a afirmar que a escravidão foi um sistema patriarcal, já que o poder era centralizado na pessoa do homem branco, proprietário das terras e dos escravizados, sendo a mulher branca separada para a função específica de assegurar

[4] Estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal no dia 23 de maio de 2024.

a sucessão de bens na família. Mesmo os corpos de mulheres brancas, ainda que de diferente forma dos corpos das mulheres negras, estavam ali para servir a um objetivo estabelecido por este homem branco detentor do poder.

Segundo a referida autora, mais do que “um modo de produção, a escravidão era um tipo de sociabilidade, uma mentalidade coletiva que ordenava as práticas sociais” (p. 243), e sendo esta patriarcal também moldou a sociedade patriarcal e racista que se tornou a sociedade brasileira com todos os seus desdobramentos: racismo científico, racismo cultural, mito da democracia racial, ideologia da mestiçagem e relações de dominação que se seguiram pós-abolição. Mulheres negras, nas formas já explicitado acima, vivem as reatualizações deste sistema escravocrata e patriarcal materializado na atualidade através da “pobreza, desemprego, emprego informal, morte materna, barreiras de acesso à saúde, insegurança alimentar, hipersexualização, marginalização das esferas políticas, controle da sexualidade e, ainda imagens de controle” (Lima, 2022, p. 244).

Aqui reflito sobre uma afirmação feita por Gonzales (2020) referindo-se a população negra: “o lugar em que nos situamos determinará nossas interpretações sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (p. 76), e então me pergunto: em que lugar está a mulher negra? Na continuidade da leitura, a mesma autora afirma “nós negros, estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica de dominação” (p 77). Se estamos todos - os negros - na lata do lixo e sabemos que o patriarcado, através do sexismo, também hierarquiza os corpos, mesmo entre aqueles que estão no lixo, que lugar ali é reservado pelo racismo patriarcal[5] para a mulher negra?

O duplo fenômeno do qual se refere Lélia, que incide apenas sobre a mulher desde os primórdios desta nação através de tudo o que vimos descrevendo até aqui quando falamos da designação de trabalho das mulheres negras e dos frequentes abusos sexuais aos quais era submetida durante o período escravagista, e que prossegue a nos empurrar para o fundo da lata do lixo, a base da pirâmide social, racial, patriarcal e capitalista, parece que vai nos calar, nos fazer parar, porém enganaram-se aqueles que pensaram ter logrado êxito. A mulher negra, mesmo sob

[5] Segundo Lima (2022), o termo é elaborado por Jurema Werneck e Nilza Iraci Silva no “Dossiê: a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações” (2016) para analisar como as formas de hierarquização racial persistentes são marcadas por relações patriarcais.

pressão do patriarcado que teve, e ainda tem, grande influência na organização desta forma de produção, dominação e subjugação feminina negra, não para e não se cala. Permanece ativa, e ainda que submetida a ele, segue. Sabemos que o patriarcado é forte, está posto como estruturante das sociedades e instituições e dele faz parte o machismo, o qual focaremos aqui.

Com essa breve introdução sobre o patriarcado retomamos aquilo que encarna seus preceitos em comportamento diários em relação à mulher, o machismo. É ele que atribui à mulher a característica de recatada, a limita ao lar, fora da participação social e da vida política do país, e sem poder interferir na forma como a sociedade se organiza e cria as suas leis, a mulher é sempre deixada de lado no momento de decidir quem serão os beneficiários dessa organização. Com o discurso da sentimentalidade e fragilidade disfarçadas de cuidado, ela foi por muito tempo impedida de trabalhar, de ter sua própria renda ou posse, e incentivada a desempenhar o papel social de mãe e esposa. Não que ser mãe não seja importante ou não tenha valor, muito pelo contrário, desde que assim deseje uma mulher. Tal qual o de ser esposa. Conheço mulheres realizadas em ter uma vida em função de manter a casa organizada e a família bem cuidada, tudo claramente acordado com seus parceiros. E esse é justamente um dos posicionamentos que trazemos aqui, um dos pontos pelo qual luta o feminismo: o direito da mulher fazer o que ela quiser. De ser uma agente da lei ou da justiça, de ser empreendedora de seu próprio negócio, geradora e administradora de sua própria renda, de ser mãe ou de ser esposa, porém tudo isso se assim ela quiser.

A sociedade ao longo de séculos estabeleceu um roteiro de vida para as mulheres. Sim, apenas para as mulheres, porque os homens sempre puderam ser e fazer o que quisessem e quando quisessem, desde que fossem brancos, claro. Não precisavam se casar jovens, pois poderiam – e até deveriam – investir em uma carreira, ou ainda poderiam aproveitar a vida e a juventude sem estudar ou nem mesmo trabalhar, pois num discurso infantilizador ouvimos que eles “estão muito jovens para assumir compromissos”. Não é com espanto que vemos hoje homens na faixa dos 40 anos que se portam como jovens recém chegados à faixa dos 20, mas com estes, nós - mulheres - somos incentivadas a ter paciência, pois afinal, são homens. Inúmeros são os argumentos para justificar todo e qualquer comportamento masculino, mas que na verdade só acontecem de forma tão variada, são tão convincentes e naturalizados, porque são falas que dizem de um ser que é homem, falas que repetidas, sem

fundamentação ou embasamento algum vêm estruturando as sociedades por séculos, afirmando que homens podem tudo, mulheres não.

O machismo diz o que mulheres podem e que devem fazer. Dizem que devemos casar, com quem e com que idade. Dizem no que podemos trabalhar – já que insistimos tanto nisso –, dizem que devemos ter filhos, e às vezes até quantos e quando. Como devemos nos vestir, falar, nos comportar, a que e quem devemos nos submeter e até como e em que pensar. Enfim, o machismo deseja dizer como mulheres devem viver, e romper com essa regra é romper com o machismo. Mas como, se ele faz parte da estrutura da sociedade na qual estamos inseridas? Talvez não seja possível desfazer esta ideia tão arraigada em tudo e em todos, mas quem sabe possamos construir uma nova ideia do que é ser mulher, e a partir daí, apresentar uma nova perspectiva, a nossa própria perspectiva sobre nós.

Mas este trabalho não se propõe exclusivamente a pensar formas de combater o machismo – apesar de o fazemos de alguma forma – mas sim de compreender esse estruturante social na vida de mulheres negras inseridas no mercado de trabalho, e para isso se faz necessário pensar o machismo neste recorte e se questionar: esse machismo do qual falamos até agora é o mesmo vivido por todas as mulheres? Já afirmo que não, e aqui falaremos um pouco mais ainda sobre o machismo, mas o vivido por mulheres negras a partir das autoras já citadas acima.

Quando falamos sobre o machismo vivido por mulheres negras, falamos das diferenças de tratamento não só entre homens e mulheres, mas também entre mulheres brancas e mulheres negras. Dos benefícios da primeira em detrimento da segunda em função da cor de sua pele. E não estamos com isso incitando a rivalidade entre mulheres, culpabilizando as brancas ou dizendo que estas não são alvo de machismo, mas sim que o machismo que assola todas as mulheres é ainda mais severo e violento contra as mulheres negras.

Se tomarmos por parâmetro o período escravagista para pensarmos esta discriminação, não conseguiremos apontar as desigualdades que queremos retratar aqui, pois as condições de direitos (senhora X escrava) por si só já colocavam mulheres brancas e negras em diferentes posições socioeconômicas, mas após o abolicionismo, quando em tese, todas teriam os mesmos direitos, já conseguimos identificar que nos EUA, por exemplo, enquanto as mulheres brancas lutavam por

direitos, como ao voto, as negras estavam ainda na luta para serem consideradas pessoas (Ribeiro, 2018). Como narra Davis nos primeiros capítulos de seu livro *Mulher, Raça e Classe* (2016), a trajetória de luta das mulheres negras não se findou com a abolição, mas após esta passa a ser uma luta na busca por ser enxergada como mulher.

A mulher negra passa pela escravidão recebendo o mesmo tratamento que os homens, e como já falamos anteriormente, algumas vezes acumulando trabalhos e violências ainda maiores que eles, e quando abolidas não são vistas como eram vistas as mulheres brancas. Penso que talvez aqui surja uma nova categoria de ser, o ser mulher negra ou como descreve Rachel Gouveia Passo (2023) o "não-ser" (mulher) negra[6].

Passos (2023) descreve como o lugar legado a esta mulher negra no processo de colonização brasileiro, somado a estrutura patriarcal materializada no machismo, que aponta a uma dominação também política da mulher foi o que produziu na sociedade a ideia de que ser mulher negra, na verdade seria a ideia de não ser mulher: sem feminilidade, sem gênero, sem humanidade. A partir desta experiência vivida pelas mulheres negras, sugerimos que, tomada por referência a mulher branca como realidade do que é ser mulher, esta mulher negra torna-se outra coisa que não ser mulher, talvez nem mesmo um ser humano, desumanizando sua existência, tornando-a um animal, e essa marca colonial, de classificação do humano e não humano é central para compreendermos esse lugar no qual mulheres negras são postas.

Porém, nenhuma mulher quer corresponder a este estereótipo, mas querem apenas ser vistas como mulheres. E aqui retomo as palavras de Sojourner Truth[7], citadas por Davis (2016) ao longo do capítulo III, assim como por Ribeiro (2018) no texto *Quem tem medo do feminismo negro?*[8]. Em seu discurso[9], Truth questiona o fato de não ser vista como uma mulher, denunciando que o parâmetro de mulher naquele momento não contemplava mulheres negras, sobretudo em um período recém

---

[6] Título do Capítulo 1 de seu livro *Na mira do fuzil*, referenciado ao fim desta dissertação. Neste capítulo, Rachel desenvolve tal conceito.

[7] Sojourner Truth foi o nome adotado por Isabella Van Wagenen mulher negra feminista, abolicionista, oradora e defensora dos direitos das mulheres. Truth nasceu em 1797 no cativeiro em Swartekill, Nova York, foi tornada livre em 1787 e faleceu em 1883, em Battle Creek, Michigan.

[8] Publicado originalmente no blog da Carta Capital em março de 2015, e posteriormente no livro de mesmo nome em 2018.

[9] Texto completo no apêndice.

abolicionista onde, em sua maioria, as mulheres negras eram ex-escravas, mas ainda não vistas como mulheres. E se não são mulheres, o que são? Em parte de seu discurso, Truth diz:

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendido como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Ribeiro, 2018, p. 51).

E ainda hoje nos perguntamos: ora, mulheres negras não são mulheres? Parece que se considerarmos os parâmetros sociais postos pelo colonialismo, as experiências e relatos de mulheres negras, talvez a resposta seja não. Citando ainda Passos (2023), a mesma nos mostra que ainda na sociedade contemporânea, em 2007, mulheres negras não são vistas como mulheres, mas atualizando os mecanismos racistas, ao invés de fábrica de novos negros escravos (produtos coloniais), na verdade, agora são vistas como fábricas de marginais pelo território periférico das favelas em que estão inseridas.

A mulher negra não é aquela caracterizada apenas pela cor escura de sua pele, mas a ela são atribuídos valores e características que, podendo ser de qualquer outra mulher, são restritos somente a elas justamente em função da cor de sua pele, como: desprovidas de fragilidade e delicadeza, indignas de auxílio, ajuda ou afeto, aptas para atividades de grande esforço físico, produção e reprodução, altamente sexualizadas, promíscuas, sujas, de desagradável aparência, desqualificada para atividades intelectuais, etc. (Davis, 2016). Mas penso que ser vista como uma mulher negra não era o que buscavam, inclusive porque os atributos conferidos às mulheres negras as classificavam como uma mulher de segunda categoria, e se considerarmos todos os gêneros, um ser humano de terceira ou quarta, trazendo inclusive a conclusão de que não eram vistas simplesmente como mulheres.

Davis diz que durante o período escravagista “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle feito as mulheres negras em condição de trabalhadoras” (Davis, p. 20), e isto não se limitou aos

EUA. No Brasil, durante este mesmo período, mulheres escravizadas sofriam de forma sistemática a violação de seus corpos como manifestação do mesmo controle (Gonzales, 2021), porém é preocupante e angustiante ver que a mesma autora afirma que até hoje – século XXI – as mulheres negras que ocupam postos de trabalho de empregadas domésticas consideram que o maior risco a sua profissão são os abusos sexuais cometido pelos patrões (Davis, 2016). Mulheres negras ainda não são mulheres, são corpos a serem violados. No Brasil, inclusive, essa sexualização da mulher negra é comercializada e exportada como um "produto" (Gonzales, 2020), mulheres brancas não.

Quando pensamos da educação e na qualificação de mulheres negras em relação às mulheres brancas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 do IBGE mostra que a taxa de conclusão do ensino médio da população preta ou parda (61,8%), que, embora tenha aumentado desde 2016 (58,1%), continua menor que a taxa da população branca (76,8%), o que tem relação direta no que aponta Gonzales (2018, p. 159):

> A inclusão da mulher negra no mercado de trabalho é, assim como para o homem negro (92,4%), majoritariamente concentrada no trabalho manual (83%). Isso implica que mais de quatro quintos da força de trabalho negra ocupam ofícios caracterizados por níveis baixos de remuneração e escolarização. (...) Em contraste, a proporção de mulheres brancas que realizam trabalhos manuais é significativamente menor (61,5%).

Mulheres negras possuem menor índice de escolaridade, até mesmo a média para a conclusão do ensino médio é menor em relação a pessoas brancas, logo os postos de trabalho que buscam correspondem a sua escolaridade, mas nem mesmo as que possuem o ensino médio conseguem com facilidade alguma colocação profissional que lhes dê condições adequadas de trabalho ou até mesmo algum tipo de seguridade. No Brasil, percebemos que mulheres negras não são aquelas colocadas em postos de trabalho onde se exige um contato direto com o público, atividade correspondente a um número significativo de postos que quase sempre demandam apenas a qualificações de nível médio, pois para estes cargos exige-se "boa aparência", e isso corresponde a: primeiramente ser branca, depois, numa espécie de hierarquização, às características atribuídas a mulheres brancas, que são o padrão social de mulher: pele clara, magra, de cabelos lisos, "traços finos", etc. E aqui, percebemos como "ser mulher negra no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão" (Gonzales, p. 58).

São aquelas que possuem, entre as mulheres, menor nível de escolaridade, mas não são consideradas aptas para atividades em que precisam se expor fisicamente (a não ser como mulata), logo lhes restam as atividades manuais, braçais e de alto esforço físico, escondida atrás das paredes de uma fábrica, na longa distância no campo, no quartinho dos fundos da empregada ou até mesmo em suas próprias casas, de onde produzem àquilo que pode trazer sustento para si e sua família.

Ao longo de seu livro, Gonzales (2020) dissertar em diversos momentos sobre o quanto mulheres negras estão em desvantagem em relação às mulheres brancas, social e economicamente, e ainda hoje buscam essa equiparação, algumas vezes tentando corresponder aos estereótipos da mulher branca, outras, apenas mostrando que são negras e são sim mulheres nem mais, nem menos dignas ou capazes, apenas mulheres que desejam ser tratadas como tal.

Quando uma mulher que consegue se qualificar, romper com os estereótipos construídos para ela e ocupar os espaços de gestão e liderança é prontamente ataca em sua qualificação, tendo questionada sua capacidade para estar ali; e quando se mostra apta tais ataques são automaticamente direcionados a sua aparência, comportamento e autoestima, tal qual vimos acontecer com a ex-presidenta Dilma durante seus mandatos. Se até mesmo Dilma, que sendo uma mulher branca e ocupando um cargo de tanto prestígio e autoridade, passou por tanta misoginia, não conseguimos imaginar o que acontece com mulheres negras em situações análogas. E nem mesmo temos estes relatos porque mulheres negras sequer chegam a estes espaços, pois este sistema racista e machista é comandado por aqueles que detém o privilégio, e quem tem privilégio possui interesse apenas em criar mecanismos que façam a manutenção do sistema para que os mantenham lá (Ribeiro, 2018), sejam estes privilegiados homens ou mulheres brancas.

As considerações que trouxemos até aqui sobre o machismo sofrido por mulheres negras já aponta para a indissociável discriminação de raça que está posta para elas. Mas que racismo é este que torna a vida da mulher negra ainda tão desafiadora? Vejamos a compreensão de racismo que norteia esse trabalho.

O racismo do qual falaremos aqui tem nossa perspectiva, porém atravessada pelo conhecimento e percepções apresentadas sobre o racismo para os autores como Almeida (2020), Bento (2020), Gonzales (2020), Moura (2020), Nascimento (2019),

dentre outros, que inclusive são concordantes em dizer que o racismo é o privilégio concedido a alguém em função de sua cor/raça. Iniciamos, contudo, a partir da ideia de raça[10] apresentada por Passos (2023). A autora cita Quijano para afirmar que “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América” (p. 32). Isso já nos aponta a construção de uma ideia de racialização de pessoas negras a partir das expansões ultramarinas, datadas do século XV. A noção de centralidade europeia a qual já citamos aqui anteriormente, se solidifica a partir do encontro do europeu com este outro não branco: negro, indígena, oriental, também classificado como bárbaros, selvagens, pagãos e primitivos, formas do branco europeu se designar como superior a estes (Bento, 2020, p. 28).

Segundo Procópio (2017) a expansão do sentido da palavra raça, é localizado temporalmente a partir dos séculos XVI-XVII, quando passou a identificar europeus pelos seus territórios de origem. Porém, também possui relação com específicos processos sociais europeus, quando passa a ser usado para classificar pessoas em grupos fisicamente diferentes. Desta forma, gradativamente, os conceitos de raças “puras” e “hibridas”, até então utilizado na botânica e da zoologia, passam a ser usados para legitimar relações de dominação entre classes. Com o sistema colonial em expansão por todo o mundo, as diferentes etnias europeias se conjugam em apenas uma, a branca, colocando-se em distinção e como contraponto aos demais povos encontrados a partir desta colonização, também designados não-civilizado. A cor da pele passa a ser considerada de forma definitiva como um critério na divisão entre raças, e o que antes era utilizado para determinar a origem territorial ou a classe da qual o europeu fazia parte, agora denomina todos os europeus apenas como pertencentes à raça branca, superior, desenvolvida e por isso, legitimadora de invasões territoriais e opressões.

> [...] o conceito de raça tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica [e político-ideológica].

[10] De acordo com Procópio *apud* Guimarães (2009, p. 11), “Raça” não é um conceito que encontra correspondência entre os seres humanos em nenhuma realidade natural. Na verdade, este seria um conceito utilizado apenas para indicar, de forma negativa, a classificação social de determinado grupo social em relação a outro, apontando ainda que esta classificação se baseia em uma noção determinista e específica de natureza, sendo deste modo, uma construção social. Contudo, uma realidade social plena, quando coloca determinados grupos sociais subjugados a preconceitos, interesse e valores sociais negativos, torna-se impossível combater a encarnação deste conceito sem reconhecer a necessidade de sua nomeação como tal.

> [...] o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (Procópio, 2017, p. 34 *apud* Munanga, 2003).

Com isso, vemos que o que conhecemos hoje como racismo e suas formas sofisticadas de discriminar, excluir, subjugar e exterminar pessoas de pele, fenótipos ou traços diferentes do seu (branco e europeu), nem sempre foi assim, mas foi sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. O que outrora acreditávamos ser apenas a suposta autoestima do homem branco, se revelou, na verdade, uma obstinação pelo poder e propósito de dominação, fazendo com que ele construísse para si altos pódios, não para se defender daquilo que era diferente de si, mas como estratégia de expansão, exploração e subjugação. Nisto tem fundamental importância a criação de um conceito de identidade baseada em cor de pele, traços fenotípicos e território, inaugurando assim as bases de legitimação para que ele se estabelecesse como uma sociedade superior, colocando-se como centro e referência de tudo que é feito a partir de então para o resto do mundo (Passo, 20204). E nisso, incluem-se as violências impostas durante o processo de colonização. Dizemos aqui violências no plural porque diversas foram e ainda são as formas violentas com as quais pessoas negras são tratadas, e todas essas formas podem ser conjugadas em uma única palavra: racismo.

A exemplo disso, citamos o que justificou a exploração do corpo negro desde o início deste processo. Para distinguir a razão da emoção, Passo (2023), citando Quijano, afirma que houve primeiramente uma definição do que poderia ser chamado corpo e do que seria o não-corpo, sendo o corpo próprio das emoções e o não-corpo da razão, e desta forma teríamos a distinção entre o sujeito humano como sinônimo de razão, e a natureza humana como sinônimo de corpo, e as relações de poder estabelecidas entre estas duas categorias centrou-se na racionalidade, fazendo desta dominadora dos demais a quem era legando as emoções e apenas o corpo. Esse processo de negação da existência de um sujeito humano negro “passa pela destruição da sua memória, tradições, valores, saberes, religiosidade, levando-o a rejeição de si e tudo que foi caracterizado como sendo pertencente da negritude” (Passo, 2023, p. 31). Lembro-me de uma música do cantor Emicida, quando refletindo sobre o racismo a que também é imposto, descreve de modo muito semelhante esse processo de desumanização do ser negro, ao cantar: “Primeiro, sequestra eles, rouba eles, mente

sobre eles, nega o Deus deles, ofende, separa eles. Se algum sonho ousa correr, *cê* para ele, e manda eles debater com a bala que *vara* eles, *mano*"[11].

As passagens citadas acima nos mostram como essa desumanização da população negra, limitando-a a apenas um corpo, não foi algo instantâneo ou automático, mas sim um processo, que mesmo com muita resistência e luta por parte do povo desumanizado, teve seu objetivo alcançado ao longo do tempo e se reproduz ainda hoje, pois era, e ainda é, fundamental a necessidade de racialização para que a hierarquização dos corpos e desumanização do ser negro seja justificada e a partir disto fundar – e manutenir – uma sociedade que, agora classificada a partir da raça, aceite ou ao menos não questione, como enumera Passos (2023), as práticas institucionais de controle, tal qual hoje vemos nas aplicações da segurança pública ou nas sentenças judiciais; o aniquilamento das memórias, tradições e valores dos povos negros, a exemplo do que acontece atualmente com as religiões nomeadas de matrizes africanas ou com os ritmos, roupas e adereços utilizados por população negra, e que faz referência a sua ancestralidade africana; ou ainda a exploração econômica quando na comercialização da cultura e arte produzida pela população negra ao longo dos séculos. A racialização foi aos poucos desconstruindo a "negritude" que havia no povo colonizado e paulatinamente conferindo-lhe uma nova identidade sobre o que seria ser negro, assim como diz Souza (2021): "a violência racista do branco exerce-se antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro" (p. 25), e completa "(...) o modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche[12]: *fetiche do branco,* da *brancura"* (p. 27).

O racismo do qual falamos aqui vem, ao longo dos séculos, se manifestando de diferentes formas, se aperfeiçoando e sendo mais um componente de estruturação social, sobretudo no Brasil. O racismo determina, valores sociais, renda, acessos à cultura, lazer, saúde, segurança e tantas outras coisas que necessitam cidadãos e cidadãs para uma vida digna. Neste trabalho, contudo, tentaremos demonstrar como

---

[11] Trecho da canção de nome Ismália, gravada pelo cantor Emicida em 2019 no álbum Amarelo e composta pelo próprio.

[12] O termo aqui pode ser compreendido como sua definição em dicionário: um objeto a que se atribui poder sobrenatural ou mágico e se presta culto, ou ainda com referindo-se às dimensões estruturantes da sociedade moderna-capitalista, que concentra o poder de sujeito, aqui representado pelo homem branco, que acaba tendo nessas estruturas raciais e patriarcais sobre as pessoas, que, por sua vez, tornam-se objeto.

este mesmo racismo viabiliza e determina postos e relações de trabalho de forma discriminatória e subjugadoras, principalmente para mulheres negras.

O racismo vivenciado hoje por pessoas negras vem e está diretamente relacionado a esta ideia de racionalização que descrevemos. Vejamos como este racismo é compreendido aqui é manifesto na contemporaneidade.

Conforme Almeida (2020) encontramos 3 distintas dimensões de racismo, a partir de Almeida (2020): a individual, a institucional e a estrutural. A primeira fala de um racismo concebido como uma anormalidade ou um fenômeno de caráter psicológico do indivíduo ou até mesmo coletivo, combatível por penalizações jurídicas, porém nesta dimensão, a sociedade ou as instituições não seriam racistas uma vez que isso se dá em fatos isoladamente na relação entre os indivíduos. Aqui temos o clássico exemplo de xingamentos a pessoas negras ou a atribuição de características pejorativas por motivo de cor, que seriam facilmente contornadas com penas legais. Nesse contexto me questiono se os diversos exemplos de racismo contra mulheres citados por Lélia Gonzales (2020) não caberiam aqui. Muitas e diferentes são as falas e citações da autora em que mulheres são discriminadas em função da cor de sua pele e características de seu corpo, tido pelo homem branco “para consumo”. Gonzales (2020) cita como um dos exemplos a festa de carnaval, onde mulheres negras eram exibidas e tinham seus corpos admirados, exaltados e especialmente objetificados, sendo cada uma delas consideradas para o concubinato ou adultério, mas jamais para o casamento (p. 80). Essa não seria uma das facetas subjetivas do racismo que violenta as mulheres negras, construindo para elas um lugar de objeto de consumo e entretenimento? Acreditamos que falas como “preta quente” ou “mulher que serve para trepar” são formas racistas, que se manifestam através de uma violência subjetiva e que levam mulheres negras a criarem sobre si a imagem de não merecedoras de afeto, relacionamentos amorosos e até mesmo constituição de famílias, aceitando os lugares emocionais de menor valor e em relações nas quais, quase sempre, são resumidas ao sigilo e ao sexo. Essas falas isoladas e referidas a uma mulher especificamente ou a um grupo – de mulheres negras – pode ser um exemplo dessa forma de racismo descrita por Almeida, que corporifica a subjetividade da violência racial.

A segunda dimensão, o racismo institucional, é centrada nas relações de poder. Esta assume o racismo como “o resultado do funcionamento das instituições” (Almeida, 2020, p. 37) que se organizam de forma a privilegiar ou desfavorecer as pessoas em

função de sua cor/raça. É como as instituições tratam o sujeito negro. Silvio Almeida acredita que os conflitos que envolvem a pessoa negra e as questões de raça também fazem parte das instituições. Uma vez que, para o bom funcionamento da sociedade, as instituições precisam ser capazes de administrar conflitos – e por administrar entenda-se absorver e normatizar –, também foram estabelecidas normas e padrões que orientem os cidadãos em relação aos conflitos de raça. Logo, a desigualdade racial que hoje presenciamos e vivenciamos na sociedade é aquela que foi normalizada pelas instituições, hegemonicamente lideradas por um determinado grupo racial que estabeleceu tais regras e padrões, impondo seus interesses políticos e econômicos, catapultando o racismo de um fato isolado para uma perspectiva de domínio exercido por quem tem o poder, e se esse poder está concentrado em uma determinada raça, ainda que em minoria quantitativa, esta é também quem pode limitar e impedir os diferentes tipos acessos de quem desejar. Nesta perspectiva o racismo não está desconectado de um projeto político e socioeconômico, ele está a serviço destes. A ordem social é racista. Penso que essa forma de racismo seja o que Abdias Nascimento (2019), chama de racismo de resultado, um racismo dissimulado e negado, mas extremamente eficaz em excluir justamente por ser institucionalizado. Segundo o autor, é o racismo que se manifesta nos

> processos perversos de genocídio que sempre caracterizaram a sociedade brasileira e que hoje se revelam no mundo como parte integral de um processo de globalização que institucionaliza o racismo, a descriminalização racial e o massacre de nossa gente em escala mundial (p. 360).

Esse racismo é aquele que se manifesta na fome e má alimentação das pessoas negras, nas abordagens violentas da polícia e na dificuldade de acesso à educação e a saúde, nas péssimas condições de habitação e moradia de pessoas negras, na desigualdade em praticamente todos os indicadores sociais que tende sempre as piores e menores condições às pessoas negras. Nascimento (2019) fala ainda sobre o comprometimento dos governantes no combate ao racismo, mas destaca que pouco se faz de política para que ações efetivas deem formas, fontes e manifestações do racismo na atualidade para que se possam combater através de compensação, restituição e reabilitação. As perguntas que ficam são: a quem interessa essas políticas? Por que não se efetivam? Há mesmo um compromisso governamental contra o racismo? Após anos e anos de lutas, apontamentos e diferentes governos, vimos o pouco que avançamos – hora até mesmo retrocedendo – sem saber o que de fato está

seguro, mas certos de que o poder governamental que se diz comprometido com o combate ao racismo é composto por homens brancos. Talvez isso ajude a responder algumas das perguntas postas acima. O racismo institucional é propagado por e através das instituições desde que o Brasil se constituiu como nação, remetendo a nossas raízes coloniais, onde sempre foram os homens brancos a comandar e instituir a lógica de funcionamento do conjunto das instituições sociais. Não há como não termos um país institucionalmente racista.

Já o racismo estrutural, terceira dimensão discutida por Almeida (2019), nos leva a uma etapa anterior ao estabelecimento das instituições, da estrutura social. O racismo estrutural nos apresenta a maneira como se constituem e se estruturam as instituições a partir da histórica organização social nacional. À medida que as sociedades se organizam e se desenvolvem, surgem necessidades, como: a educação, a saúde, a justiça, o trabalho, etc., e é em função desta necessidade que as instituições nascem. Elas vêm para dar contorno e materialidade a uma estrutura social. Por isso diz Almeida (2020) que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (p. 47). Sendo assim, entendemos aqui o racismo como estruturante de nossa sociedade, concluindo que

> o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural! (Almeida, 2020, p. 50).

Essa estrutura da qual fala o autor nos lembra Bento (2020), quando diz do surgimento do conceito de branquitude. É preciso existir o outro para que este seja um, o princípio, o início, o padrão, o universal, nesse caso, o homem branco. Uma sociedade racista se constrói no Brasil quando europeus brancos colonizadores certos, não apenas de sua superioridade, mas como já apontamos antes, intencionados a dominação, escravizam negros em função de serem diferentes, de não serem brancos e a eles atribuem a oposição de tudo o que creditam a si. Enquanto o homem branco europeu confisca para si o título de inteligência, beleza, disciplina, desenvolvimento, etc., confere ao africano negro escravizado a ignorância, a feiura, a desordem, a primitividade e dentre outras coisas a desumanização, criando assim no negro o que Souza (2021) chamou de o mito do negro. Esse mito, com o tempo e refinamento das estratégias racistas vai sendo internalizado pelas pessoas negras, agora afro-brasileiras, e que vão tendo sua crença, cultura, origem e histórias apagadas pelos

dispositivos racistas que dão contorno para a agora sociedade brasileira, como também expostos antes. Essa população sequestrada e escravizada se vê à mercê daquilo que o branco lhe oferece, porque ele é quem está no poder, é ele quem pode lhe dar alimento, moradia, trabalho, mas também quem lhe confere características, qualidades, defeitos, quem diz qual é o seu lugar na sociedade, uma sociedade que é desde os seus primórdios liderada por homens brancos, logo uma sociedade racializada que foi sim estruturada nas lógicas de descriminação, poder e subjugação em função da cor da pele, uma sociedade estruturalmente racista e que o reproduz em todas as suas esferas.

Quando pensamos nessa trajetória de Brasil, que se mistura de forma indissociável com a trajetória do racismo, corroboro com Clóvis Moura (2020) quando diz não ter havido no Brasil um sistema formal e legal que regularizasse o racismo, porém, desenvolvido sob um sistema classificatório em função da cor da pele, o racismo atua de forma dinâmica no Brasil por quase quinhentos anos por meio de táticas e estratégias discriminatórias que funcionam nos mais diferentes níveis de nossa estrutura. Ele traz inclusive a filosofia do branqueamento, que já expomos anteriormente aqui como uma dessas estratégias. A ideia de fazer com que espontaneamente acontecesse uma miscigenação de modo a “clarear” a sociedade ao mesmo tempo em que promove a sociabilização entre brancos e negros, argumentando ser esta inclusive uma das maiores provas de que não haveria racismo no Brasil, mas que somos sim uma democracia racial[13], que vê o negro como igual, como cidadão, só não dizem que este cidadão é apenas de título, mas não de fato, não o cidadão dos mesmos direitos dos brancos, não o cidadão abolido com terra e/ou renda. O negro é na “democracia racial brasileira” o cidadão vagabundo, que desde 1888 vem sofrendo formas cada vez mais sofisticadas e eficientes de um racismo entranhando na sociedade, visível e ao mesmo tempo impalpável, consciente e mesmo assim consensual. Moura (2020) termina por dizer que essa almejada democracia racial, não é possível existir enquanto não houver democracia plena e completa: democracia política, econômica, social e cultural. De fato, como poderia haver uma democracia onde negros não tem renda, respeito a sua cultura, espaço e participação política e social? Em um país onde todos esses aspectos são dominados e

[13] Teoria defendida pelo escritor Gilberto Freyre, segundo a qual existiria uma empatia entre senhores e escravos, e que exaltava a miscigenação, vendo esta como benéfica para os brasileiros e até mesmo uma solução para o racismo.

referenciados a partir da branquitude, nada mais resta do que ser um país, desde suas entranhas, racista.

Faz-se importante aqui recorrer à ferramenta analítica da interseccionalidade para conjugar os conceitos apresentados até então de machismo e racismo como estruturantes e determinantes nas relações laborativas para mulheres negras. Tal interseccionalidade é descrita por Collins (2021) como o entendimento de que:

> em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, estas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (p. 16).

O pensamento interseccional aqui é uma busca por compreender como esta correlação entre gênero e raça vem organizando esta sociedade chamada brasileira, a partir do século XV, estabelecendo entre os sujeitos destas duas categorias relações de força e poder que colocam mulheres negras como subalternizadas em relação aos demais sujeitos, pois uma vez categorizadas em determinado grupo, não só são excluídas dos demais, mas também de tudo o que está posto a estes. Essa dupla categorização: mulher e negra (para muitas, tripla, por serem também periférica) torna esta restrição ainda mais limitante e excludente. Akotirene (2019) vai dizer que:

> A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (p. 14).

E, de fato, a interseccionalidade não se limita às categorias de raça e gênero, pelo contrário, ela pode ser usada como ferramenta analítica de infinitas categorias, que quando sobrepostas evidenciam uma nova categoria de indivíduos, formada pela incidência de diversas e diferentes categorias e que vive diferentes tipos de violências, discriminações, etc. Neste trabalho, por exemplo, além das categorias de raça, classe, gênero, poderíamos utilizar também a sexualidade, idade, capacidades, etnia, etc., pois cada uma dessas categorias pode ser compreendida como uma camada que forma este sujeito, tal qual exemplificado por Akotirene (2019) e adaptada aqui na figura abaixo:

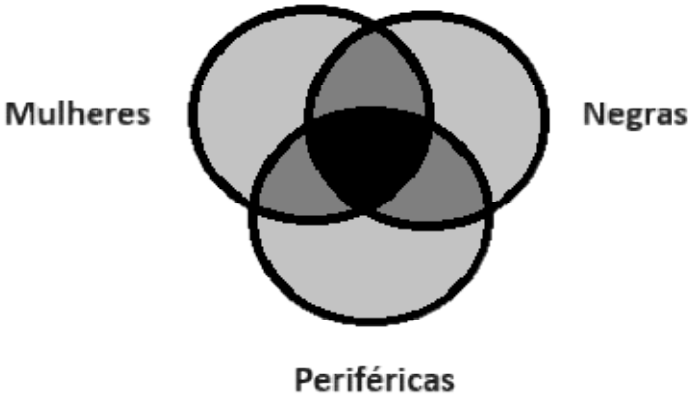

Figura 1: Intersecção entre gênero, raça e classe

Fonte: Adaptado de Crenshaw (2004).

Como representado acima, quando consideramos questões que atingem apenas as mulheres, excluindo as categorias analisadas nesta pesquisa de classe ou raça, vemos que contemplamos apenas uma parcela dessas mulheres, contudo, se conjugamos a categoria gênero (mulher) a classe (periférica), um novo grupo surge, e ainda, quando acrescentamos a raça (negra) vemos no centro as sujeitas de nossa análise.

Interessante como esta representação nos elucida que, as questões que afetam as mulheres estão postas para todas as mulheres, incluindo as negras e periféricas, assim como as questões que estão postas para as mulheres periféricas também afetam as mulheres negras, mas o contrário não é verdadeiro. Isso fica evidente, por exemplo, quando falamos acima sobre a inserção de mulheres negras e periféricas no mercado de trabalho. É sabido, como evidenciado nas pesquisas apontadas aqui, que mulheres têm mais dificuldades que homens para se inserirem no mercado de trabalho, um dos fatores que justifica essa dificuldade é a atribuição do cuidado da casa, dos filhos e da família à mulher, que quando tem filhos é questionada com quem os deixará para trabalhar, e se não tem é igualmente questionada de como será seu rendimento profissional quando tiver. Este questionamento está posto para todas as mulheres, mas quando conjugamos a categoria classe ao gênero, já percebemos que isto pode começar a diferenciar os acessos a postos de trabalho, pois mulheres de classes mais privilegiadas podem custear o cuidado para seus filhos, seja em instituições de ensino integral, seja através de cuidadoras particulares, conhecidas como babás. Quando elas não possuem qualificação acadêmica que justifique postos de trabalho com maiores

rendimentos para custear tal cuidado, o mesmo pode ser custeado pelo rendimento do companheiro ou companheira, pais ou ainda outros familiares, por ser esta mulher pertencente a uma classe sócio-econômica mais abastada e favorecida. Já as mulheres periféricas não conseguem sustentar essa argumentação, ainda que possam contar com uma rede de apoio própria e característica de territórios periféricos. Muitas vezes a baixa escolaridade não permite que elas concorram aos postos mais rentáveis para custear o cuidado de seus filhos e não possuem respaldo financeiro de outras fontes, deixando estas mulheres mais distantes dos postos de trabalho, principalmente os de maior rentabilidade, empurrando-as para os postos de menor rentabilidade, prestígio social e maior esforço físico. Se sobre isso colocarmos a categoria raça, vamos identificar que mulheres periféricas negras possuem ainda mais dificuldades, pois os postos que lhe restam acabam sendo os informais. Sem o custeio do cuidado dos filhos, sem o fenótipo esperado para trabalhos de exposição visual, considerada historicamente “forte” (em oposição a fragilidade e delicadeza atribuída a mulheres brancas) e algumas vezes com baixa escolaridade, são elas que vão cuidar da casa e dos filhos das mulheres não racializadas e privilegiadas socioeconomicamente, para que estas ocupem os postos de trabalho.

Desta forma vemos como não é possível fazer um recorte de raça, gênero ou classe e focalizá-los independentemente na análise, é preciso conjugá-los e sobrepô-los para que possamos olhar a sujeita desta análise em todas as suas facetas e por inteira, considerando como se relacionam e refletem na vida desta mulher todas as categorias que a compõem. É como comer um pedaço de bolo e já não poder identificar mais a farinha, o leite e o ovo. Sabemos que estão ali, mas já não é possível analisá-los separadamente, pois o que agora identificamos como bolo, apesar de ser composto por estes ingredientes, não é mais “isso” é outra coisa. Da mesma forma, uma mulher não é uma mulher negra e uma mulher periférica, ela é outra coisa composta de tudo isto e mais.

É desta forma que tentaremos realizar a análise desta pesquisa, considerando que a racialização, categorização e hierarquização da sociedade – e aqui vamos nos ater especificamente a brasileira – foi o que singularizou a formação do Brasil. A maneira como fomos e, em função disso, ainda somos organizados até hoje não é igual a nada já visto até então, e isso se aplica também à mulher negra periférica brasileira.

A desconsideração e o extermínio de um povo já habitante dessas fartas terras classificada como descoberta; o sequestro para esta terra de uma outra população já racializada, logo, hierarquizada como inferior, e esvaziada de quase tudo que lhes dava a identidade de ser humano; a renomeação desta população sequestrada e de tudo aquilo que se relacionava a ela (nomes, deuses, cultura, comportamentos, status social, etc.), a separação das famílias desta população sequestrada e uma nova organização social imposta; a separação das mulheres para a dupla jornada de trabalho dentro da casa grande e fora: nas lavouras, minérios e engenhos e a negação de acesso financeiro e renda a esta população, caracteriza a construção social de um Brasil estruturado sob a concentração de renda em pessoas brancas e de gênero majoritariamente masculinas e a segregação de pessoas negras a quem foi deixado como herança o trabalho não intelectual, a miséria e ausência de ganho financeiro e a imposição de diferentes postos de trabalho de acordo com sua natureza masculina ou feminina. Nesse ponto, vemos como os primeiros 350 anos da concepção do Brasil construiu as estruturas para o que viria a seguir de forma interseccional, a partir das categorias de classe, raça e gênero. Desconsiderar o aspecto interseccional desta análise, seria dizer que há apenas uma população e que esta é homogênea, ou ainda que há mulheres ou pessoas negras, sobre a qual se infringiram de maneiras iguais as forças de poder que foram postas durante o período colonial e até hoje, e sabemos que isso não corresponde à realidade, pois isto excluiria as mulheres negras.

Desta compreensão interseccional, surge a necessidade e uma organização sexual e racial das atividades de trabalho como estrutura e desenvolvimento fundamental do capitalismo[14] no Brasil. O capitalismo concentra nas mãos de poucos, a quem chamamos capitalistas[15], não só os recursos para a produção, mas também os meios para produzir, fazendo com que o resultado disso, o produto, seja de propriedade privada deles, objetivando sempre o acúmulo da riqueza na forma de dinheiro advindo da exploração do trabalho e da comercialização de produtos. Para isso é necessário que todos os demais trabalhadores não detenham nem os recursos, nem as formas de produção, ficando assim subordinados a consumirem apenas o que é produzido por estes capitalistas, que seguem acumulando cada vez maior capital.

---

[14] Aqui concebida como uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo, a partir do século XIII, fundado em um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, segundo aponta Procópio *apud* Quijano, 2005, p. 108.

[15] Aquele que detém os recursos, os meios de produção e consequentemente o produto final, cuja comercialização é de onde provém sua renda.

Desta forma, a propriedade privada (detenção dos recursos, mão de obra e produto) é indispensável para o funcionamento e reprodução das relações capitalistas, visto que estes terão não só a detenção do produto, mas os meios produtivos, o capital acumulado e comercializado, fazendo com que não apenas a força de trabalho consuma as mercadorias deles, mas que também trabalhem para eles. Percebe-se aqui uma mudança radical nas formas de produção e comercialização europeia típica da idade média, voltada para o consumo próprio, que se valia da troca simples entre produtos sem a existência da propriedade privados dos meios produtivos, nem tampouco destinados à acumulação privada de riqueza, para um sistema de propriedade privada de compra e venda por parte de capitalistas que concentram renda e poder, e seccionam a sociedade em trabalho e capital. Esta nova forma econômica impacta os países europeus, que, contudo, se adaptam e saem em busca de novos recursos para a produção de novas mercadorias, obtenção de lucro e concentração de mais e mais riqueza como estrutura fundamental do novo sistema social.

De acordo com Procópio (2017), nas Américas a forma capitalista de funcionar baseou-se na grande concentração de terra no poder de poucos, o que entendendo como uma cultura latifundiária, terra esta onde eram cultivadas alimentos e matérias-primas, através da monocultura, para a exportação e para a venda no mercado europeu. No entanto, houve outra base para o êxito do capitalismo em terras nacionais: o trabalho escravo. Em um território recém invadido, com “poucos” habitantes, resistentes ou não aptos a este trabalho – na perspectiva do homem branco europeu – a força de trabalho aplicada à produção capitalista no Brasil foi o escravo. Mas ele não era apenas mais um elemento basilar nas engrenagens do capitalismo, pois na medida em que também era comercializado, e em algum momento o mais caro artigo a ser vendido, passa a pertencer a esta dupla categoria: a de mão de obra e a de produto.

Com a invasão das terras brasileiras, o extermínio de boa parte de seu povo originário e a descoberta dos recursos e qualidades que a terra poderia oferecer, o Brasil tornou-se alvo da extração europeia, ocupando-se o colonizador de usurpar tudo o que era possível, em grande e larga escala, para que fossem comercializados de forma lucrativa na Europa. “Descobrir” terras como as do Brasil naquele momento foi um grande facilitador para o estabelecimento dessa nova forma de produção: ter-se-ia não só os recursos como os meios de produção, mas ainda lhes faltava a mão-de-obra. Ter a terra, por mais rica e produtiva que fosse não bastava, era necessário alguém

para trabalhar e produzir neste espaço, algo que o europeu colonizador não fazia nem mesmo em suas próprias terras, não faria aqui, por isso a fundamental participação das teorias de categorização, inferiorização e desumanização da pessoa negra, e a necessidade de fundamentar isso de maneira mítica, pouco sustentada e rapidamente substituída pela religiosa, que chegou a se utilizar da passagem bíblica que marca a tribo de Cam[16] como divinamente relegada a inferioridade e serviço aos demais – fundamentação esta que também não durou por muito tempo –, pois cede lugar às justificativas de teorias científicas, determinante para a legitimação da escravidão.

A teoria científica foi definitiva para que este povo negro, recém encontrado, pudesse ser livremente usado como mão de obra escrava e comercializado como produto para quem desejasse e pudesse comprar, e esta contribuição vem a partir da ideia de raça que iniciamos acima, fazendo do racismo "um componente ideológico do capitalismo" (Procópio, 20147, p. 37)

Procópio (2017) baseando-se em Munanga (2003) diz que "a etimologia do termo raça advém do latim ratio, que significa categoria, espécie e inicialmente seu uso estava relacionado à classificação das espécies animais e vegetais na zoologia e na botânica" (p. 32-33), mas existia uma urgência para justificar a subalternização de pessoas de pele escura, e uma teoria científica que fundamentasse essa inferioridade a partir do já conhecido conceito da seleção natural e da sobrevivência do mais apto, viria com rapidez a se estabelecer e dominar o pensamento europeu, naturalizando esta ideia de dominação de um povo tido como superior sob um povo natural e biologicamente conceituado como de raça inferior.

Até aqui, vimos como o racismo se desenvolve e se estabelece a serviço do capitalismo, mas não só as novas identidades que surgem a partir desta racialização se associaram à natureza dos papéis e lugares neste novo modelo de produção. A divisão sexual do trabalho, na proporção em que separa as atividades laborativas em função do gênero, a partir de uma análise interseccional, pode ser lida também como uma

---

[16] De acordo com o livro bíblico de *Gênesis*, Noé teria tido 3 filhos (Sem, Cam e Jafé), estes foram responsáveis por povoar a terra após o dilúvio, no entanto, a mitologia cristã narra que, certa vez, Noé teria se embriagado com vinho e após isso deitando-se nu em sua tenda e seu filho Cam, de quem seria gerada o povo de Canaã, teria visto sua nudez, o que era terminantemente proibido e recriminado pelos povos hebreus. Além de ver, ele teria contado para seus irmãos. Quando Noé, seu pai, sabe do ocorrido, amaldiçoou o filho mais novo de Cam com a frase na qual se baseara a igreja católica para justificar o racismo: "Maldito seja Canaã; seja servo dos servos de seus irmãos" (Gênesis 9:25). E esta frase é associada ao povo negro sob a justificativa de que o território onde Cam e sua descendência haveriam habitado seria o africano.

divisão do trabalho. Ambas as categorias (sexual e racial) quando lidas a partir da perspectiva do trabalho, não desconsideram que algumas funções exercidas por um homem possam vir a ser também exercidas por mulheres, incluindo as que exigem força física. Houve um tempo em que determinadas mulheres – brancas – eram poupadas deste trabalho braçal e de grande esforço físico sob o argumento de que força é um atributo inerente ao homem. Mas este nunca foi um argumento de exclusão das mulheres negras de tarefas tidas como naturalmente masculinas, pois as mesmas trabalhavam – e trabalham ainda hoje – em atividades que requerem grande esforço físico durante seu desempenho. Ainda assim, esta força atribuída ao homem ainda é hoje tida como símbolo de poder físico e subjetivo sobre as mulheres, brancas e negras. Já as atividades tidas como intelectuais, racionais, focais, calculistas, pragmáticas ou estratégicas sempre foram atreladas exclusivamente a imagem do masculino, ao homem branco, excluindo aqui a possibilidade de qualquer mulher exercê-las, porém, estas são as características que muitas vezes se exigem aos cargos de poder onde as decisões são tomadas, lá mulheres não poderiam estar por não terem inerentemente as características necessárias para isso.

Aqui vemos mulheres de qualquer cor sendo excluídas dos espaços de deliberação e decisão, lá apenas homens brancos podem estar. E em uma forma de hierarquização do trabalho, às mulheres brancas é legado o cuidado da casa e dos filhos, tal qual no período colonial, porém hoje, com muita resistência e insistência, mulheres já conseguem ocupar esses lugares de poder, ainda que majoritariamente, contudo, estas são em sua maioria mulheres brancas. A estas está posta na contemporaneidade uma escolha: o trabalho do cuidado familiar ou o trabalho intelectual com ausência de esforço físico. Qual escolha resta às mulheres negras? A estas, assim como aos homens negros, seguem os postos de trabalho atrelados a grande esforço físico e superexplorado. Quando estão inseridas no cuidado, é como empregada doméstica, babás, cozinheiras, dentre outros afazeres domésticos, ou atribuições de baixa exigência escolar como vendedoras, e para àquelas que correspondem ao padrão de “mulata”, há postos de trabalho onde sua aparência é o produto a ser comercializado, ou ainda em postos de trabalho onde a aparência é literalmente escondida em postos de telefonistas ou linhas de produção na indústria.

Há ainda hoje a categoria empreendedora, que projeta o sucesso profissional desta mulher através de trabalhos independentes, autônomos, sem nenhuma

vinculação ou direito trabalhistas, justificando que esta não precisa de ninguém, para vencer, mas que seu sucesso depende apenas de seu esforço e dedicação, discurso este antigo e já bem conhecido pela população negra que aparece na atualidade com uma nova roupagem, a da empregabilidade independente. E não deixaremos de citar aquelas que, apesar de todas as barreiras impostas pelo racismo, pelo machismo e também pelo capitalismo, chegaram sim a postos de trabalho de boa remuneração, prestígio e até mesmo algum poder de decisão, continua a ser tratadas a partir das categorias às quais pertencem, mulheres e negras. A inquietação que trazemos aqui é como é a vivência destas raras mulheres negras, como elaboram esta condição e reagem a ela.

Esse nos parece ser um lugar de extrema solidão e alerta, de quem apenas gostaria de realizar o trabalho para a qual foi contratada, mas permanece constantemente vigilante para as discriminações raciais e machista desses espaços, sem ter com quem dividir ou compartilhar tais situações por serem na maior parte das vezes as únicas nesses espaços. Quando são remuneradas adequada e justamente não possuem voz para as decisões que importam, pois é entendido pela branquitude que este dinheiro compra sua presença ali, acreditando que pela necessidade da renda e impossibilidade de consegui-la em outro lugar, esta mulher se submeterá a todo tipo de ordem e silenciamento para manter esta renda. Por outro lado, quando convocada, por sua capacidade técnica a ocupar os lugares de decisões que importam, as propostas salariais não são adequadas ao cargo a ser ocupado, sendo outras pessoas ocupantes do mesmo cargo remuneradas com valores bem acima das propostas feitas às mulheres negras.

Existe uma relação direta entre o gênero e a raça de pessoas que ocupam trabalhos de vínculos precários, sem prestígio social, com exigência de pouca qualificação profissional e de grande esforço físico. Para os postos de trabalho de prestígio social, com alta remuneração, seguridade e alto desempenho intelectual, em detrimento a força física, homens e homens brancos. Essa interseccionalidade entre gênero, raça e trabalho fica ainda mais compreensível na fala das mulheres negras entrevistadas para esta pesquisa. Vejamos algumas a seguir.

2.1. Como é trabalhar com gente branca?

A seguir, apresentaremos as histórias de algumas mulheres negras trabalhadoras que compartilharam um pouco de suas trajetórias e vivências profissionais, de modo a fornecer dados para esta pesquisa. A partir de seus relatos, buscamos propor uma articulação com o que vimos até aqui, buscando as vivências de trabalho de mulheres periféricas e as transeccionalidades existentes, bem como suas estratégias de elaboração das situações de discriminação.

Iniciamos com Ana, 31 anos. Ela é uma mulher negra formada em uma universidade federal em Engenharia Metalúrgica. Hoje tem uma renda mensal de cerca de 10 mil reais e no momento desta entrevista reside na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Já realizou intercâmbio fora do país e fala inglês fluentemente, porém, segundo ela, nada disso ameniza o machismo e o racismo que tem vivenciado ao longo de sua trajetória profissional. Ela conta que sempre estudou em colégios considerados "elitistas", oportunidade proporcionada pelos pais, ambos os funcionários públicos de nível médio, e que nesses espaços tentava "*compensar o seu valor com resultados*" (A.31)[17]. Essa frase me chama a atenção e quando perguntada o que significaria, Ana explica que se sentia como se ela não tivesse valor como pessoa em suas características: mulher, negra e periférica, mas que se tivesse bons resultados acadêmico e profissional poderia, através destes, se destacar, obter algum tipo de reconhecimento ou até mesmo benefícios, ainda que esses viessem de forma monetária.

Esta fala de Ana muito chama nossa atenção, pois se liga diretamente a ideia do embranquecimento, do qual falamos anteriormente, através do estudo, qualificação ou intelecto. Corroborando esta ideia, ela relata não ter tido vida social na adolescência uma vez que se dedicava totalmente aos estudos, pois não se permitia reprovações e notas baixas, porém, não se lembra de ter sofrido racismo nesta época, fato que viria ser bem diferente após sua entrada na universidade, onde além de vivenciar o racismo, pode identificar comportamentos e falas machistas, uma vez ser o curso de engenharia numa universidade pública considerado elitista, majoritariamente masculino. Ana,

[17] Para garantir a privacidade e sigilo das participantes da pesquisa, substituiremos seus verdadeiros nomes por nomes fictícios, identificando suas falas diretas com a primeira letra do nome fictício atribuído a cada uma, seguidos de sua idade.

jovem mulher negra da periferia estava lá e isso não ficou invisível aos olhos dos demais alunos.

Ela conta que de uma turma com média de 50 alunos ela era a única mulher negra dentre mais 2 alunos negros. Relata que era vista pelos demais alunos como se ela não tivesse as habilidades intelectuais necessárias à profissão por ser mulher e nesse período vivenciou as maiores experiências sexistas.

Já depois de formada, teve a oportunidade de trabalhar em 3 empresas, e nas duas primeiras vivenciou situações de racismo em função da aparência, sendo questionada pela forma de seu cabelo, e sentia-se provada todo o tempo em situações como quando foi a única em uma roda de conversa a ser questionada sobre a instituição em que se graduara. E diz que *"era como se isso fosse validar ou não a minha presença ali, porque não acreditavam que eu tivesse potencial"* (A.31) ou ainda quando promovida ouviu frases de espanto como "eu nunca imaginaria que a escolhida seria a Ana". Após algum tempo ela conseguiu desligar-se destas empresas, mas não sem antes sofrer situações que pode claramente identificar como decorrentes de racismo. Hoje, Ana encontra-se em uma empresa de aviação na Zona Norte da cidade, onde relata não ter identificado nenhuma vivência racista ou sexista até o momento, mas admite que as políticas internas de tal empresa no sentido de ampliar a diversidade do quadro de colaboradores é sempre questionada por mulheres e pessoas negras por ser mais um discurso do que uma prática, corroborando com o caráter racista das instituições.

Ao fim da entrevista ela fala como a graduação e os acessos que teve a partir disso eram uma realização para toda a família, de como se sentia feliz por poder hoje vivência tantas experiências oriundas de sua formação (no caso de Ana, o estudo lhe concedeu um poder aquisitivo maior do que a da maioria da população negra brasileira), mas ela ressalta que, mesmo assim isso não foi suficiente para que ela deixasse de ser discriminada em função da cor de sua pele.

Semelhantemente a Ana, Keila (37) ocupa um espaço profissional onde, como mulher negra e periférica é minoria. Sua atuação profissional hoje é um cargo de relevância no cenário político do Estado do Rio de Janeiro. Formada em Direito e Serviço Social, Keila iniciou sua trajetória profissional aos 16 anos como assistente administrativo em uma empresa de administração rodoviária onde permaneceu por

poucos meses, pois fora demitida ao se recusar a forjar a demissão por justa causa de uma colega de trabalho. Técnica em Audiovisual, circulou por grandes empresas televisivas e por convicções religiosas, entendeu que seria importante integrar um órgão estadual relacionado a juventude, sua porta de entrada na política estadual. Contudo, sua capacitação técnica e trajetória profissional, marcadas por muitos desafios e situações de discriminações racistas e machistas, a levaram a ocupar importantes postos políticos, mas isso não foi suficiente para que ela ficasse imune a situações como a que narra abaixo:

> Em determinado espaço profissional, ouvi de uma pessoa "ah não, você é uma mulher negra magra, que sabe se vestir, sabe se portar, sabe falar, tem uma arcada dentária muito boa…". Eu poderia ser apenas uma mulher preta em um espaço de poder, mas não, eu estava ali porque o meu estereótipo de mulher negra é um estereótipo de uma mulher negra que não agride ao olhar da branquitude, é como dizer 'esta é uma mulher preta que pode nadar conosco (K,37).

Destaco nesta fala de Keila a frase "tem uma arcada dentária muito boa". Apesar de não me surpreender com os comportamentos e falas racistas é sempre impactante quando somos associados a animais, pois esta fala nos remete a um critério de seleção de escravos recém traficados. A condição da dentição de homens e mulheres negras era critério de precificação na hora da venda, tal qual eram avaliados os animais na hora da compra. É doloroso pensar que em 2024 ainda é desta forma que somos vistos. Junte a isso, o embranquecimento na qual muitas vezes nos submetemos, mesmo que inconscientemente, para conseguir ocupar determinados espaços: nos vestimos ou nos comportamos como é esperado pela branquitude. Keila destaca ainda o quanto ocupar espaço de poder ainda é desafiador, pois vive situações como:

> Num outro momento, enquanto ocupava um cargo de superintendência no Estado, concorria a tal cargo com uma outra pessoa, familiar de um influente político carioca. O referido político, em um ato de querer entender porque eu havia sido escolhida para o cargo, perguntou "pra quem ela está dando pra ocupar este cargo", atribuindo a isso todo o meu conhecimento técnico e a minha trajetória política, minimizando, achando que eu estaria neste local porque eu estaria "dando" para o homem certo. Nem para uma mulher certa eu poderia estar dando, porque é sempre um homem que te leva a algum lugar, porque eu sou heterossexual, mas poderia não ser. Isso mostra como a tomada de espaços de poder estão sempre vinculados a homens e não as mulheres (K.37).

Já nesta fala, além do racismo, vemos de forma explícita o questionamento machista na fala de tal político. Como já citado anteriormente, quando mulheres,

sobretudo negras, ocupam lugares de destaque, esta conquista não é creditada a sua qualificação técnica, capacidade intelectual ou a sua trajetória profissional, mas sim, sempre a um homem que a teria alçado àquele lugar por favorecimento familiar ou sexual. Retomaremos as experiências de Keila mais adiante, porém Keila e Ana são exemplo de mulheres negras e periféricas, de excelente formação acadêmica, alta qualificação profissional, inseridas em espaços reconhecidos de poder, e que apesar disso tudo, vivenciam de forma latente o racismo e o machismo nosso de cada dia.

Já Carla, mulher negra de 53 anos, moradora de uma comunidade do Centro do Rio de Janeiro e que trabalhou a maior parte de sua vida como Auxiliar de Serviços Gerais, conta uma experiência bem diferente de Ana e Keila. Relata ter iniciado sua vida profissional por volta dos 15 anos como ajudante de sua mãe em "casa de família"[18], época em que não tinha nenhuma formalização trabalhista. Após isso, por volta dos 21 anos, conseguiu um emprego formal como Auxiliar de Serviços Gerais (ASG), função que desempenhou até o início da pandemia, em 2020, quando foi demitida. Carla conta que após isso não conseguiu mais nenhum emprego formal e atualmente tem uma renda média de no máximo R$1.100,00, proveniente das roupas que lava e da função de cuidadora de crianças que desempenha para que outras três mulheres da comunidade onde mora possam também trabalhar.

Ao longo da vida Carla também atuou como cozinheira e cuidadora de idosos, e durante toda a sua trajetória profissional, inclusive como ASG, relata nunca ter identificado situações de discriminação em função de raça, gênero ou classe. Ela conta um episódio de racismo sofrido em uma loja de departamentos, mas "em todo lugar em que trabalhei, tanto com chefes brancos como pretos, sempre fui bem recebida, sempre me trataram bem" (C.53). Ela conta que em sua penúltima empresa, além de realizar a limpeza, que era a descrição de seu cargo, ela também fazia café e ia à rua comprar o que eles precisassem e até mesmo realizava serviços bancários porque "todos eram muito legais com ela e confiavam nela" (C.53).

Carla atuou por 23 anos como Auxiliar de Serviços Gerais em bairros considerados empresariais ou nobres, não conseguiu se aposentar e acredita que hoje não consegue mais voltar ao mercado formal em função de sua idade, mas não atribui ao fator de raça ou gênero nenhum impedimento para isso.

---

[18] Nome comumente associado a empregadas domésticas, por serem estes seus espaços de trabalho.

O exemplo de Carla nos mostra como há uma naturalização do racismo entre as próprias pessoas negras. Pergunto-me se essa naturalização é uma assimilação das práticas racistas como adequadas ou corretas dentro das circunstâncias em que se apresentam, ou se isso que chamamos de naturalização é, na verdade, uma negação do racismo como forma de defesa ao sofrimento que a violência gerada por ele nos causa.

Em sua pesquisa, percebo que Souza encontrou falas muito semelhantes às de Carla, falas de pessoas negras que entendiam a necessidade de casarem-se com pessoas brancas para não só clarear a família fisicamente, mas também, "clarear" no sentido de deixar de ser olhada como sinônimo de fome e miséria, de fracasso econômico ou social. Para Souza este é "o negro cujo ideal do ego é branco" (2021, p. 65), esse é o negro que reforça todos os estereótipos criados pelo branco para a pessoa negra, ao mesmo tempo em que tenta ao máximo se afastar dele, sendo: comportado, letrado, bem-sucedido, inteligente, rico, poderoso, etc. Não se percebe ratificando e reproduzindo o racismo, assim como Carla, que diz ser contratada para realizar limpeza, mas realizava também diversos outros serviços, tidos como mais importantes, como ir ao banco, porque "confiavam nela". O racismo tem dessas sutilezas.

Ainda me questiono se todas as pessoas negras que, de alguma forma, naturalizam as práticas racistas, de fato, possuem um "ideal de ego branco". Talvez só seja doloroso demais admitir ser considerado inferior, sem valor ou desqualificado, sobretudo quando se tem a correta e adequada percepção de si, porque se reconhece como igual, valoroso ou qualificado, mas isso não impede o racismo de acontecer. Lembro-me de uma conversa reflexiva com uma amiga, quando eu citava exemplos de situações em que vivi ou presenciei o racismo, ela - uma mulher negra, e que se reconhece como tal - um tanto surpresa, afirmava veementemente nunca ter sofrido racismo no auge de seus 40 anos, ao mesmo tempo em que em meio a sua fala, ela me conta de como foi seguida por um segurança em uma farmácia localizada em uma área nobre do Rio de Janeiro, e mais ainda, como o segurança só se afastou dela quando seu marido - um homem branco - se aproximou. Realmente me pergunto: é mesmo um racismo naturalizado ou demasiadamente dolorido de tão violento – ou reprimido – que, no fim, nos cala de todas as formas?

2.2. O racismo estrutural está em nós também

Falamos agora sobre Laura, mulher negra de 47 anos, graduada em Contabilidade e Administração, e que apesar de ser também moradora e trabalhadora em uma comunidade do Centro do Rio de Janeiro relata diferente percepção de sua trajetória, iniciada tal como a de Carla.

Laura conta que desde os 13 anos trabalha. Iniciando sua vida laborativa como babá, por volta dos 18 anos passou a atuar como empregada doméstica em “casas de família”, profissão de sua mãe, tias e avós, e nesta função, por um longo período não teve sua carteira assinada. Em todo este período relata ter vivido em precárias condições de trabalho: não podia comer as comidas da casa, não podia usar o mesmo banheiro, não tinha horário de almoço, dentre outras situações de constrangimento e humilhação que vivia. Porém, inquieta e muito insatisfeita com a sua condição profissional, decidiu que através da educação mudaria sua vida.

Até então tinha cursado apenas até a 6ª série do ensino fundamental, e mesmo com 1 filho, sendo mãe solo e ainda como empregada doméstica, decidiu retomar os estudos. Cursou o ensino médio e técnico em administração, e aos 28 anos conseguiu deixar de ser empregada doméstica, passando a trabalhar em uma grande empresa de seguridade social no Rio de Janeiro como auxiliar de arquivo. Ela diz assim:

> Eu comia em pé, na beira da pia e voltava para os afazeres, e de repente você vai pra um lugar que você tem 1h?! Comer e ficar ali por uma hora à toa. Gente!! Que legal! Eu achei aquilo ali incrível. Eu estava descobrindo um mundo que eu nem sabia que existia (L.47).

Laura já tinha prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) três vezes, mas não sabia como funcionava e achava que os profissionais do governo é que entrariam em contato com ela, e através de um superior em seu trabalho, tomou conhecimento do funcionamento do processo e descobriu que tinha nota para conseguir bolsa integral no curso de Administração em uma faculdade particular através do PROUNI. E assim ela cursou sua primeira graduação, através do qual realizou diversos estágios em grandes empresas como Banco do Brasil e no Ministério da Agricultura, o que lhe abriu os olhos para outros mundos que ela também ainda não conhecia.

Mas como uma mulher negra e periférica, e neste momento mãe solo de 3 filhos, concluiu a faculdade em Administração e não conseguiu emprego em sua área,

passando a trabalhar como atendente de telemarketing e cuidadora de idosos para garantir a subsistência de sua família, mesmo tendo um curso de nível superior. Foi então que ela decidiu cursar outra faculdade, viabilizada por um convênio da empresa em que trabalhava na época com uma universidade particular. Desta vez, Laura decidiu então cursar Contabilidade, uma vez que desejava mesmo o curso de Direito, mas que não estava disponível dentro do programa oferecido pela instituição em que trabalhava. Trazemos aqui a seguinte reflexão: por que cursos como direito não estavam disponíveis? Já que se tratava de um projeto de qualificação para inserir pessoas no ensino superior ou promover o maior desenvolvimento destas, por que não proporcionar que pessoas desfavorecidas de acesso à renda e educação pudessem também se tornar bacharéis em direito ou advogados? Talvez, para instituições com tais programas, valha o esforço de inserir pessoas vulnerabilizadas no ensino superior, mas não nos cursos que possam os levar a postos de poder. Voltando a Laura, a mesma concluiu sua segunda graduação em 2016, porém também não atua em sua área de formação.

Atualmente, aos 47 anos e com duas graduações, Laura trabalha há 9 anos como Auxiliar Administrativo, cargo de ensino médio, em um projeto social de uma grande empresa do estado do Rio de Janeiro, localizado em diversas comunidades da cidade, incluindo aquela onde Laura mora. Lá ela é responsável pelo espaço, recursos materiais, usuários que participam do projeto e tem uma renda média mensal total de 3 mil reais, que advém deste trabalho formal no projeto social e dos bolos e doces que faz para vender, de maneira informal.

Ao longo dessa trajetória, Laura conta que vivenciou diversas situações de discriminação tanto em função de raça e gênero como de classe. Conta que com o passar do tempo e à medida que ia se tornando mais crítica passou a perceber determinados comportamentos e falas como sendo fruto destas discriminações, mas ressalta que o que lhe chama a atenção e afeta é o racismo que vem a partir das falas e comportamentos de outras pessoas negras, e conta duas situações que vivenciou em seu atual trabalho recentemente. A primeira foi quando uma guia turística, negra e moradora da própria comunidade onde o projeto se realiza, adentrou ao espaço com turistas estrangeiros perguntando pelo responsável pelo local. Laura a recebeu, se identificou como a responsável e neste momento narra o seguinte diálogo:

> Eu ouvi de novo a mesma pergunta: “mas quem é o responsável aqui?”. Eu repeti: “sou eu, sou eu a responsável”. Ela ainda me perguntou uma terceira vez: “não, não tudo bem, mas assim, quem é o responsável aqui, quem é?”. Eu nem tive tempo de responder, porque nessa hora chegou a menina da limpeza, que é branca, loira e mais jovem, daí a guia falou: “Ah, tá, já sei!” e foi andando na direção da menina da limpeza e começou a falar com ela como se ela fosse a responsável ali. A menina ficou toda sem graça e falou: “não, não a responsável é ela ali”, e apontou pra mim (L.47).

Laura conclui:

> Quando você vem de uma família preta, você já está acostumada às pessoas desfazerem, né...? “Ah ela, não, ela não vai saber, ela não tem capacidade pra isso”. (...) Demorou cair a ficha que era isso... Não, não acredito que era isso, o preconceito, (...) Me senti no chão, no chão, no chão, foi horrível... Mas assim, a gente vai vivendo. É sempre o questionamento “como assim você mulher preta, administrando isso aqui?”, mas nós somos capazes, eu sou qualificada pra estar aqui (L.47).

A fala de Laura expressa não só o racismo vivenciado na expectativa de que pessoas negras não possam ocupar lugares de chefia ou liderança, mas também, na ideia de validação de pessoas negras através da fala de pessoas branca, pois somente quando a mulher branca diz que Laura é sim a responsável pelo local, que acreditam e aceitam sua posição. A fala de pessoas negras, em muitas circunstâncias, precisa ser acompanhada e validada por uma pessoa branca para ser ouvida e reconhecida.

Em outra ocasião, Laura conta que uma funcionária do mesmo local, Andréia, entrou em seu espaço de trabalho dizendo que retiraria um equipamento eletrônico para levar para outro espaço, e como responsável, Laura informou que não tinha autorização para deixar sair nenhum material daquela sala e foi contestada insistentemente por Andréia, que deixou o local, retornando em seguida dizendo que havia falado com alguém superior, diretamente da empresa que custeava o projeto, e que ela teria sim que autorizar a retirada. Logo depois Laura recebeu um telefonema que autorizou a retirada do equipamento. Sobre esse acontecimento, Laura conclui:

> Eu achei aquilo ali de uma... Tipo assim, mostrando pra mim que tipo assim “quem eu penso que eu sou?”, entendeu? “Ce tá pensando que você é quem? Eu sou maior que isso, eu sou... ” e eu só tô fazendo o meu trabalho, só isso. Não estou fazendo nada demais. Não é birra com ninguém, eu só estou fazendo o que eu sou paga pra fazer (...) E aí eu fiquei muito mal, muito mal... (L.47).

Quando questionada sobre os acessos e oportunidades que a escolarização lhe deu em relação ao racismo, machismo e classismo, diz que para ela, nada foi amenizado, e conta:

> Porque as pessoas ficam abismadas. Como assim você? Pobre, preta e favelada, e tinha um outro agravante ainda, eu era obesa, entendeu? E você fez tudo isso? Como assim? Como assim? Como se eu não tivesse capacidade pra ter lutado, pra ter batalhado pra ser quem eu sou. Eu tô aqui porque eu estudei pra isso (...) eu tô aqui porque eu andei com as minhas próprias pernas pra estar aqui. Então eu acho que depois da minha qualificação a questão ficou um pouco pior, porque aí as pessoas tentam fazer com que eu me sinta como se eu não fosse capaz, como se eu não merecesse (L.47).

CAPÍTULO 3

O AQUILOMBAMENTO

Frente a todas as discriminações e violências a que estão subordinadas, mulheres negras buscam por olhares que as vejam como sujeitas de alma e desejo, além do corpo e força de trabalho. Pensamos que haja um espaço de acolhimento onde elas possam desaguar, elaborar e encaminhar suas questões raciais e de gênero vividas nos espaços laborativos. E não só isso, mas também todas as dificuldades advindas da impossibilidade de encontrar inclusive as próprias oportunidades de trabalho, pois:

> [...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação a mulheres brancas; em um menor índice de casamento; e, sobretudo no confinamento, nas ocupações de menor prestígio em remuneração. (Carneiro, 2011, p. 127).

Nesse sentido, faz-se necessário aquilombar: viver a experiência de estar em um espaço de encontro entre iguais, onde negras possam ver e estabelecer relações com demais negras e negros, onde possam sentir-se em casa. Uma vez que “o racismo produz uma autoimagem turva, prejudicando a mais fundamental capacidade de amar: o amor próprio” (Veiga, 2019, p. 247), este espaço de encontro com o semelhante, de identificação e aceitação é fundamental para proporcionar as condições de restituição desse autoamor. Aqui o chamaremos de espaço de Aquilombamento.

3.1. O Quilombo e o Aquilombamento

Para compreender esta ideia de aquilombamento, primeiro é preciso compreender o que é quilombo e um pouco de sua constituição. Os quilombos fazem parte da história do Brasil, existindo durante todo o regime escravocrata, e mesmo após o seu fim, contudo seu estudo foi por muito tempo invisibilizado e negligenciado pelos currículos das disciplinas sociais do ensino fundamental, médio e até mesmo superior do nosso país. A história que se contava sobre a escravidão até poucos anos atrás, não apresentava os espaços dos quilombos como figuras de importância central para os negros neste período. O protagonismo da narrativa nos livros de história do Brasil e nos conteúdos escolares não era centrado nos negros e nas suas produções, como o quilombo, mas sim na história do colonizador, fato de fácil compreensão uma vez que

tais histórias eram escritas, contadas e ensinadas a partir da perspectiva de pessoas brancas. Como aponta Abdias Nascimento, “ter um passado é ter uma responsabilidade no destino e no futuro da nação afro-brasileira” (2019, p. 274), por isso, há uma urgente necessidade do negro brasileiro conhecer sua história e recuperar sua memória, de forma honesta, além das que são contadas na educação formal, onde os quilombos são descritos como algo parecido a espaços de aglomeração de negros fujões e preguiçosos que não queriam trabalhar.

Na busca pela sistematização dessa história, Beatriz Nascimento (2021) já adianta que existe uma enorme lacuna na história de constituição dos quilombos e uma grande dificuldade para recuperar esses dados perdidos. Em parte, pelo fato de os negros naquele momento não conhecerem a escrita, e assim não terem deixado registros que nos apresentasse a sua própria perspectiva do que eram os quilombos, em parte porque esta nova organização social, nunca antes vista pela colônia foi descrita a partir de referências da Europa ocidental. Segundo Nascimento (2021), a perspectiva que o colonizador tinha dos quilombos eram de um espaço para onde os escravizados fugiam como forma de reagir à opressão e em busca de um ideal de liberdade, contudo essa perspectiva de liberdade compreendida pelo colonizador, a autora descreve como baseada ainda na ideologia da liberdade burguesa europeia. Não negamos o desejo de liberdade dos escravizados, muito pelo contrário, este foi sim um dos grandes propulsores dos quilombos, mas a fuga e, sobretudo, a constituição de um quilombo não se resumia ou limitava a isto. Além desta percepção, mas ainda influenciada por uma referência europeia, o quilombo foi visto também como uma tentativa do negro de tomar o poder, porém, acreditava-se que ele não teria essa capacidade de realização, pois a ideia de poder, tal como concebido pelos europeus, não poderia ser assimilada ou realizada por pessoas negras. A partir disso, vemos que são variadas e diferentes as perspectivas do que seria o quilombo, mas a maior parte delas relatadas a partir do olhar branco, do colonizador e muito pouco dos aquilombados, desta forma, é difícil saber de fato e com precisão o que eram os quilombos a partir do ser negro, ainda assim, com base nas pesquisas realizadas ao longo dos séculos tentaremos descrever um pouco do que foi este espaço.

Daquilo que podemos resgatar e pesquisar do que mais se próxima da dinâmica de vida e existência real das comunidades quilombolas dos séculos XVII a XIX, elas foram uma fundamental forma do negro resistir de maneira organizada à dominação

colonial do período. Essa resistência não se limitava apenas ao sistema de escravização física a ele imposta, mas também à imposição de todas as outras formas de existência que tentavam apagar sua memória, sua história, desmantelar sua família, negar seus deuses, cultura, etc. Havia uma necessidade humana por parte dos escravizados de uma organização de forma diferente daquela que era autoritariamente imposta pelo colonizador, uma necessidade de se organizar de um modo específico, do modo do negro.

O quilombo era composto por negros escravizados fugidos das senzalas, negros livres, de pessoas de outras etnias, como os indígenas, e ainda de todas as pessoas que de alguma forma sofriam com aquele sistema colonial, como brancos pobres, prostitutas, fugitivos do serviço militar, mulheres desempregadas, etc. (David, 2022); e diferentemente do que definia o Conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740, a saber, “quilombo (ou mocambo) era toda habitação de negros fugidos, que passe de cinco, em partes desprovidas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Nascimento, 2021, p. 122), os quilombos eram compostos por grandes números de pessoas, chegando a ter cerca de 20 mil, como o de Palmares. Ele não possuía poucas dezenas de homens e mulheres, mas sim era composto por uma quantidade de integrantes que permitia, inclusive, uma organização social, militar e ainda organizada estrutura material.

A constituição dos quilombos, grande parte das vezes, se dava primeiramente a partir dos homens, que fugiam para encontrar espaços geográficos onde pudessem se estabelecer e se organizar de forma estratégica. Lá, eles se preparavam para a luta, para o combate, e quando se sentiam amadurecidos para então tornar aquele um núcleo social, eram divididos em chefias de campo e dirigentes de mocambos de acordo com a importância de cada um, formando grupamentos segundo as aptidões de cada chefe. E desta forma, agora estruturados, os fundadores destes quilombos estavam prontos para voltar aos lugares de prisão para buscarem suas mulheres e filhos, lutar se assim fosse preciso e receber os demais escravizados neste espaço. Na percepção de Nascimento (2021), esta estratégia de organização, a partir de elementos masculinos e com o objetivo de um enfrentamento da ordem social imposta naquele momento, muito se assemelha a uma organização militar, que se estrutura ali em defesa de uma nova organização, liderada na figura de um (ou alguns) homem que, exercendo um tipo de autoridade nos demais do grupo, constituía o quilombo, não

motivados por uma fuga rebelde, mas sim ordinária, organizada e orquestrada inicialmente nas próprias senzalas de modo a se preparar para a possível luta da fuga.

É razoável também dizer que as organizações acontecidas ainda nas senzalas se davam com certa naturalidade a partir de lideranças já constituídas, pois dentre os negros sequestrados da África, de acordo com Nascimento (2021), haviam também líderes de Estados, de impérios, líderes religiosos e inclusive parteiras que possuíam um lugar de autoridade e de alguma maneira exerciam influência sobre o povo juntamente com eles trazido: súditos, fiéis ou familiares. Eram homens e mulheres com experiência em liderança, poder de mando e conhecimento ou sabedoria adquirida em organizações sociais em que faziam parte, das quais algumas eram mais desenvolvidas que outras da própria África, e que a partir disto conseguem organizar, já nas senzalas, grupos nos moldes que viviam anteriormente, forma esta de organização incompreensível para o senhor, feitor ou qualquer homem branco, pois a forma como se organizava a escravidão não permitia a percepção da organização dos grupos escravizados. Por este motivo dizemos que, ainda nas senzalas, começa a surgir o que se levantaria como quilombo.

Esse fato contradiz e combate a ideia difundida de que os habitantes dos quilombos eram negros fujões, que somente não queriam trabalhar, dos negros como seres primitivos, malfeitores, irresponsáveis e vagabundos, que se aglomeravam em espaços dentro da mata fechada, com fugas acontecidas de forma espontânea ou movida por incapacidade para lutar. Pelo contrário. O quilombo não vivia de lutas, mas não se fez sem ela. Os habitantes do quilombo eram homens e mulheres que encontravam na fuga não só uma forma de contestação da ordem estabelecida, mas a possibilidade da criação de um novo processo de organização a partir de si. Havia uma forte necessidade do negro defender sua sobrevivência e de assegurar sua existência, e é disso que resultam os quilombos, “dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre” (Nascimento, 2019, p. 281).

Os negros aquilombados também sofriam tentativas de captura e ataques de repressão, e por mais que as informações mais difundidas sobre os quilombos foquem nos movimentos de sua organização no sentido de invadir, roubar e até mesmo a queimar fazendas, existiam também os tempos do que Beatriz Nascimento chama de paz quilombola, sugerindo inclusive que “essa paz talvez seja o que ameaça muito

mais o regime escravocrata do que a guerra" (2021, p. 134), pois é neste tempo de paz onde encontramos a relação social do negro livre com seus pares e demais etnias. É neste momento, tão caro para a autora, que devemos atentar nossos olhares, pois é esta relação entre livres nos quilombos que apontará como se estabelecerão as relações atuais construídas hoje das pessoas negras.

Os quilombos mantinham uma estrutura social interna, porém não fechada em si. Havia sim uma autonomia, mas que era articulada com a sociedade externa. Os quilombolas desenvolviam atividades econômicas como o cultivo de diversos alimentos para sustento de seus integrantes, fabricação de ferramentas e até concessão de terras para cultivo de gado por parte de fazendeiros, e isso se traduzia como o resultado de uma atividade comercial estabelecida com as regiões vizinhas. Percebemos assim como o processo econômico do capitalismo que viria a se estabelecer no Brasil, não passaria pelas relações econômicas da inicial sociedade quilombola naquele momento. Como afirma Nascimento (2019), o quilombismo inaugura um sistema econômico, que se adequou ao meio brasileiro, porém através do comunitarismo da tradição africana. Ali se estabelecem diferentes relações de produção do trabalho, opostas às práticas capitalistas já descritas aqui e movidas pela lógica de lucro e acumulação. Ali prevalecia a coletividade, contra a propriedade privada de terra e tendo os elementos básicos de produção sendo de propriedade coletiva.

No quilombo o trabalho não era uma forma de exploração, castigo ou opressão, mas sim um direito e obrigação social que culmina no desfrute de sua liberdade e de todos os que ali viviam. Há ainda quem defenda que a fuga do negro e a constituição dos quilombos tenha sido apenas um desejo ou necessidade de retorno a uma situação tribal, desconsiderando que a maior parte desses negros já eram nascidos no Brasil e não tinham a vivência dessa forma de organização africana. Ainda que houvesse uma referência de nossos pais africanos, o que impulsionava os negros, já brasileiros, a continuarem fugindo para os quilombos ao longo de três séculos? Arrisco dizer que distintos fatores têm influência nesse processo, aqueles apresentados por Beatriz Nascimento, *apud* Edilson Carneiro: a rejeição do negro aos maus-tratos escravistas, a busca pela liberdade, a crise econômica que refletia no maior afrouxamento do controle dos escravizados e a queda do sistema escravista, que gerou novas relações sociais a partir de um tipo de economia e um sistema social moderno (Nascimento, 2021).

Os quilombos têm oficialmente o seu fim com a abolição da escravatura, e foram desaparecendo de forma gradativa nas décadas seguintes e transformando-se ao longo do tempo em outros espaços, contudo “permanecem enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo os mesmos tipos de repressão” (Nascimento, 2019, p. 136).

Se os quilombos formam operações cooperativas, que de diferentes maneiras se articularam em diversos níveis em torno e em prol de uma vida coletiva, o aquilombamento não se distancia disto. Por isso, a partir da ideia do quilombo descrita acima, apresentamos a perspectiva daquilo que nomeamos aqui como aquilombamento. Para isso, recorreremos também a conceitos relacionados apresentados por Abdias Nascimento (2019), Beatriz Nascimento (2021), Mariléia de Almeida (2022) e nas discussões apresentadas por Emiliano Camargo (2022) em sua tese de doutorado “Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnorteado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicolonial”.

Nos últimos anos a palavra aquilombamento tem sido muito usada em diferentes contextos para definir grupos, fazeres, modos de enfrentamento, reuniões, etc., e nesta pesquisa não excluímos que tais características possam ser sim atribuídas ao que propomos para o termo, mas aqui ele tem um significado próprio. Confesso não saber se posso nomeá-lo técnico ou científico, mas afirmo ser conceitual, um conceito que se aplica ao grupo pesquisado e serve às necessidades deste.

Ainda alinhado com os autores acima citados, o aquilombamento que pensamos não são espaços demarcados geograficamente. Este é um ponto importante para concepção desta ideia. Diferentemente dos quilombos, o aquilombamento aqui não é delimitado por um território. Não tem um endereço ou um local específico, mas é o ajuntamento, o encontro de pessoas com algo em comum, pois é no encontro de diferentes com algo em comum, onde podemos encontrar pares. Mas esse encontro não é o simples ocupar do mesmo espaço ao mesmo tempo, é o encontro da identificação deste algo em comum, de ver o outro e de se ver a partir do olhar do outro. Não é como se olhar no espelho e ver a si mesmo, mas ao olhar o outro discernir que você existe, se reconhecer nesta comunidade (neste algo em comum) com o outro e saber não só que você existe, mas também que não existe só. Que existe com outros que, a princípio, possuem ao menos uma coisa em comum com você. Porém, esse encontro de comuns poderia se dar com inúmeras pessoas de diferentes

características comuns, por isso o aquilombamento não é apenas uma comunidade (algo em comum com alguém), dele faz parte a comunidade, mas uma comunidade específica. Neste caso, o aquilombamento pensado neste texto é aquele onde esta comunidade é o gênero ou a raça, idealmente, ambos, e é desta comunidade que se inicia o que pensamos ser aquilombamento. Aqui falamos de um aquilombamento de mulheres e mulheres negras, num encontro que pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer tempo, não sendo necessário estabelecer um território e uma hora para que ele aconteça. Existem sim espaços onde eles podem ser formalizados e sobretudo potencializados, mas o que estamos conceituando pode acontecer aqui e agora, no encontro entre duas mulheres negras e tornar esse encontro uma comunidade, um aquilombamento.

Neste aquilombamento se fazem presentes a fraternidade, a liberdade, a solidariedade, a convivência e a comunhão existencial propostas por Nascimento (2019) para o quilombo, e o quilombismo que David (2022) define de “projeto coletivo de liberdade”. Inicialmente queremos destacar esta liberdade. Ainda que o encontro se dê pelas duas comunidades iniciais descritas acima, o gênero e a raça, que são comunidades observáveis e permitem esta primeira identificação, é na troca deste encontro que o aquilombamento acontece, e para isso é preciso segurança. Por isso, antes de falar sobre a liberdade, necessária ao aquilombamento, primeiro precisamos falar sobre sua segurança.

A segurança da qual falamos é aquela que contempla inúmeras dimensões, dentre elas a violência, a privacidade e a integridade. É a segurança de poder garantir sua sobrevivência enquanto ser humano, quando ao compartilhar suas dores, amores, feridas, vitórias, etc. saber que isso não lhe imputará pena, problema, retaliação, censura, julgamento, exclusão ou tantos outros malefícios e prejuízos que já lhes foram impostos ao longo da vida e ainda são hoje. A segurança de saber que vai ser compreendida e que não precisa adequar seu vocabulário, tom de voz ou expressão corporal para que seu par lhe entenda, ou para que tal relato faça sentido. A segurança de ser acreditada e ter a sua fala validada ao invés de questionada com frases como “será que ele/ela não estava brincando?”, “talvez isso seja coisa da sua cabeça” ou ainda “acredito que você entendeu errado”, questionamentos e afirmações tão comuns de serem ouvidos quando compartilhamos determinadas vivências com aqueles ou aquelas que não são nossos pares. É preciso segurança para termos a liberdade de

ser quem de fato somos, tal qual diz David (2022) *apud* Moura (1989) “sem nenhum elemento de mediação entre o seu (nosso) comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial” (p. 22), sem mudança, adequações ou adaptações. E o aquilombamento aqui proposto deve ser este espaço-tempo seguro, que garanta isso, pois garantir segurança é garantir liberdade.

Essa liberdade da qual falamos anteriormente, apontada por David (2022) quando reconhece o quilombo como lugar que historicamente aportou princípios de transformação social que visavam (e ainda visam), dentre outros, a liberdade, luta e a emancipação, e que também está presente na fala de Nascimento (2021) quando afirma ser o quilombo uma busca pela autonomia racial, cultural e de vida, não apenas autonomia política perante a escravidão, é retomada aqui como a liberdade que deve assegurar o aquilombamento que propomos: uma liberdade integral, para ser quem se é sim, mas para construir e promover modos de vida a partir de si, para si e para os seus, sem se moldar cultural ou politicamente ao modo colonial. A liberdade para lutar, mas sobretudo de não precisar da luta para assegurar seus direitos. A liberdade de ter paz e não a imposição de ser violência. Compreendemos a importância da ideia de violência para Moura (1989)[19], central na construção do conceito de quilombismo do autor, mas refletimos que tal violência – imperativa à época para assegurar tal liberdade – só foi necessária pelas violências antes dela impostas. A necessidade da violência para garantir esta liberdade de ser vem como resposta a uma compulsória e anterior violência de sequestro, prisão e escravidão, vem de uma violência sem a qual não teríamos a necessidade de responder, porque nos manteríamos livres.

Compreendemos que pelos atos e fatos que inauguraram este país, há uma certa violência que se faz necessárias ainda hoje para garantir a sobrevivência e a liberdade que buscamos no aquilombamento aqui proposto, e justamente por isso se faz necessário que, ao menos neste aquilombamento, a liberdade de ser sem ser violência é tão cara. Já que fora deste espaço-tempo de aquilombamento temos a imposição de diferentes formas para sermos violência, este aquilombamento precisa ser liberdade para ser paz, e desta paz faz parte apenas ser.

---

[19] De acordo com Moura (1989), para que aconteça o movimento da quilombagem não pode haver nenhum elemento que faça a mediação entre o comportamento natural e dinâmico deste movimento e os interesses da classe colonizadora, e isto naturalmente levaria a um tipo de confronto político, que acabaria muitas vezes encarnado através da violência e rebeldia, o que ele viria a entender como o motor da quilombagem. Para mais, ver Clóvis Moura, 1989.

E por último, mas não menos importante, este aquilombamento precisa ser comunidade. Tal qual nos quilombos, urge uma necessidade de que neste encontro, onde as diferenças estão postas, haja a valorização daquilo que nos une como comuns e para além disso, num movimento contraditório, que esta comunidade seja reproduzida e repartida entre aqueles que possuem esta comunidade.

E com isso queremos dizer que esta comunidade deve nos levar a sermos capazes de dividir as dores, o choro, as dúvidas, as dificuldades, o pão, mas também de multiplicar o conhecimento, a sabedoria, a força, o apoio, as oportunidades, os acessos. O aquilombamento é o espaço-tempo onde esses seres com algo em comum conseguem se reconhecer, dividir e multiplicar o que possuem entre si de forma livre e segura, com um objetivo: saírem deste encontro como potências de transformação, não só de si, de suas próprias vidas, mas também dos seus, de sua família, rede ou comunidades, se tornando, assim como os quilombos, negros e negras que sejam potência de resistência e enfrentamento da social, na busca pela mudança desta estrutura, de modo a um dia serem colocadas onde merecem, onde quiserem estar.

3.2. O Quilombo Moderno: novas formas de Aquilombamento

Mas com o fim dos quilombos, que curso toma o aquilombamento que aqui pensamos? Não acreditamos que esta proposta de aquilombamento, pensada a partir da ideia dos quilombos, se finde com o término dos mesmos. Pelo contrário, defendemos que eles se transformam e se atualizam a partir das novas organizações sociais e dos novos modos de violência contra nós, gerando novas formas de aquilombamento, o que nomearemos aqui de quilombos modernos.

Quando falamos hoje em quilombo não é incomum sermos levados a imagens de desenhos e pinturas que ilustram os espaços descritos no tópico acima, contudo, os quilombos que acreditamos ainda existirem hoje não tem relação com o visual dos quilombos dos séculos anteriores. Apesar de sabermos que, de acordo com a Fundação Palmares, em 2018 haviam cerca de 3.212 comunidades quilombolas certificadas no Brasil (Almeida, 2022), e que estes talvez expressem maior semelhança com os quilombos, quando falamos do quilombo moderno, não são a estes que nos referimos. Além de resguardar uma semelhança territorial, inclusive pela forma de sua constituição, o quilombo moderno nasce de uma semelhança de ajuntamento, organização, relações e repressões semelhantes aos quilombos originários.

Quando pensamos na constituição territorial destes quilombos modernos, vemos que eles guardam certa semelhança com as áreas geográficas dos quilombos originais. Podemos encontrar nas correspondências entre o chefe de polícia do Rio de Janeiro com o Ministro da Justiça e Negócios Interiores no século XIX, documentos que descrevem vários territórios, onde naquela época se constituíam quilombos, que hoje são atuais favelas ou ex-favelas. Nesses locais, até hoje, prevalece um grande número de população negra de baixo poder aquisitivo, pois como vimos anteriormente, com a assinatura da Lei Áurea, desacompanhada de medidas de compensação ou reparação, não é surpresa que os negros nesse momento libertos se instalassem próximos aos seus pares nas comunidades quilombolas. Este é um dos processos de surgimento das favelas no Brasil, talvez o primeiro, e também um apontamento para o que chamaremos aqui de quilombos modernos.

A abolição libertou os negros, mas conservou a organização latifundiária vigente: acúmulo de terras nas mãos do colonizador, como algumas partes de terra brasileiras doadas a europeus “importados” para exercer mão de obra no Brasil. Esse fato, de saída nos mostra duas fortes razões que tem contribuído ao longo de todos esses anos para a situação do negro no Brasil: uma liberdade que vem acompanhada de ausência de moradia e impossibilidade de geração de renda nos principais mercados da época: a agricultura, extração de minérios, pecuária, etc., todos estes dependentes de terra para se realizar. Os negros não só não tinham onde morar, como se alimentar, como também não tinham como ou onde produzir renda própria, permanecendo assim dependente do branco para continuar trabalhando, seja na agricultura, pecuária ou nos postos de serviços, quase sempre realizados nas casas grandes. Sua moradia agora é nas regiões periféricas ou, como apontamos antes, nos antigos quilombos, que com a abolição deixaram de ser um refúgio para os negros e passam a ser um espaço de acolhida para os libertos.

E estes negros libertos, porém sem direitos, recursos e oportunidades, passam a ter nas favelas, antes redutos quilombolas, suas residências, inclusive aqueles que conseguiam prestar algum tipo de serviço para a população colonial, a branquitude. Estes espaços, tal qual os quilombos, ao longo do tempo deixaram de ser territórios exclusivamente negros, passando também a abrigar pessoas de outras etnias em condições semelhantes a dos negros livres e tal qual a relação quilombola originária, a relação do homem negro com os demais se reproduz também nas favelas.

Beatriz Nascimento (2019) descreve uma forma de estruturação e desenvolvimento do quilombo que aponta a um modelo de organização e relação racial que seria visto no pós-abolicionismo. Uma vez que durante o período em que ainda se escravizavam legalmente os negros no Brasil, a comunidade quilombola já estabelecia relações comerciais e sociais com outras etnias – inclusive as lideradas e de propriedade do homem branco –, é razoável dizermos que este modelo de relação se perpetuou ao longo dos séculos, porém esta era uma relação consideravelmente influenciada pela sociedade colonial brasileira, reproduzindo determinadas hierarquizações baseadas em tom de pele e espelhando modos de trabalho análogos a escravidão, a saber, de negros que não desejavam estar nos quilombos. Esta relação é muito semelhante àquela que perdura até os dias de hoje, nos trazendo um paradigma através do qual podemos compreender as relações raciais na atualidade, mesmo entre negros periféricos, dos quais poderíamos dizer oriundos de quilombos, hoje ocupantes das favelas.

O antes escravo do homem branco e morador da senzala, agora é empregado deste mesmo homem e morador das periferias, que viriam a ser muitos dos espaços que, como dissemos, hoje são as conhecidas favelas. Isso nos leva ao questionamento de que liberdade estamos falando quando dizemos da abolição. Com todas as restrições impostas ao homem negro, como ser livre? Não ter onde morar, permanecer dependendo do trabalho ofertado pelo senhor para ter minimamente comida, não poder celebrar, dançar ou cantar, ou até mesmo não poder simplesmente fazer nada, pois tudo isso era considerado criminoso, é ser livre? Além de todos estes impedimentos, também seria impedido de votar e estudar. Com isso, talvez, possamos pensar que o negro agora era um ser humano liberto apenas da escravidão formal, mas não um cidadão livre.

Claramente a abolição não colocou brancos e negros na mesma posição, não eram e não são tratados como iguais, ainda que isso contradiga nossos direitos constitucionais. A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 não previa igualdade, apenas a não escravidão legal de pessoas, mas a constituição de 100 anos depois nos faria iguais, a saber:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) Constituição, 1988.

Apesar de todas as legislações criadas, vemos com clareza que este processo iniciado pós-abolição mantém o negro sendo tratado ainda hoje como cidadão de menor valor e importância, colocado socialmente em uma posição de servir a branquitude, conceito aqui já antes apresentado. Não recebem os mesmos acessos e tratamentos em saúde que pessoas brancas, não são julgados a partir dos mesmos parâmetros, não recebem a mesma segurança, a mesma liberdade, e definitivamente não são iguais, pois em todos esses contextos, sua cor chega primeiro. A Constituição de 1988 nos fez cidadãos, mas ainda não cidadãos iguais às pessoas não negras.

Acreditamos que esta nova categoria em comum, o ser negro livre, mas não igual, é o que introduz os quilombos modernos. Ainda permanece a comunidade de ser negro livre, mas agora talvez possamos acrescentar uma nova categoria: o desejo e a busca pela igualdade. E penso que isto é o que mobiliza novas formas de ajuntamentos, agora não mais nos quilombos com o objetivo de não ser mais escravo, mas em outros territórios, na busca de ser igualmente livres como todos os demais cidadãos brasileiros. E se esta liberdade ainda não é plena, frente a sua negação, criam-se espaços onde se possam exercê-la em sua inteireza. A favela, ainda hoje majoritariamente abrigo da população negra e pobre, apesar de encontrarmos também pessoas brancas periféricas, é onde nascem e muitas vezes onde estiveram localizados por muitos anos alguns modelos desses de quilombos modernos.

Esses espaços podem ser encontrados na forma de terreiros e centros, onde pessoas negras podem exercer sua liberdade religiosa de culto e adoração aos seus deuses. Também temos as tendas, afoxés e escolas de samba que dão a pessoas negras a liberdade de perpetuar sua cultura, porém não de forma mitológica, mas por meio do conhecimento e da sabedoria passada em forma de arte através das gerações. Temos ainda as associações e grêmios recreativos, lugares de ajuntamento para lazer, produção e debates políticos, onde as necessidades da população negra podem ser ouvidas e de onde propostas e representantes deste grupo tem potencial de surgir. Esses também costumam ser espaços de resistência física, quando vidas negras são ameaçadas é para lá que vão para se proteger. São esses os espaços de resistência física, subjetiva, cultural e religiosa da população negra há séculos. Se inicialmente surgem como forma de garantir sua existência e algum tipo de liberdade, porque não dizer que ainda hoje desempenham o mesmo papel, se atualizando ao longo dos séculos e se adequando a necessidade de cada nova geração? Pois estes

são espaços onde a população negra pode cultuar, celebrar e manifestar-se livremente – porque têm garantido constitucionalmente – aquilo que por muitos anos foi discriminado e até criminalizado. Retomando o quilombismo de Nascimento (2022), utilizamos a afirmação de David (2022) para reiterar que esse quilombo moderno

> não é fixo ou material, trata-se de uma ideia-força, uma energia presente desde o século XV e em constante (re)atualização, em ampla conexão com as demandas do tempo histórico vigente, que promove, assim, distintos modos de organização libertária, sem perder "o apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros" (Nascimento, 1980/2019, p. 282)

E essa atualização é o que permite a produção do aquilombamento, a mudança desse quilombo originário territorialmente circunscrito para uma forma diferente de ajuntamento, em torno de outros mobilizadores, mas ainda promovendo o reconhecimento, a comunidade e a liberdade da qual falamos anteriormente, e que se modela até o acontecimento apenas desse encontro, sem mediação de territórios ou liderança, apenas o encontro, apenas o aquilombamento.

Queremos ressaltar aqui que não podemos esquecer que essas organizações atuais que em algumas de suas características nos remontam aos quilombos e de alguma forma também viabilizam o aquilombamento, assim são porque essas são as formas de legalização e reconhecimento pela sociedade dominante de hegemonia branca. É importante marcar essa vital diferença dos quilombos dos séculos anteriores, que nasceram sem a anuência do colonizador e assim permaneceram até o seu fim. Os quilombos modernos, ainda que possam ter tido semelhante início, foram capturados, institucionalizados e autorizados pela branquitude, que hoje, em diversos desses espaços tem, não só frequência constante, mas em muitos deles detém o domínio e a liderança, descaracterizando e subvertendo seu objetivo inicial em um espaço puramente comercial, quando não, em uma forma de alívio da culpa pelos anos de massacre desta população negra.

Beatriz Nascimento questiona: "o quilombo, considerado como forma de resistência dos negros ao regime de opressão constituiu um instrumento eficaz de enfrentamento da ordem social, como a capacidade de mudá-la a seu favor?" (2021, p. 114), acreditamos que podemos responder positivamente a esta pergunta, afirmando que o quilombo conseguiu sim ser um instrumento de enfrentamento eficaz da ordem social e de certa forma mudá-la, porém, não totalmente a seu favor. O simples fato de admitirmos que as formas modernas dos quilombos remanescentes que nos chegaram

até os dias de hoje remodelados, são aquelas autorizadas, aceitas, legalizadas pela branquitude e inclusive remodeladas as suas demandas, nos mostra o quanto ainda estamos, mesmo na contemporaneidade, submetidos às vontades e direitos que nos são dados por esta hegemonia branca. Parece-nos até mesmo contraditória dizer que os mesmos espaços de resistência citados acima, são aqueles permitidos pelos que estão no poder, majoritariamente brancos, mas é exatamente assim que é. Quando novas formas de quilombos se levantam, são atacadas, desvalorizadas e aniquiladas sucessivamente, numa tentativa de nos aniquilar também. O que subsiste é aprisionado pelo branqueamento para então ser por ele validado e assim se tornar embranquecido, aceito: são as quadras de escola de samba que agora não estão mais nas favelas, os terreiros e centros com liderança majoritariamente branca instalados no asfalto e não na terra, as irmandades que são agora católicas e caridosas, os afoxés resumidos a uma distante correlação musical e assim por diante, as associações dominadas pela contravenção numa busca por atender a interesses políticos que remontam o período colonial, mais uma vez colocando a população negra como escrava, agora de um novo sistema.

Mas em tudo isso, o negro se reinventa e sustenta o seu quilombo, subvertendo os espaços que encontra, agora nas mais diversas geografias, inclusive algumas custeadas com recursos da própria branquitude, em espaço de encontro com os seus, de potência, re-existência e transformação, espaços de aquilombamento.

> A partir da trajetória de existência e mutação dos quilombos desde seu surgimento até os dias de hoje, como “genuínos focos de resistência física e cultural. (...) uma unidade de afirmação humana ética e cultural a um tempo, integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo” (Nascimento, 2019, p. 281-282).

E nesses espaços, nessas novas formas de aquilombamento destacamos a mulher negra, numa busca por conhecer e compreender como ela se aquilomba. Será que faz uso das estratégias do quilombo moderno? Será que se aquilomba como conceituamos aqui, nos encontros possíveis que atravessam sua existência? Será que se aquilomba de alguma forma. Vejamos, a partir das mulheres negras entrevistadas nesta pesquisa, se e como se manifestam esse aquilombamento.

3.3. A mulher negra aquilombada

A partir de agora retomaremos os relatos das experiências de algumas mulheres já apresentadas aqui e acrescentamos outras para compreender melhor como essas mulheres vivenciam e elaboram as vivências racistas, machistas e classistas, sobretudo nos espaços de trabalho e se o aquilombamento, como descrito aqui, é um instrumento possível a esta elaboração. Para isso, iniciamos trazendo um panorama dos dados objetivos dessas mulheres que tão generosamente nos cederam entrevistas relatando suas experiências e assim, mostrar o perfil recortado nesta pesquisa.

Abaixo seguem os gráficos que expressam o perfil das 20 mulheres entrevistadas:

Com relação à faixa etária, a maior parte das entrevistadas possuíam entre 31 e 40 anos, sendo este grupo composto por 12 mulheres, seguido da faixa etária de 41 a 50 anos, composto por 4 mulheres.

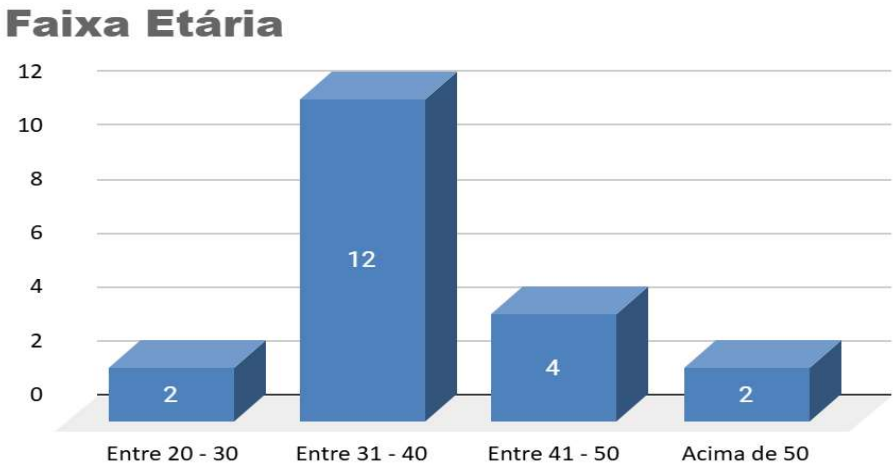

Gráfico 1: Faixa Etária

Fonte: Elaborado pela autora.

Já sobre o estado civil, o grupo se divide igualmente, sendo 50% casadas ou com união estável e 50% solteiras ou divorciadas, apresentando a perspectiva de mulheres que possuem potenciais parceiros para a organização e administração da vida e aquelas não contam necessariamente com alguma ajuda na administração do dia-a-dia e potencialmente necessitam de uma rede de apoio externa.

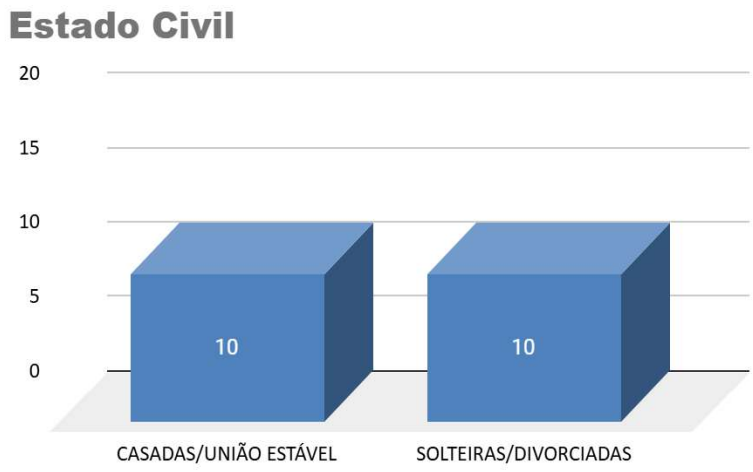

Gráfico 2: Estado Civil

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando falamos sobre maternidade, a maioria das participantes não possui filhos, sendo estas 60% das mulheres entrevistadas, seguido de 30% de mulheres que possuem apenas 1 filho.

Gráfico 3: Quantidade de Filhos

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao nível educacional, a maioria das entrevistadas cursou, pelo menos, o nível superior completo, somando um total de 75%, seguido de 20% que cursaram o ensino médio ou técnico. Ao longo da análise, percebemos como a percepção das vivências discriminatórias é proporcional ao nível educacional de cada uma delas, sendo mais conscientes e crítica nas participantes de nível superior.

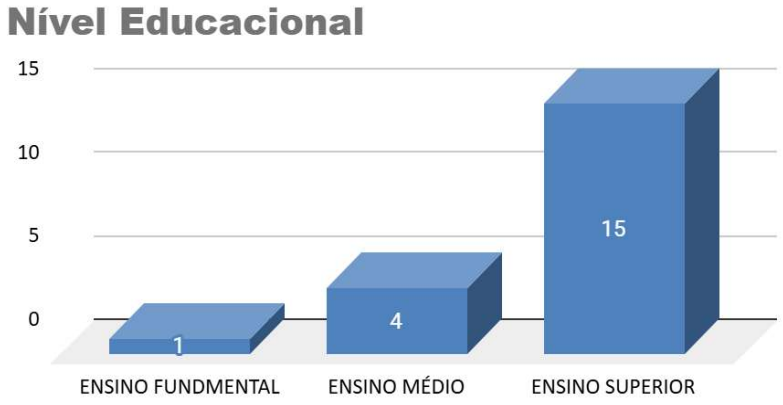

Gráfico 4: Nível Educacional

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando observamos os vínculos profissionais dessas mulheres, vemos que o grupo se divide quase que de forma paritária, sendo 30% delas mulheres sem vínculo formal ou com contratos temporários, 35% em empregos formais de contratação via CLT e 35% em empregos formais com veículos celetistas (empregos públicos).

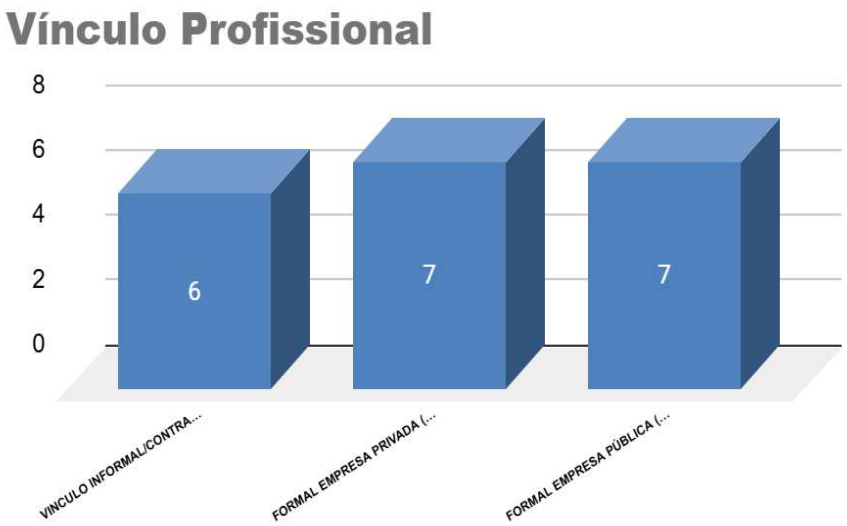

Gráfico 5: Vínculo Profissional

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar disso, a maior parte das entrevistadas recebem até 3 salários mínimos do ano base de 2024, sendo um total de 55%, seguidas de 40% que recebem entre 4 e 6 salários mínimos, e apenas 5% tendo renda acima de 7 salários mínimos.

Gráfico 6: Renda

Fonte: Elaborado pela autora.

A respeito dos locais onde estas mulheres residem, percebemos que 50% delas localizam-se na Área de Planejamento[20] - AP5, que corresponde a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e 10% na região metropolitana da Baixada Fluminense, ambas regiões periféricas. Contudo, apesar de não serem consideradas regiões periféricas, mais 10% das entrevistadas residem em comunidades na AP1, somando um total de 70% das entrevistadas sendo residentes nas regiões mais periféricas do Estado do Rio de Janeiro.

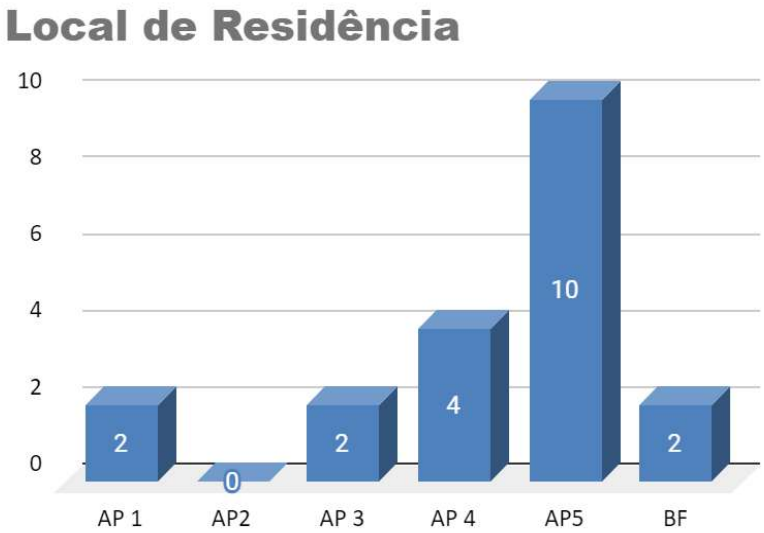

Gráfico 7: Local de Residência

*A legenda BF corresponde à região da Baixada Fluminense.

[20] A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através da Coordenadoria de Planejamento Local, coordena e implementa o planejamento urbano no nível local, tendo por base a divisão do território municipal em cinco áreas de planejamento: AP1, AP2, AP3, AP4 e AP5.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao local de trabalho, 25% das mulheres entrevistadas localizam suas atividades profissionais em mais de uma AP no estado do Rio de Janeiro, e quando comparamos aos locais de moradia, concentrados na AP5, identificamos que pelo 50% delas não atuam em seus locais de moradia.

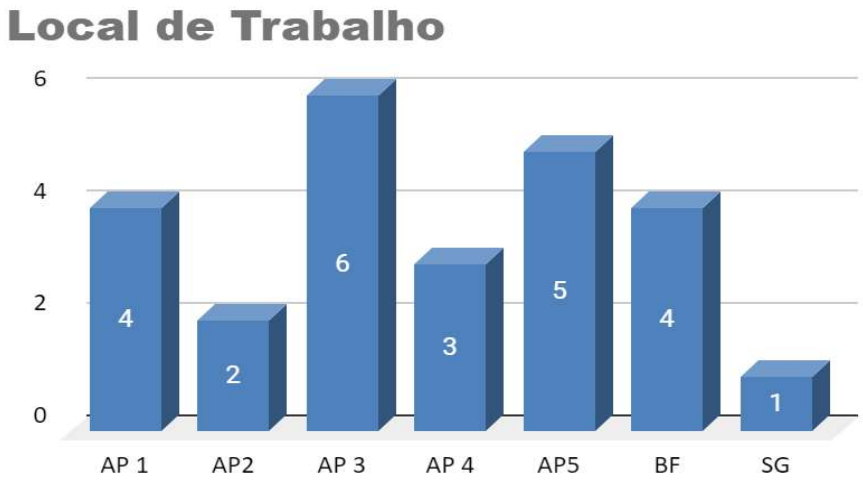

Gráfico 8: Local de Trabalho

*A Legenda BF corresponde à região da Baixada Fluminense, e SG ao município de São Gonçalo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estas mulheres, além de possuírem em comum o fato de serem negras e trabalhadoras, compartilham também muitas histórias, vivências e trajetórias semelhantes, as quais traremos a partir de agora, evidenciando que existe um modo de vida laborativa que está posto para mulheres negras neste país.

Considerando a metodologia escolhida para realização desta pesquisa, optamos por concentrar nossa análise naquilo que, ao longo das entrevistas, nos saltou aos olhos, sem nos distanciarmos do nosso objeto e do recorte situacional que estabelecemos. Por isso, selecionamos 5 pontos focais para esta investigação, e ao longo da mesma apresentaremos as falas das participantes, corroborando nossa análise e trazendo percepções ainda não pensadas. Iniciamos por identificar como se dá o início da trajetória profissional das mulheres entrevistadas.

De saída vemos como a maior parte das entrevistadas iniciaram sua vida laborativa ainda jovens, sem terem concluído ou até mesmo iniciado o ensino superior e em postos de trabalho que exigiam esforço físico e baixa qualificação. Assim como Laura e Carla, mulheres já citadas anteriormente, algumas vêm da tradição familiar do trabalho doméstico, outras mais jovens, dos trabalhos precarizados que se atualizaram ao longo do tempo. E é perceptível em seus relatos como tal iniciação laborativa, que para algumas foi o que viabilizou o acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo era o que dificultava concluir o curso com dedicação e qualidade, confirmado, como dito ao longo deste texto, o quanto a trajetória para ocupar determinados espaço é árdua e desafiadora para mulheres negras. Interessante também notar que, apesar de iniciarem sua trajetória laborativa de maneira informal, algumas só passaram a se considerar trabalhadoras a partir do momento em que são formalizadas por alguma lei (como a CLT) ou contratos temporários de trabalho, mesmo já estando inseridas em alguma atividade geradora de renda. Vejamos alguns relatos desta iniciação laborativa.

> Ah, eu comecei como faxineira e babá, nos meus 13 pra 14 anos. E aí, depois eu me tornei empregada doméstica mesmo. Fiquei nestas funções até os meus 18 anos. Com 18, eu migro de cidade, porque eu sou oriunda de X[21]. Então, eu venho para o Rio de Janeiro, mas eu fui para a Zona Norte. Comecei a trabalhar de telemarketing, fiz uma carreira bem diversificada: telemarketing, recepcionista, promotora de vendas, até chegar no Direito. Uma jornada… Então, são aí uns 10 anos oscilando de carreira para poder me encontrar (Rayane, Advogada, 37 anos).

> Meu primeiro trabalho foi num salão, né, de manicure. Eu fiquei pouco tempo lá, resumidamente, né? Depois eu trabalhei numa loja de roupas, no shopping. Fiquei também um bom tempo. Lá eu sofri uma leve acusação de roubo e acredito eu que seja por racismo, mas eu continuei no trabalho assim mesmo, enfim. Sofri algumas coisas lá, mas eu continuei durante um tempo. E por estar cansada, eu resolvi sair. Trabalhei pouco tempo num escritório, como secretária. Acho que pouquíssimas vezes, assim, eu trabalhei de carteira assinada. (...) Foram pouquíssimas vezes, porque devido ao eu ter trabalhado no salão, eu tinha bastantes clientes. E então, quando eu saí da CLT, eu acabei continuando com elas e hoje é o que eu faço já há uns 13 anos. Continuo atuando nessa área e crescendo de certa maneira, acredito eu (Paula, Manicure, 33 anos).

> Eu comecei a trabalhar como balconista numa papelaria, depois trabalhei como vendedora de loja. Como balconista, eu tinha 20, eu acho. Trabalhei em loja, trabalhei em loja de sapato, como vendedora, era atendimento ao público, né? Depois desse emprego eu fui trabalhar como balconista e como recepcionista num salão, e depois num spa, num spa urbano, aí eu fiz o técnico, né? O técnico de enfermagem, trabalhando gostei da área comecei a trabalhar como técnica de enfermagem. Comecei a trabalhar em ambulância e

[21] Para preservar a identidade das participantes, citações de lugares para os quais não há correspondência adequada, utilizaremos a letra ‘X’ como identificador de tal lugar.

aí depois fui pro… Comecei a fazer faculdade de enfermagem trabalhando como técnica e fui pra uma grande rede de hospitais particulares no Rio de Janeiro. E aí passei pra um concurso público e hoje eu sou servidora como técnica, né? Nível médio e aí me formei estando lá. Já tive algumas experiências como enfermeira, mas no momento não tô atuando como enfermeira, não (Beatriz, Enfermeira, 37 anos).

A minha mãe, ela trabalhava de doméstica e eu, desde muito pequena, ia com ela pra casa de família, né? Sete, oito anos de idade eu já ia pra casa de família com a minha mãe. Eu sou a caçula, né, de três irmãos. A minha irmã mais velha estudava e não tinha como ficar comigo durante o dia todo, nem comigo, nem com o meu irmão, né? Mas eles já eram maiorezinhos e eu era a caçulinha, minha mãe me levava pro trabalho e eu ficava no trabalho dela até o horário do almoço, mais ou menos, e depois eu ia pra escola, né? (...) Acho que até os dez anos era a idade eu ia todos os dias pro trabalho (...) Eu ficava até o horário, mais ou menos, do almoço, meio-dia, porque às 13hs eu pegava no colégio em outro bairro, e eu voltava pro trabalho dela. (...) Foi assim até eu crescer e poder ficar em casa com a minha irmã sozinha, praticamente toda a vida eu vendo minha mãe ali trabalhando, e eu ajudava ela. Com dez anos de idade eu já ajudava minha mãe. Eu arrumava a casa da patroa dela ajudava ela, lavava a louça… Minha mãe era sozinha, naquela casa tinha duas crianças, então eu, quando eu não estava arrumando a casa, limpando a casa com a minha mãe pra ajudar ela, eu estava tomando conta das duas crianças pra minha mãe poder fazer as coisas, entendeu? E aí eu fui trabalhar. Eu me lembro que com 16 anos eu fui trabalhar numa fábrica de costura como costureira. Eu comecei no arremate, era arrematadeira junto com outras meninas e a carteira foi assinada como auxiliar de costura, porque eu já ia pra máquina de arrematadeira. Eu fui promovida pra máquina. Eu acho que eu fiquei uns sete meses, oito meses, dos 16 até completar os 17 anos, mas não chegou a um ano, foram meses. Aí eu fui pra casa de família, e eu fiquei dos 17 acho que até os 18, 19 anos, e aí com 19 anos eu engravidei do meu filho (Neide, Cuidadora, 44 anos).

Então, meu primeiro emprego foi como recepcionista num escritório de advocacia no Centro da cidade. Eu fiquei só três meses nesse trabalho. Depois disso, eu comecei a trabalhar num supermercado, e lá eu fiquei seis anos. Era uma carga horária muito extensa, muitas horas extras, muito desgastante física e emocionalmente. Eu comecei como operadora de caixa, depois como fiscal de loja, auxiliava os fiscais de loja, depois conferindo o fechamento dos caixas, e dois anos e meio na tesouraria. E aí, através dessa empresa, eles tinham um convênio com a faculdade, e eu comecei a estudar ali, trabalhando no mercado de duas às dez, estudando de manhã, uma carga horária super exaustiva, não tinha tempo pra nada, mas foi assim que eu consegui iniciar a minha graduação (Maria, Assistente Social, 41 anos).

Então, comecei a trabalhar com 15 anos, por conta da questão familiar. Meus pais eram separados, minha mãe tem uma história de alcoolismo lá atrás, e aí eu tive que começar a trabalhar para ter minha independência financeira, porque eu ficava na casa de um, na casa de outro, parentes, nessa separação dos meus pais. E aí eu trabalhei desde a oitava série em diante. Trabalhava muito em loja de roupa dentro da comunidade onde eu residia. É, aí no ensino médio, eu já tinha 18 anos, né? Eu comecei a trabalhar, meu primeiro emprego foi numa padaria. Então, fiz o ensino médio trabalhando numa padaria. Depois, consegui um emprego em uma loja no Saara,

ali no Centro da cidade. E depois, eu consegui um emprego numa empresa de call center, onde eu fiquei cinco anos. E nessa empresa, eu consegui passar numa faculdade privada com bolsa de estudo de 50%. Eu estudei em uma universidade privada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Mesmo assim, eu trabalhava e estudava. Minha rotina era, na época da graduação, eu morava na Zona Norte, né? Estudava na Zona Oeste por ser bolsista, 50%, e trabalhava no Centro da cidade. Nossa, era mó rolê pra poder me deslocar pela cidade toda. É, saía seis horas da manhã de casa, ia pra Zona Oeste, chegava oito e pouca, estudava, saía correndo, porque eu tinha que ir pro Centro da cidade, pra ir pro call center, onde eu era operadora de call center. Lá eu cresci, fiz o processo seletivo interno, virei supervisora de call center, e depois eu pedi pra ser desligada, porque não estava dando pra ficar na graduação e no call center. Tava pesado pra conciliar. Eu morava na comunidade de aluguel, consegui comprar uma kitnet na Zona Oeste, próximo à faculdade, porque ainda estava na graduação. E aí eu virei cuidadora de idoso, eu fiquei dois anos como cuidadora de idoso residencial, e era informal, de boca. Não tinha contrato, não tinha vínculo, não tinha nada! Era uma forma de eu conseguir terminar a graduação com a mínima qualidade. Depois da faculdade, terminei em julho de dois mil e dezessete, eu estudei pra residência, fiz a prova da residência, entrei na residência de saúde da família e comunidade em dois mil e dezoito, terminei em dois mil e vinte, em dois mil e vinte mesmo fui contratada. Fui contratada como enfermeira de família em um bairro da Zona Oeste (Vera, Enfermeira, 36 anos).

Eu comecei trabalhando, a primeira vez que eu me recordo, foi vendendo mel pra minha avó de porta em porta. Eu era adolescente e eu sempre fui muito comunicativa e eu sempre gostei de ter meu dinheirinho, e aí minha avó tinha pegado o mel de uma cidade dela que tinha um apiário, só que ela não tava conseguindo tempo pra vender, então eu peguei e saí vendendo pra todo mundo que eu conhecia, e aí aquela foi minha experiência, eu deveria ter uns doze, treze anos aproximadamente. E aí depois disso o apiário fechou eu comecei a revender calcinha e sutiã pra uma moça que tinha um bazar aqui perto e ela sempre comprava muito pra vender do bazar e as coisas ficavam encalhadas, então mais uma vez eu saia vendendo de porta em porta e eu sempre me sentia muito comunicativa, sempre me ajudou bastante nesse quesito. Depois disso passei a vender Avon. Depois disso as minhas outras experiências começaram a ser em sala de aula, foram todas voltadas para áreas educacionais e foi quando eu comecei a faculdade [de Pedagogia] (Olga, Pedagoga, 31 anos).

O meu primeiro emprego formal de carteira assinada foi como assistente administrativo em uma cooperativa. Era uma cooperativa que atuava no entorno da rodoviária Novo Rio, e eu fui assistente administrativo lá. Mas foi um emprego bem… uma experiência profissional bem curta, em virtude deles terem me feito uma proposta: eles queriam demitir uma funcionária por justa causa, sem que ela tivesse feito nada, e precisariam da minha contribuição para forjar esse cenário, e na impossibilidade de eu querer forjar, eu também fui demitida conjuntamente com ela. E aí já se iniciaram os grandes desafios no mercado de trabalho. Eu tinha 16 anos nessa época (Keila, Gestora de Políticas Públicas, 37 anos).

Eu fiz um curso de jovem aprendiz, e aí eu entrei como jovem aprendiz. Não tinha esse termo de “jovem aprendiz”, era outro nome, mas era estagiária e aí eu já comecei a trabalhar no RH, quando eu tive o meu primeiro emprego. Mas antes do emprego, antes disso, eu

> já vendia algumas coisas: vendia bijuterias, vendia bolsa, vendia algumas coisas. Eu comecei a trabalhar com 16 anos, e aí eu fui efetivada porque foi uma multinacional, foi um lugar muito importante para mim, porque eles começaram a pagar minha faculdade, na época, e aí eu percebi que eu podia ter um futuro diferente da minha família, e de onde eu morava, eu morava em uma comunidade na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e eu tive uma esperança de ter um futuro diferente. Ao mesmo tempo que eu vi essa oportunidade, era um lugar muito embranquecido, tinha muita gente com dinheiro, branca e eu acho que foi um trabalho que ao mesmo tempo em que foi muito importante, foi um lugar que deu uma minada na minha autoestima (Hilda, Psicóloga, 37 anos).

Mas sabemos que algumas dessas mulheres conseguiram, de forma menos custosa, ingressar no ensino superior, porém, alguns relatos corroboram a percepção que apresentamos nessa dissertação de que, mesmo graduadas, a inserção no mercado de trabalho não é fácil e nem mesmo rápida, levando, em alguns casos, alguns anos para acontecer e movendo estas mulheres já graduadas para o mercado informal ou para áreas de atuação diferentes daquela em que se formaram. Consideremos dois desses relatos:

> Logo que eu terminei a graduação, mais ou menos em 2010, 2011, eu consegui uma colocação em um projeto que funcionava no município de Queimados, e era um projeto voltado para idosos. Para mim, na época, foi um desafio, porque eu ainda não tinha experiência de trabalho com esse público também, que é um público bem diferenciado, um público muito rico de experiências, de conteúdos. E aí, eu não sabia muito bem como desenvolver isso. (...) Fiquei por pouco tempo, por conta da duração do projeto mesmo. Então, logo que terminou o projeto, eu precisei sair e fiquei um período trabalhando na informalidade. E aí, não era na minha área. Eu trabalhava alugando kits de festa. Kits provençais para festa, casamento, etc. Um período fazendo isso. E trabalhei também, nesse intervalo, na Secretaria de Relações Internacionais de uma universidade pública do Rio de Janeiro. Também não era na minha área, mas, eu precisava trabalhar. Lá, eu era recepcionista bilíngue, era uma colocação com carteira assinada, tudo direitinho. Porém, também foi um período curto, por conta de algumas questões que atravessavam, na época, a universidade. E aí, os funcionários que eram contratados precisaram ser desligados. E aí, eu retomei com o trabalho com aluguel de provençal. E aí, nesse período que eu estava trabalhando informalmente, recebi um convite de uma amiga, que já tinha feito estágio comigo na área de violência contra a mulher. Ela entrou em contato comigo, informando que havia uma vaga no setor dela, dentro da Assistência Social de um município da baixada fluminense, e pediu para que eu encaminhasse o currículo para avaliação. Eu encaminhei o currículo e a equipe da época na assistência da secretária, a diretora da especial e a coordenadora do CREAS, me chamaram para entrevista. E aí, nesse momento, perceberam que eu tinha um pouco de conhecimento teórico - eu já tinha feito um curso de política de assistência social – então, eu já tinha um certo conhecimento teórico, não prático. Mas esse conhecimento, ele me abriu essa porta também. Foi assim que eu entrei na assistência. E aí, eu iniciei lá como psicóloga do CREAS (Geralda, Psicóloga, 38 anos).

> Eu saí da faculdade em 2011 e logo depois eu engravidei, eu tive meu filho. Demorei um pouquinho para começar a trabalhar por conta da reinserção no mercado de trabalho após a maternidade. Quando eu comecei a trabalhar, embora exigisse o grau de escolaridade de nível superior em Serviço Social, eu tive um desvio de função. Eu trabalhava enquanto Assistente Social, mas também fazia outras coisas que em nada competiam ao Serviço Social. Fiquei dois anos nesse trabalho. Lá eu precisava fazer cadastros de registros de ocorrência, eu trabalhava na delegacia. Esses registros, esses cadastros nem sempre eram de acordo com o serviço social. Além disso, outras coisas bizarras, como fazer café, varrem a sala, essas coisas. (...) Eu fiquei dois anos nesse emprego. Aí eu saí, fiquei três anos fora sem exercer a minha área. Quatro anos sem exercer. Eu me formei em 2011, entrei neste trabalho em 2014 e saí em 2016. Aí fiquei de 2016 até 2020, trabalhando em casa. Fiz cursos de microempreendedorismo, meu filho ainda estava com três anos de idade. Então eu dei prioridade à maternidade no período e optei por outras formas de ganho, de renda e tudo mais. (...) Eu abri um CNPJ, fiz uma empresa chamada 'Delícias da Ingrid', e nisso eu vendia trufas, saladas de fruta, enfim. Tinha um cardápio que era voltado para comidas rápidas, lanches rápidos para a pessoa consumir e que fossem baratos também, para que as pessoas pudessem comprar, e então a coisa foi aumentando e foi crescendo. Aí eu fui saindo um pouquinho do Serviço Social e fui voltando para o empreendedorismo. Passou um ano, aí eu [pensei] "não, preciso voltar para a minha área, para o que eu gosto de fazer realmente", aí comecei a estudar para o mestrado, para o processo seletivo (Ingrid, Assistente Social, 38 anos).

Neste último relato, de Ingrid, vemos ainda o atravessamento do cuidado dos filhos, que na maior parte das vezes recai sobre a mulher, seja por uma escolha consciente (ou inconsciente) ou pela imposição relacional/social, mas que independente da forma que recaia, influencia na sua inserção ao mercado de trabalho, como mais à frente veremos em outros relatos.

Já algumas outras mulheres, tiveram algum apoio e suporte para fazerem suas escolhas, mas isso não as isentou de iniciarem suas atividades laborativas ainda jovens, contribuindo com o suporte que receberam, como vemos na fala de Sellen:

> Então, assim que eu saí do ensino médio, fiquei um ano em casa, meio confusa do que eu ia fazer na vida, né? E aí, eu, depois desse um ano aí, eu tive um sonho. Dormi, acordei, sonhei em uma coisa. E aí, quando eu acordei de manhã, eu decidi que eu ia arrumar um emprego. Que ia ser um emprego público. Eu já estava até matriculada para poder fazer o cursinho pré-vestibular, só que aí eu fui lá, troquei minha matrícula em cima da hora para começar a fazer o pré-militar. Mas fiz o cursinho pré-militar e cheguei numa conclusão, assim, na minha cabeça: "ah, eu tenho a vida inteira para fazer faculdade, mas só tenho até 23 anos para entrar no militarismo". Eu tinha 18 [na época]. Eu fiz o curso técnico junto com o ensino médio. Então, eu já saí já formada em técnico em enfermagem. E aí, naquele ano, eu fiquei sem fazer nada. Fiquei sem perspectiva, fazendo bico, trabalhando, assim, com roupa, vendendo roupa. Eu já fazia bijuteria

> para vender… Enfim, vendendo coisas. E aí, depois eu decidi que eu ia fazer o cursinho. 2011, eu entrei no cursinho. Só que assim, eu não podia ser só estudante, porque meus pais não tinham tantas condições assim de me manter só estudando, porque tinha passagem, alimentação e tal. Aí, eu fazia o cursinho durante a semana. Quando era sábado e domingo, eu ainda trabalhava em um grande galpão que vende roupa. Aí, eu vendia roupa ali, num box que uma moça me contratou, me pagava R$ 45,00 por dia, pra eu ficar o dia inteiro lá vendendo roupa pra ela. Aí, eu vendia as roupinhas dela lá. (...) E aí, assim foi. Fiz a prova do exército, na primeira fase, eu acho que eu já não passei. Já fui cortada na primeira fase. E da marinha, eu fui aprovada (Suellen, Militar, 32 anos).

Poucas foram as mulheres que vivenciaram o privilégio de apenas trabalhar já no ensino superior ou após ele. E como vamos perceber nos relatos abaixo, isso fez diferença na trajetória das participantes que se enquadram nesta categoria no que diz respeito à renda, aos acessos e a vinculação empregatícia:

> É, assim, eu acho até que eu sou privilegiada, né? Porque o meu primeiro emprego já foi na faculdade, por iniciativa minha. Meus pais nunca me obrigaram ou me coagiram, me oprimiram para trabalhar, assim. Então, durante a graduação em Serviço Social, eu senti essa necessidade de trabalhar e fui tentar, e trabalhei um tempinho na secretaria de uma escola. Só que aí ficou muito complicado por conta da faculdade, e aí eu saí. Na secretaria da escola eu trabalhava conferindo alguns gastos, notas fiscais, fazendo serviço bancário, por exemplo, atendendo a alguns familiares que chegavam, né, e tal. Eu fiquei realmente muito pouco tempo, assim. Eu estava meio que em treinamento, então também não fazia tanta coisa. O que eu lembro é isso. E aí, eu desisti, né, porque é isso, não tinha essa pressão familiar para trabalhar e, eu senti que estava muito difícil para a faculdade, que eu estava chegando muito atrasada nas aulas. E aí, eu desisti. Terminei a faculdade e já comecei a trabalhar mesmo como Assistente Social. Primeiro, como residente no Hospital Escola da na universidade em que me formei. Aí, a residência acabou, fiquei lá como contratada. Aí, passei no concurso de São Gonçalo. Fiquei nos dois, né, porque pagava muito pouco em São Gonçalo. E aí, depois, eu comecei a trabalhar em um hospital de grande porte na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Lá eu fiquei um pouco mais de quatro anos, eu acho. E conciliando São Gonçalo. E aí, depois, em 2016, saí, fui demitida desse emprego na Zona Oeste e aí fiquei só em São Gonçalo. Foi um período bem difícil, porque o salário era muito baixo, muito baixo, né. E fiquei numa situação meio complicada até finalzinho de 2019, quando eu fui chamada no concurso de Nilópolis. E aí, comecei a trabalhar nos dois lugares [como servidora] (Evelyn, Assistente Social, 41 anos).

> Como a minha atuação sempre esteve muito ligada à universidade em si, é difícil falar de marcos, quando começou, e de inserção, mas eu considero o meu início foi quando eu comecei a fazer os estágios [no ensino superior], que eu passei por duas instituições públicas. E aí eu acabo considerando o estágio como uma experiência profissional porque foram estágios onde eu desenvolvi atividades que, sei lá, meus supervisores desenvolveram, e as pessoas que trabalhavam naquele local desenvolviam também como profissional. Então, acho que essas duas experiências, elas não foram aquele estágio clássico, onde você mais acompanha alguém. Foi mais no sentido mesmo de desempenhar atividades, funções, principalmente

> administrativas. Então, eu considero esse mais ou menos o início. Esse estágio já foi no curso de Gestão Pública. Eu acho que o meu primeiro estágio foi em 2014. Eu acho que eu fiquei quatro ou cinco meses nesse estágio. Então, aí já nessa primeira experiência era relacionado à minha área, mas atividades mais…Nesses níveis, vamos dizer assim, estratégicos de planejamento. Então, depois eu saí da pró-reitoria e fui convidada para participar de uma iniciação científica que tinha relação com a temática racial. (...) Aí, depois que eu me formei, no início de 2017, e eu continuei nessa pesquisa, e aí depois foi quando, em 2018, eu entrei no mestrado, foi quando acabou o meu vínculo com essa iniciação científica e aí eu já comecei uma outra etapa de formação, mas também profissional, que aí foi quando eu tive mais iniciação em laboratório de pesquisa. Eu comecei em 2018 e terminei em 2021. (...) Quando eu já tinha qualificado, estava perto de terminar o mestrado, foi quando eu passei para a professora substituta no curso em que eu fiz graduação também, de Gestão pública (Fátima, Gestora Pública, 29 anos).

Percebo que as diferentes formas de iniciação no mercado de trabalho se relacionam, não só com as trajetórias feitas por estas mulheres ao longo da vida, mas também com suas percepções sobre o sentido que o trabalho tem para cada uma delas, nos sinalizando diferentes percepções do que é trabalhar para uma mulher negra. Segundo ponto que nos saltou aos olhos e que analisaremos aqui.

Iniciamos destacando aquelas que veem o trabalho como fonte de renda para subsistência. Ainda que considerem relevantes suas atuações profissionais e sintam-se gratificadas pelo trabalho exercido, não estabelecem uma relação primeira e necessária de satisfação ou realização através da atividade laborativa. Vejamos como isso surge em alguns relatos:

> Cara, eu sou muito objetiva com a questão do trabalho, sabe? Eu trabalho porque eu tenho que trabalhar, tenho que pagar as contas, eu tenho que fazer as coisas que eu gosto e tal. Eu não tenho essa relação de ter que me sentir feliz, satisfeita no trabalho. Eu não tenho essa relação, sabe? Eu tenho uma relação muito pragmática com o trabalho. Eu vou lá, faço o que eu tenho que fazer. É… Da melhor forma que eu consigo, né? Com compromisso, com ética, para poder pagar as minhas contas e viver a minha vida. Então, na verdade, o trabalho não pode ser algo que te faça, eu acho, sofrer, né? Porque aí vira uma questão de saúde mental. Mas também não vejo, para mim, né, que tenha que ser, assim, uma coisa de 'ah, eu amo o que eu faço, eu amo a minha profissão'. Não, eu não sofro, tenho várias dificuldades em ser assistente social. Mas não sofro. E vejo o trabalho como isso, assim. É necessário para a gente viver, né, nessa sociedade que a gente vive (Evelyn, Assistente Social, 41 anos).
>
> Bom, o trabalho me traz renda, né? É a única maneira que eu tenho de ter dinheiro, para me custear, custear minimamente a minha sobrevivência. Olha, eu confesso que vender minha mão de obra é mesmo uma questão de necessidade. Se eu pudesse, não faria. Mas o trabalho que eu realizo hoje, levando conhecimento para mulheres, traz um outro significado. Inclusive, eu sou formada em uma outra faculdade, que é Ciências Sociais. Eu fiz uma complementação pedagógica porque eu entendi o significado da educação nesse

> processo. Então, quando eu trabalho com mulheres hoje, eu cumpro também um pouco desse propósito de disseminar conhecimento, seja na área jurídica, seja em outras áreas, para poder levar essa nova abordagem (Rayane, Advogada, 37 anos).

> Eu preciso dessa renda pra me manter, mas eu estou buscando também outras colocações pra ter uma qualidade de vida melhor, né? (...) Eu já consigo me imaginar em outros lugares. Antes, isso pra mim era como se fosse uma traição na profissão. Pensar em não ser mais Assistente Social porque era um sonho, né? Eu achava que ia acontecer, ia mudar o mundo e tal. Só que não é mesmo. Eu falei, eu sou profissional, eu quero assinar, eu quero trabalhar, eu quero trabalhar, eu quero trabalhar. Óbvio que o que a gente faz é muito importante para as famílias, principalmente, que estão numa situação muito difícil do desacolhimento, a família é adoecida, enfim, luto… Eu vejo isso com muita importância na sociedade, a gente realmente consegue trazer diferença na vida das pessoas, mas ao mesmo tempo também ele é super… ele é carregado de estigma, de uma visão pejorativa, da moça boazinha que faz caridade, isso é muito ruim, sabe? É desanimador. Mas eu entendo ainda assim que a gente tem muitos espaços pra ocupar (...) Mas se eu tivesse a possibilidade de ter uma renda maior, exercendo uma outra função, mesmo que administrativa, eu abriria mão pra sempre (Maria, Assistente Social, 41 anos).

> Então, é até um pouco difícil, minha mãe até ri quando eu digo isso, mas assim eu não gosto de trabalhar! Não gosto! Eu adoraria ter nascido herdeira, mas já que eu tenho que trabalhar, o sentido que eu coloco nisso, além de pagar as minhas contas, é entender, a partir de um tempo já, foi entender que a minha formação não foi à toa como eu pensava. Ficar todo esse tempo sem ter um emprego foi ruim, saber também quais foram alguns motivos por eu não ter sido contratada foi horrível e hoje em dia eu vejo bem dessa forma, sabe? Trabalhar pra mim, no final das contas, principalmente na minha área, acaba sendo muito gratificante, porque na maioria das vezes meus alunos têm quatro anos e eu não sei… Tem criança que não tem em casa um abraço, tem criança que desconhece, literalmente desconhece o significado de aconchego, tem criança que se você der um abraço vai se tremer porque não entende que aquilo ali é algo bom, porque eles vivem diversos tipos de realidades bem pesadas. Então hoje em dia é gratificante se for usar uma palavra é gratificante (Olga, Pedagoga, 31 anos).

Por outro lado, temos aquelas que atribuem ao trabalho um lugar para além de fonte renda, que não colocam a subsistência como uma prioridade quando questionadas sobre o sentido do trabalho, e que são maioria aqui. Algumas, sequer chegam a mencionar a remuneração como algo relevante em seus trabalhos. Estas mulheres veem sentido em suas vidas através do trabalho, mesmo reconhecendo as dificuldades postas para sua execução, percebem-se, sobretudo, no lugar de alguém que ajuda, que transforma vidas, alguém que tem parte na mudança de vida do outro, como vemos nos exemplos abaixo:

> Então, o sentido de trabalhar… Deixa eu tentar te explicar aqui… O trabalho… Ele é muito significativo pra mim, eu acho que ele é um dos sentidos da minha vida, mais ou menos isso, não só, mas ele

ocupa uma parte muito importante da minha vida. Então acho que o trabalho acaba dando um certo sentido para a minha vida e o sentido da psicologia clínica, para mim, eu também consigo ver sentido porque eu tenho a noção, a percepção, a sensação, que eu ajudo pessoas, eu consigo ajudar as pessoas, desenvolver as pessoas, isso é uma coisa que me dá alegria. Eu acho que o meu trabalho faz sentido para mim e também faz sentido para as outras pessoas, o nosso serviço faz sentido para as outras pessoas (Hilda, Psicóloga, 37 anos).

Olha, eu costumo dizer que o meu trabalho é uma via para o meu propósito de vida. Eu costumo definir dessa forma. O sentido do meu trabalho para mim está muito atrelado ao meu propósito de existência mesmo. Eu consigo ver claramente aquela velha frase de nascer para isso. Por mais que eu entenda todos os… Eu tenho um pouco da ciência de todos os atravessamentos que me levam a ter a minha profissão, porque estamos falando de uma profissão que tem uma origem religiosa, tem uma questão até mesmo social, econômica, porque é uma profissão geralmente exercida por pessoas mais empobrecidas. E aí eu entendo isso, mas eu consigo também ver que é um propósito meu, de vida. Então assim, eu trabalho com pessoas e essa questão de você ouvir as pessoas, além de ouvi-las, identificar o que elas têm de demanda e dali tentar solucionar tentar ver possibilidades para as pessoas, isso está muito atrelado ao sentido do trabalho para mim, tem muito a ver com esse histórico de vida mesmo, com o meu propósito de vida (Dalva, Assistente Social, 37 anos).

Eu acho que eu meio que vejo como uma bagunça, e eu chego e arrumo, vamos dizer assim. Eu vejo como um lado que tem tristeza e eu vou e levo um pouco de alegria através das cores. Eu vejo por esse lado também. Isso pensando no lado bom das coisas, né? Porque é um trabalho cansativo. Muitas vezes é um trabalho exaustivo mentalmente, porque não é só fazer as unhas, não é só ir lá pintar as unhas. É toda uma coisa que envolve o meu deslocamento, o cansaço, o sol, chuva, o meu humor, a minha vida pessoal. A vida das pessoas também e isso acaba refletindo no meu atendimento. Porque às vezes, como eu estou ali no meio da casa da pessoa, eu vejo coisas, eu ouço coisas e passo por coisas. Então, isso também me deixa… Isso também me causa um pouco de cansaço mental e físico, dependendo do lugar. Porque a maioria das vezes eu faço o deslocamento a pé. Mas num todo, eu acredito que no final das contas, eu acho que é mais positivo. Eu acho que é mais positivo o saldo do que negativo, porque eu levo um pouco de alegria para muitas coisas que para elas estão ruins. Acredito nisso (Paula, Manicure, 33 anos).

Renata, assim, eu sou apaixonada pelo que eu faço. Eu sou apaixonada. Eu sou, assim, é como te dizer, assim, é um trabalho de prazer, sabe? Em primeiro lugar. Porque, assim, ver os resultados de uma sessão, de duas, de três, e você começar a ver o progresso do paciente, e de repente o paciente chega para você e você vê o progresso do paciente, você vê as pessoas, o próprio paciente, coisa que ele não percebia, que ele não entendia, que ele não, e você vê essa evolução, às vezes dolorosa, muitas das vezes muito dolorosa, mas, assim, também quando ele diz, sabe, começa a mudar, fazer de um modo diferente, pensar de um modo diferente, tentar consertar algumas coisas, por causa de uma conversa, de um trabalho seu, isso ali não tem preço, sinceramente não tem preço. É realizador, você trabalha, você se realiza no trabalho. Eu me realizo no trabalho. Eu sei que… Aí entra na idealista. Eu sei que existe um custo, que

> todo profissional precisa do seu custo, do seu ganha pão, ganhar, eu sei disso, mas, assim…. Fiz um pouco de graça, mas na pandemia. Na pandemia foi outra coisa, nós fizemos. Mas, assim, às vezes eu prefiro ganhar menos e ajudar aquela pessoa de alguma maneira, porque a minha visão nunca foi isso, não é agora porque eu estou ganhando, não. Desde que eu entrei, a minha visão sempre foi essa: de ajudar as pessoas através do meu trabalho. Então, assim, se eu tiver que diminuir um certo valor, eu prefiro isso para poder ajudar aquela pessoa, entendeu? E aí entra de novo na idealista, né? Mas é isso (Jacira, Psicanalista, 58 anos).
>
> Fundamental! Porque eu acho que vai muito além do recebimento do salário. Eu sempre costumo dizer isso para os meus amigos também. A gente trabalha porque a gente precisa. Mas acima de tudo, a gente precisa gostar do que faz. E fazer com amor. Fazer com coerência, principalmente. Colocar em prática tudo aquilo que a gente aprendeu. E eu acho que hoje eu consigo transformar muitas vidas com o meu trabalho. Eu consigo ver algo positivo nessa minha prática. Eu sempre tive feedbacks muito positivos com relação a isso. Então, isso me mostrou que eu realmente estava no caminho certo. E poder saber que o meu trabalho transforma vidas, e traz um significado também para outras pessoas, para mim, é fundamental. Alguém que saiu também de uma família que não é rica. Meu pai era metalúrgico. Minha mãe trabalhava como doméstica por um tempo e depois ela trabalhava lavando roupa para fora. Então, não éramos uma família de grande aporte financeiro. Mas, graças a Deus, a gente conseguiu. Meu pai conseguiu, que foi ele que investiu em mim o tempo todo. Conseguiu que eu pudesse galgar o meu espaço. Então, ver o resultado daquilo que eu estudei. O resultado da minha prática. Na vida das outras pessoas. É o que realmente me motiva (Geralda, Psicóloga, 38 anos).
>
> Tem um sentido de, hoje, de independência, de conquista. Porque caminhei muitos, muito, muito caminhos aí pra chegar onde cheguei. Então, tem um sentido de conquista. É, tem um sentido de, difícil explicar isso, né? O sentido do trabalho, né? É complicado. Porque também é que depende do aspecto que eu olho pro trabalho. É, olhando como preceptora de programa, tem o sentido de contribuir na formação de uma pessoa, que isso lá na frente, quando você vê uma pessoa que você pegou lá atrás, dois anos atrás, e você vê o que você ajudou a construir, isso te dá uma sensação de, nossa, de contribuição na formação de alguém, de responsabilidade. Mas também tem um sentido, quando você vê, hoje, o enfermeiro, é, na estratégia, tem um sentido de adoecimento, sobrecarga, é, tem esse sentido também. Tem vários aspectos que você pode olhar, né? Tem o você como preceptora, que é a contribuição, mas você como enfermeira, que é a sobrecarga, o adoecimento, a falta de valorização. É, o desrespeito, né? (Vera, Enfermeira, 36 anos).

Há ainda aquelas que veem no desempenho dos seus trabalhos um lugar que podemos identificar como de posicionamentos políticos, onde seus papéis também estão relacionados a mudança de vida de outras pessoas, porém de forma mais ampla e estratégica, através de ações voltadas para políticas públicas. Vejamos:

> Eu acho que o sentido, para além dessa realização pessoal, eu vejo muito esse sentido de tornar esse caminho um pouco mais fácil para pessoas que se parecem comigo. E isso é engraçado, que isso reflete muito no trabalho, nessa relação. Por exemplo, na orientação de

> trabalhos, tem até alguns colegas do doutorado que falam “mas por que você ainda pega e tal… você não tá recebendo por isso, você não tem mais contrato, é algo que toma o seu tempo, que traz um desgaste…”. Mas ele significa muito mais do que uma remuneração. (...) Depois que eu não estava mais dando aula, mas ainda pegava essas orientações, era pra fazer com que essas pessoas terminassem essa experiência. Então para muita gente fazer um tcc, elaborar alguma coisa é algo muito estressante, que causa muito receio – depois que chega na pós-graduação a gente vê que pode ser pior, que aquilo não era na verdade tão difícil assim – mas para quem está chegando nesse final da graduação acaba sendo esse desafio muito grande e aí para mim o sentido acaba sendo esse, realmente fazer com que ela, que aquela pessoa termine essa etapa. Para algumas amigas, elas falam “acho que você faz muito mais do que um orientador faz ou deveria fazer”, mas para mim tem outro sentido além disso, né. Uma orientanda que é uma mulher negra também, que trabalhava e tinha filho, então e aí nesse processo também ficou sem computador e aí ela escrevia trechos do trabalho dela a mão e para mim… Cara, não entrava na minha cabeça! Pra mim a primeira coisa é “cara, eu preciso que essa pessoa termine esse trabalho”, que ela continue a graduação, e ao mesmo tempo eu sei que sozinha, se eu não der um passo a mais, talvez ela não consiga fazer isso. Então aí que entrava esse esforço que vem a mais e que também acho que acaba mostrando o sentido desse trabalho, que cada vez mais mulheres consigam passar por essa experiência de uma forma menos custosa, mas também elas consigam finalizar essa etapa de uma formação acadêmica. (...) Muita gente não vai conseguir seguir nessa trilha, então vejo muito por aí o significado desse trabalho, pagar um alto preço para aqueles que vem depois talvez pagarem um pouco menos, né? (Fátima, Gestora Pública, 29 anos).

> Para mim, o sentido de eu estar nesses locais profissionalmente, é um único, seja em qual setor e qual área eu posso estar, é através da minha atuação promover mais justiça social e menos desigualdade social, então eu sempre me proponho, aonde quer que eu esteja, eu digo a mim mesma “Keyla, você está aqui porque você tem que oportunizar mais oportunidades de acesso e diminuir as desigualdades sociais”. Então eu levo sempre comigo na questão de eu ser mulher negra. Então se eu ocupo esse espaço eu preciso garantir que outras como eu possam também acessar esses espaços para além da incidência, através das políticas públicas que eu elaboro, fomento e acompanho, que nem sempre são ligadas diretamente a esse público, mas que praticamente sempre tem transversalidade, ainda que não seja incidência direta. Quando a gente vai olhar para a população brasileira como um todo – desculpa, pode ser que esteja um pouco desatualizada – 56% são mulheres negras, então a gente está falando aí de mães solo, então de alguma forma essas questões vão atravessar em algum momento uma mulher negra. Então eu sempre busco também fazer essa reflexão. (Keyla, Gestora de Políticas Públicas, 37 anos).

Por último, gostaríamos de destacar a participante que trouxe uma perspectiva única, mas que ainda assim acredito corresponde a maioria da população de mulheres negras, sobretudo àquelas que não adentraram ao mercado formal de trabalho ou que não tiveram a oportunidade de se inserirem no ensino superior.

> "É… assim, eu tava até conversando com uma amiga sobre isso, que eu nunca sonhei com o meu trabalho, né? Tem pessoas que eu acho interessante assim que, 'ah eu sempre sonhei em fazer tal coisa, eu sempre quis ser, sei lá advogada'. O que eu faço não é fruto do que eu sonhei, a verdade é essa. Eu nunca sonhei em fazer o que eu faço, né? Foi mais um… As coisas foram acontecendo mesmo e eu fui migrando mais pra essa área por conta de oportunidades de emprego, mais por oportunidade mesmo, por ver que era uma área que tinha bastante oportunidade mesmo. (...) Assim, meu sonho era na área artística, né? Tinha vontade de ser atriz, tinha vontade de ser jogadora de vôlei, eu tinha vários outros sonhos que não tinha sido… Não era nada relacionado com a vida acadêmica, o meu sonho profissional nunca teve nada a ver com a vida acadêmica. Eu tive uma época que eu sonhei em ser atriz, teve uma época que eu sonhei em ser jogadora de vôlei, só coisas assim. Acho que foram as duas coisas que eu queria ser, mas não tem nada a ver. (...) Hoje ficou o sonho, o desejo. Assim, hoje eu não sei se eu, se eu tenho esse sonho, sabe? Assim, acho que não. Pode ser que, de repente, eu faria diferente, pode ser que sim, mas hoje eu não tenho vontade de voltar pra esse lugar. Tipo 'ah, vou tentar agora', não é algo que eu sonho, né? Hoje não faz parte de um sonho, eu gosto de vôlei? Eu gosto de vôlei, mas não é algo que vou… ou "ah, vou tentar ser atriz agora, vou fazer um curso de teatro" não não tem essa vontade não (Beatriz, Enfermeira, 37 anos).

Beatriz nos traz a concepção dos sonhos frustrados e da urgência da vida. Parece-me que, uma vez formada ou inserida no mercado de trabalho, somos tão gratas que tal profissão ou atividade profissional se torna tudo o que queríamos na vida. Talvez só quiséssemos uma profissão menos desgastante fisicamente e uma renda digna para assegurar minimamente a sobrevivência ou qualidade de vida. Mas uma vez alcançado isso, nossa realidade torna-se o sonho que sonhamos para nós, e não o contrário. Beatriz aponta com lucidez e sinceridade que sua profissão atual, que lhe garantiu, inclusive, um emprego público, não foi o que sonhou para si. Mas questiono-me se, como mulher negra e periférica ela teria a renda e qualidade de vida que tem hoje se tivesse insistido em seu sonho. Será que nossa condição de mulher negra e periférica não é, na verdade, o que define também nossos sonhos? Pois como exposto ao longo deste texto, vemos como essa posição é o que vem determinando nossos postos de trabalho desde sempre. Porque se, abrindo mão do sonho para viver a urgência da realidade, já nos deparamos com situações tão difíceis e dolorosas, que dirá insistindo em algo que a sociedade diz não nos pertencer.

Vejamos agora algumas das situações de discriminação descritas por estas mulheres e vividas nos espaços de trabalho. Aqui, separaremos os relatos por tipo de discriminação, sendo, gênero, classe e raça, respectivamente.

Iniciando pelas discriminações de gênero, percebemos não só os assédios, através de homens acessando desautorizadamente os corpos femininos, mas também sugerindo utilizá-los como forma de barganha para ganhos materiais. Tal qual como já falamos nesta dissertação, os corpos de mulheres são vistos como de livre acesso por homens, e quando falamos de mulheres negras esses corpos também são vistos naturalmente como fonte de renda não só pelo esforço físico, mas também pela satisfação sexual, que se acredita proporcionar de forma diferenciada, a quem pague por isso. Mulheres que nos espaços de trabalho presenciam desrespeito e ofensas a outras mulheres no delicado momento do parto, julgamentos e desqualificação das escolhas femininas. E não só isso, o machismo aqui também se apresenta como limitador de mulheres ao mercado de trabalho em função da maternidade. O questionamento sobre o ter filhos, sobre o cuidado destes, sobre o desejo de ser mãe, até mesmo sobre a fertilidade feminina surgem nos relatos de participantes como algo que impede o acesso dessas mulheres a postos de trabalho, ainda que estas tenham a qualificação necessária para tal. Abaixo, relatos que contemplam os descritos acima na fala de algumas das participantes.

> "Você vê situações que não seriam comuns. Tipo, perguntar se você tem filhos, se você tem desejo de ter filhos. Se você sonha com isso. Quando eu estava com 35 anos, com 37, as pessoas, eu acho que pensam assim: "não, acho que ela não... Desistiu, né?" "É, que é uma gravidez de risco, de repente está com outras coisas na cabeça…". Então, assim… É perguntar se eu queria ser mãe, se eu era, se eu tinha fertilidade e tal. E selecionando sempre os meninos novinhos. Mas por quê? Meu currículo é tão bom quanto, eu já vinha de vários estágios. Por que não eu, né? E eu ouvi até de um advogado, quando eu estava no escritório, que eu não tinha sido a escolha dele, que eu só fui a escolha dele porque um rapaz que ele selecionou era muito mentiroso. E ele não ia me selecionar por eu ser mulher. E [pensam] assim: "porque a mulher tem problemas, a mulher tem o emocional mais abalado para certas ações e tal". E aí eu me surpreendi com isso, né? Nunca tinha passado por isso, assim, tão claro. E me surpreendeu bem (Rayane, Advogada, 37 anos).
>
> E aconteceu uma situação de eu comentar assim, no meio dos colegas, todo mundo falando de dinheiro: "poxa, eu tô dura" e aí eu ouvi um colega falar assim, um colega de trabalho falar "ah, você tá dura porque você quer" insinuando que se eu fizesse alguma coisa eu estaria com dinheiro, né? Deixa eu ver aqui é ah, eu ouvi de colega de trabalho falar, homem, no caso, né? Falar assim é… "ah, eu não gosto de preto", aí eu olhei assim pra cara dele eu falei assim 'ué, como assim? Você não gosta de preto?", "Eu gosto de preta" [resposta]... Já são coisas que a gente vai ouvindo, que racismo e como é que eu vou… é… diminuindo a mulher, né? (Neide, Cuidadora, 44 anos).
>
> Ai, então, de gênero. Não eram coisas diretas, mas eram comentários

> justamente porque eu estava num cenário obstétrico. Então, por exemplo, às vezes, eu ouvia comentários do tipo assim, eu me sentia ofendida por ser mulher. Não era comigo, mas, por exemplo, quando ofendia uma paciente, né? No momento de parto: "Ah, porque essas mulheres, é, porra, mulher, não sei o quê, não tomar banho, esses cabelos…". E falava muito disso. Eu vi muitos cabelos de implante de mulher sendo arrancado, entendeu? De qualquer jeito. A mulher tem que parir o filho de qualquer jeito. Por causa de, enfim... E ouvi comentários, mas, realmente, assim: "ah, porque não se informa, essa mulher é muito irresponsável e tal, não sei o quê". Por ser um hospital militar, as pessoas não falavam isso na cara da paciente, né? Porque rola toda uma questão de ouvidoria, tem a patente do titular da paciente, mas eu ouvia isso nos bastidores e depois isso começou a me ofender, entendeu? (Suellen, Militar, 32 anos).
>
> Machismo! Eu fui beijada dentro do elevador no ambiente de trabalho, fui beijada no pescoço e fiquei sem ação, completamente sem ação, não sabia o que fazer e eu me calei até hoje, nunca levei esse caso à frente né? (Neide, Cuidadora, 44 anos).
>
> Então, de gênero, sim. Eu acho que de gênero teve uma situação de uma pessoa que eu trabalhava e ele de alguma forma se tornou um chefe meu, e ele fazia piadas da minha bunda, e aí eu falei pra ele que eu não queria que ele fizesse essa piada. Do contrário que eu sei que muitas meninas fazem, eu nunca rio, nunca achei graça, não achava engraçado, e aí ele ficou muito bravo comigo, me maltratou, ele discutiu, assim, e eu era estagiária, e aí, eu me demiti, depois disso. Eu saí de lá, eu acho que era uma falta de respeito, e hoje em dia acho que eu tenho uma noção, eu posso dizer do quanto isso foi desrespeitoso, um assédio e nessa época, ninguém falava que era assédio, isso, tipo, há uns 12 anos atrás (Hilda, Psicóloga, 37 anos).

Já quando falamos de classe, as discriminações vêm atravessadas por questões relacionadas, principalmente, ao território em que essas mulheres estão inseridas e pela dificuldade de acesso, não só aos postos de trabalho, mas também às qualificações que poderiam levar a estes. Os relatos nos mostram que ser de uma região periférica e empobrecida, nega a mulheres negras direitos que deveriam ser assegurados a todos, como vemos abaixo:

> Nessa minha saída no final do ano do CAPS eu estava procurando emprego e aí eu fui fazer a entrevista. Como o RH da empresa era de São Paulo, foi uma call que a gente fez, a entrevista foi por call. E aí ela me apresentou o trabalho e tal. É um trabalho que eu conseguiria dominar porque era pra trabalhar com jovens aprendizes, que eu já tinha trabalhado. Já tinha experiência bastante nessa área. Só que eu tinha a experiência da instituição formadora. Nesse caso eu ia trabalhar na empresa que tava contratando jovens. Eu ia acompanhar esses jovens dentro da empresa. E aí foi uma questão dada como social e aí entra o recorte também de território, porque quando ela viu onde eu morava…. Aí ela falou onde era, que ela, por ser de São Paulo, não conhecia. E aí quando ela viu ela falou assim: 'não, não tem condições de você ir pro Centro (do RJ). Eu vi aqui que são quase 50 km de distância'. Ela me pediu meu CEP, botou lá o CEP. 'Você não tem condições de acessar todos os dias essa localidade que fica lá no Centro', enfim. E aí ela mesmo deu pra trás da vaga. 'Nossa, eu gostei muito do seu currículo, acho que seria muito bom e tal, mas ficaria muito distante pra você e tal'. Enfim, foi uma situação

> mais visceral, assim, sabe? (Dalva, Assistente Social, 37 anos).
>
> Eu confesso que eu ainda era meio perdida, porque a gente não vinha de um letramento racial, a gente vinha de um recorte assim, somos pobres e periféricos. E isso era um recorte de classe, então isso era suficiente para que as pessoas tivessem esse preconceito mais claro. E aí eu ficava pensando, né, se realmente era sobre isso. Mas quando eu vim para esse outro lado, daqui do Rio de Janeiro, da cidade grande, eu consegui perceber melhor algumas coisas, principalmente na Zona Sul, e eu me senti, assim, invadida de maneira, assim, dolorosa, sabe? Porque eu nunca tinha me visto por essa lente, pela lente da exclusão, nunca tinha percebido isso mesmo, assim, tinha visto em outros cenários, e não apenas pela minha questão racial, né? E foi devastador, assim, não sei nem te dizer muito bem (Rayane, Advogada, 37 anos).
>
> Com certeza foi tudo mais difícil do que se eu morasse, por exemplo, bem perto da faculdade, se eu morasse bem perto dos lugares onde eu trabalhava eu com certeza…. Se eu não tivesse que passar três horas dentro do ônibus eu poderia ficar, eu poderia conseguir chegar onde eu tinha que chegar, gente. Pelo menos essa carga que eu fiquei de não ter concluído minha primeira universidade que eu estudei tanto para poder passar eu teria concluído. [O deslocamento o cansaço foi um dos motivos que me fez abandonar?] com certeza foi isso daí foi um dos motivos (...) (Suellen, Militar, 32 anos).

Os relatos que seguem abaixo traduzem as discriminações de raça vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa. São falas dolorosas, que foram muito difíceis de serem ouvidas de forma isenta, afinal, me vejo em muitas destas situações e a dor que muitas vezes emocionou as participantes durante seus relatos, são compartilhadas por mim diariamente. Não são poucos os casos, por isso apenas alguns relatos foram selecionados, contudo, todos de vital importância para retratar a que mulheres negras são submetidas diariamente em seus espaços de trabalho. Situação que são normalizadas e apagadas, mas que através desta pesquisa podem ser lidas e problematizadas, atestando, mais uma vez, que não se tratam de casos isolados, mas sim de um sistema, de uma engrenagem muito bem ajustada para nos espremer, utilizando a força de trabalho de nossos corpos e a inteligência de nossas mentes, até que nada mais sobre e sejamos descartadas, substituídas por outros corpos negros.

Seguem abaixo as falas:

> Olha, Renata, eu já tive situações, assim que eu fui trabalhar, como cuidadora de idosos, foi o meu primeiro trabalho [como cuidadora] e eu me senti muito mal. Muito mal mesmo, vindo de um idoso, né, não era totalmente, assim, ele era lúcido. Ele faleceu, lúcido, e eu tive que ficar escutando, foi, como é que eu vou te falar…? Por causa de um balde, um balde que eu peguei pra encher, pra pegar água pro idoso, que morava junto com ele, já faleceu também, eu fui pegar essa água, eu não sabia que eu não podia pegar aquele balde pra encher a água dentro da casa dele mesmo, entendeu? E aí eu tive que ficar

escutando, ele esperou eu virar as costas, e eu ainda aí na janela fiquei escutando um monte de coisas, né, xingamentos, bastante coisa, racista, machista, tudo que tinha direito, né, e ali eu chorei pra caramba, eu chorei, fiquei na minha, eu tinha pouco tempo, né, tinha nem três meses, acho que foi no meu primeiro mês, e aí eu falei, assim, pra uma colega de trabalho, minha colega até hoje, ai, ela me viu chorando, eu falei, 'ai, eu escutei tanta coisa ali, que ninguém, nunca me xingou do jeito que eu fui xingada hoje', entendeu? E ali eu fiquei muito arrasada, muito arrasada. Passou. É, né? Passou, mas eu fiquei muito arrasada, chorei, fui batizada, que a gente costumava dizer e fui batizada. E ali eu fiquei, assim, de um jeito que, parece que eu fiquei pesada, sabe? Fiquei pesada (Neide, Cuidadora, 44 anos).

É até para falar com os juízes também. É uma outra coisa, que eu passo no fórum. Eu fui num fórum de uma cidade, cheguei lá, assim, meu cabelo estava nessa fase mais armada e tal, que eu não estava entendendo ainda o que usar para poder dar uma definição mínima, né? Porque as pessoas viam, então eu falava, eu vou fazer o quê? Uma definição. E as pessoas pediam minha carteira para validar que eu era advogada, assim, me olhavam de cima a baixo para ver se eu tinha uma definição mínima. [Se eu] Estava dentro do espectro que eles tinham de advogada, sabe? Assim, é doloroso, é uma coisa que você… (Rayane, Advogada, 37 anos).

Na época que eu trabalhava no shopping, teve uma cliente que não quis ser atendida por mim, mesmo estando na minha vez, porque era sistema de vez e aí a gerente foi perguntar se estava acontecendo alguma coisa e a cliente disse que não queria ser atendida por mim, apenas. E aí a outra menina, também negra, e ela era negra retinta, a outra menina, ela era muito mais escura que eu, quis atender também, porque depois de mim seria a vez dela, e ela não quis. Ela quis ser atendida pela menina, que era nossa amiga de trabalho: pele clara, olhos verdes, cabelo loiro. Mesmo ela não dizendo que era 'porque vocês eram negras', isso ficou muito evidenciado, óbvio, ficou uma parada muito escancarada (Olga, Pedagogia, 31 anos).

Eu te agradeço por essa pergunta, porque assim, ser mulher negra periférica nesse espaço, eu lhe diria isso diariamente, seria mais fácil eu lhe responder os dias em que a gente não vivenciou. Mas sim, vivenciei e vivencio porque a gente tem aí a questão do machismo, do racismo, então isso constantemente, tanto homens quanto mulheres, fazem questão de mostrar, na rotina, que nós não fomos feitos para ocupar esses espaços. Mas hoje o racismo que eu vivenciei ocupando esses espaços ele mudou um pouco de rotulagem, porque como se requer que se tenham mulheres, que se tenham negros em espaços para que as pessoas tenham uma boa imagem perante algumas situações, eles viram que eles precisavam de fato… Então hoje eu me tornei um pouco – vou dar esse termo que eu acho que ele cabe aqui – um objeto para atender uma demanda do mercado. Então não subestimando as minhas capacidades técnicas e tudo mais, mas eu vejo que muitas vezes eu estou, eu permaneço pela minha qualificação técnica, mas muitas vezes eu entro no espaço em que eu me destaco porque eu sou uma mulher negra e sou uma mulher negra que atende a algumas expectativas do mercado branco, e aí eu trago assim um relato de uma experiência que foram quando disseram "ah não, que eu sou uma mulher negra magra, que sabe se vestir, sabe se portar, sabe falar, tem uma arcada dentária muito boa…" Então isso demonstra, aparentemente, que poderia ser "ah não nós queremos realmente ter mulheres pretas em espaços de grande poder…" mas é porque o meu estereótipo de mulher negra é um estereótipo de mulher negra

que não – é eu vou usar esse termo, porque é esse o termo – não agride ao olhar na branquitude, mas essa é uma mulher negra, uma mulher preta que pode andar conosco (Keyla, Gestora de Políticas Públicas, 36 anos).

Lembrei de um outro fato agora, Renata. Quando eu estava no CAPS atuando na saúde mental, eu era de uma RT, que são as Residências Terapêuticas. As famosas RTs!! E aí eu tinha uma coordenadora, e essa coordenadora ia sair, porque teve período de troca de empresas, de OS e nessa troca ela decidiu sair. Até pegou todo mundo de surpresa. Todo mundo ficou surpreso. Caramba, como assim vai sair? Porque ela era anos de RT. Mais de 20 anos coordenando RT. Muita experiência, muita coisa. E quando ela sai, ela fala para mim que ela me indicou ao cargo de coordenação. E que não foi aceito. Eu não sei porquê. Ela também não sabe. Ela também não soube me explicar. Ela só fez uma cara assim para mim. Ela falou, "eu citei seu nome". E ela não só citou meu nome para a direção do CAPS, mas outras pessoas da RT, outros funcionários, ela confessou isso. Que ela iria me indicar. Ela só não falou para mim. Ela falou para as outras pessoas e não falou para mim. Depois que ela fez, ela falou para mim. Mas antes de fazer, ela tinha comentado com algumas pessoas. E aí eu tinha uma cuidadora lá que ela chegou para mim e falou assim, 'a coordenadora só está falando que vai indicar você. Só você tem condições de levar isso aqui'. Aí aquilo bateu assim. Eu falei, caramba, reconhecimento do seu trabalho. É, um reconhecimento. Me deu até um... E aí quando ela foi sair, que ela tentou… Então, minha opinião pessoal, eu acho que é questão racial mesmo (Dalva, Assistente Social, 37 anos).

Um senhor já, mas assim, eu acho que ele não chegava a ter 70 anos, ele tinha menos de 70, devia ter uns 60 e poucos anos, ele tinha uma bolsa de colostomia, né? Mas ele já tinha essa bolsa e aí – porque geralmente quando o paciente interna e vai e geralmente interna pra fazer [a colostomia], mas a gente faz os cuidados ensinando o paciente porque o paciente vai pra casa com a bolsa, então a gente faz aquele cuidado explicando: "ó, é assim que faz, é assim que limpa, é assim que o senhor vai cuidar", é ele que vai cuidar em casa, mas esse senhor, não. Esse senhor, ele estava internando, mas ele já tinha anos com a bolsa, ele já cuidava daquela bolsa porque ele já… A gente já conhecia, inclusive, ele e aí nesse dia ele internou e aí nesse setor que eu tava são quartos coletivos, né? E aí era um quarto com cinco pacientes, e ele falou assim pra mim: 'eu quero que…" Quando ele me viu na passagem de plantão, as meninas passam as ocorrências do plantão e tal e aí elas já tinham falado "ah, fulano de tal, tem bolsa de colostomia", mas ele que cuida e tal e quem tinha ficado com ele antes de mim era uma pessoa branca, era uma menina branca e aí quando eu cheguei ele tava indo pro banheiro, mas ele voltou e falou assim pra mim "eu quero que você limpe a minha bolsa!" aí eu não falei nada, eu achei estranho, mas eu achei que de repente fosse tipo assim, que ele quisesse trocar alguma coisa, que ele quisesse me mostrar de alguma alteração mesmo né? E aí eu falei pra ele assim "não, tudo bem", e eu nem me opus, não. Falei assim: 'não, tudo bem, deixa eu só – porque eram mais outros pacientes, aí eu falei assim – deixa eu fazer as medicações e depois eu limpo pro senhor", mesmo sabendo que ele limpava e tal. Fui, fiz as medicações, sendo que ele achou que eu tava demorando aí ele começou a gritar dentro da enfermaria falando que eu tava demorando, e aí ninguém entendeu nada, ficou todo mundo assim, os outros pacientes todo mundo assim, olhando e aí ele falou assim ele usou uma palavra que chega a me…[nesse momento a entrevistada se emociona e chora] Que eu não lembro

exatamente como foi, mas ele falou assim “negrinha” alguma coisa assim, sabe? E aí eu na hora, meu sangue ferveu, foi alguma coisa assim em tom pejorativo mesmo relacional da raça e aí eu respirei fundo falei: “não, ele é paciente”, respirei fundo é aí eu perguntei a ele falei assim “eu não me opus a limpar a sua bolsa, eu só pedi pro senhor esperar porque eu tenho outros pacientes, tenho outras pessoas e tem coisas que é prioritária a sua bolsa” aí ele falou assim pra mim “eu como paciente eu não tenho que esperar por você, eu pago o seu salário, eu não acho que eu tenho que esperar porque.” e aí os pacientes mesmo ficaram sem entender, porque todo mundo presenciou. E aí os pacientes falaram assim, “ué, mas, tipo assim, o que mudou? Ele não tratou ninguém assim”. Entendeu? E aí eu fiquei muito nervosa. Porque tem coisas que são sutis, né? Mas esse não foi. Eu me senti envergonhada, assim, da frente de todo mundo, sabe? Me senti, assim, ferida mesmo. E aí eu saí para poder respirar e tal, e aí ele começou a gritar de lá, de onde ele estava e aí todo mundo viu que eu estava muito nervosa e todo mundo “o que houve e tal”, aí eu expliquei, mas eu não queria falar, porque eu não queria chorar. Estava tentando me controlar e tal. E aí ele começou a gritar de onde ele estava lá. Aí eu voltei lá, e todo mundo tentando me acalmar, fui lá, falei assim: “senhor, eu não vou limpar! Eu não vou limpar, tá? Eu falei para o senhor que eu ia limpar, mas eu não vou limpar. O senhor tem condições de limpar, o senhor que vai limpar, tá? Ontem o senhor foi, a menina que veio aqui, o senhor não pediu para limpar, por que o senhor não pediu para ela limpar?” Aí ele, “ah, ela é diferente”, e eu falei: “é, ela é diferente, mas a diferente também não vai limpar, aqui a diferente não vai limpar”. Aí ficou, assim, todo mundo percebeu, sabe? Que era, tipo assim, ninguém queria, mas todo mundo percebeu que era racismo, mas, assim, acho que as pessoas não queriam acreditar que aquilo estava acontecendo, porque foi tão, foi uma forma tão agressiva, tão… que ninguém estava acreditando naquilo, né? Nem eu, na verdade. É porque, assim, às vezes a gente acontece de forma sutil, né? É, de forma bem sutil, dessa vez, não, dessa vez foi bem pesado e bem, tipo assim, ele não tinha, ele não estava preocupado em esconder, entendeu? Ele não estava, é… não, ele estava mostrando mesmo que era aquilo mesmo. Foi bem pesado, dessa vez, mas tem várias outras vezes, é assim… (Beatriz, Enfermeira, 37 anos).

Eu tava até pensando, assim, no hospital na Zona Oeste, eu trabalhava com uma amiga psicóloga, e ela é branca. E era muito engraçado como nos atendimentos eu sempre era vista como uma grosseira, que não tinha tanta empatia e ela sempre era vista como uma fofa, sabe? A que acolhia, a que não sei o quê. E aí, assim, na época, eu não fiz nenhuma problematização sobre isso. Mas depois eu fiquei pensando, será que é meu jeito mesmo, né? De ser uma pessoa mais seca e ela é mais fofa? Ou será que era porque eu sou negra e ela é branca, assim? E aí as pessoas têm mais condescendência com ela? Ou, né, tem outra visão dela do que de mim? Eu falei que a gente pode ser as duas coisas também. O meu jeito com quem eu sou fisicamente e o jeito dela com quem ela é fisicamente, por exemplo.

Você acredita que se ela tivesse o seu jeito, também seria essa mesma perspectiva, essa mesma percepção?

Não, certamente que não. Eu lembro muito de um caso, assim, que foi muito engraçado. É a família. Eu estava alterada, nem lembro o porquê e tal. E eu explicando, né? Sim, gente, eu não estava sendo grosseira, mas eu estava explicando e impondo o limite, na verdade, né? Que esse é todo o processo. Eu estava ali impondo o limite. E aí

estava começando a ficar uma situação meio complicada e aí essa colega interveio. E aí, assim, ela não falou nada diferente de mim. Ela não falou sequer em outro tom diferente de mim, assim, mas falou a mesma coisa. A pessoa mudou e começou a se dirigir só a ela. E no final do atendimento ainda falou assim: "Ah, muito obrigada. Você falou comigo de outro jeito diferente dela.' E não foi. Ela falou a mesma coisa que eu, sabe, assim" (Evelyn, Assistente Social, 41 anos).

Então, um exemplo para mim que é marcante, que foi nessa loja do shopping, que eu trabalhei. E lá eu entrei como caixa. Então, eu mexia com dinheiro o tempo todo, era a minha função. E logo, no primeiro dia, ou na primeira semana, não vou me recordar agora, mas foi no início mesmo, assim. Eu fechei o caixa e tal, aí fica aquela coisa de vamos embora, vamos embora. E a gerente falou assim, está faltando dinheiro. E aí, eu gelei. Eu falei, ué, eu conferi e está faltando dinheiro por quê, né? E ela, "não, se você falou que conferiu, então eu vou só conferir". Era mais ou menos dessa maneira. E aí, se conferiu e tudo mais e beleza. Depois, "vamos olhar a bolsa hoje de todo mundo para ir embora". E aí, uma coisa que acontecia, mas não era da forma que aconteceu. Então, eu falei, "será que está achando que eu estou levando dinheiro para casa?" Sendo que não era a verdade, né? Então, aquilo me deixou constrangida, com certeza, porque foi logo o meu início no trabalho. Isso me deixa até um pouco, enfim…[A participante se emociona] Não é uma emoção boa que me traz, mas tudo bem. Então, quando eu vi aquilo, eu falei, "gente, eu estou sendo acusada de roubo indiretamente". Mas naquele momento, eu não entendi que era isso, né? Naquele momento, eu achei que era um erro, uma contagem errada e tudo bem. Eu fui inocentemente passar por esse processo achando que estava tudo bem. E depois que eu vim aprendendo sobre preconceito, sobre racismo e que eu passava por isso diversas vezes, eu entendi que aquilo não era a verdade. Aquilo foi, de fato, esse caso, né? E aí, olharam minha bolsa, não tinha nada. Bom, eu fui embora para casa e contei aquilo – na época, eu era casada –, contei aquilo, conversei. 'Não, mas isso foi errado, não sei o quê'. Aí, eu comecei a entender, porque foi me explicado com outros olhos. E aí, eu fiquei indecisa naquele momento se eu voltava ou se eu não voltava. Mas eu pensei, eu não fiz nada, por que não voltar? Vou voltar. E continuei trabalhando lá. Eu fiquei durante um ano e pouco. Então, acho que num momento marcante de constrangimento foi esse. Mas, assim, vira e mexe, eu passo por isso. Por ser manicure e por acharem que manicure não é uma profissão, não é um trabalho, é só um bico (Paula, Manicure, 33 anos).

Teve uma situação que eu entrei no elevador [no trabalho], e eu sempre usei meu cabelo natural desde sempre ou pelo menos na época que eu fazia relaxamento eu sempre botava ele de uma forma que ele pudesse encher. Entrei no elevador e minha foto estava virada, porque eu cheguei atrasada, coloquei o crachá errado e aí a freira virou e falou assim 'cruzes, tem que prender esse cabelo e tem que deixar esse daí virado mesmo' falando do meu crachá e ali eu pensei três vezes se eu responderia à altura ou não, e uma outra freira que estava junto com ela a repreendeu falando que a atitude dela foi completamente, como que foi o termo que ela usou? Não me recordo, mas ela quis dizer que, tipo assim, a atitude dela foi completamente ridícula. A freira falou de um jeitinho tanto que ela ficou constrangida com a fala da outra freira, mas não me pediu desculpa (Olga, Pedagoga, 31 anos).

Não, eu não. Nunca passei por isso, não. Pelo menos, até o

> momento, não passei. E também não presenciei. Alguns casos, às vezes, pontuais. Por exemplo, de colegas. Uma colega, especificamente. Mas, para mim, não ficou como se fosse uma questão de gênero. Mas foi mais uma questão política. Na época, ficou muito diferenciado isso. Não era por conta do gênero ou da classe, mas em relação ao gênero, não. Eu posso dizer para você, Renata, que eu já vivenciei isso. Não ambiente de trabalho, mas no ambiente escolar (Geralda, Psicóloga, 38 anos).

Contudo, continua:

> A gente consegue encontrar mais representatividade no executivo, onde em geral as pessoas têm que por mais a mão na massa. Aquele trabalho que não é um trabalho de gestão. Na assistência da pasta, é uma vitória [ser uma mulher negra na gestão]. Eu vejo que é uma vitória. Porque no histórico de gestores da assistência, diretores das profissões, eu, até o momento, não consegui identificar outra pessoa negra. Não estou dizendo que não teve. Mas o que eu tenho de algumas gestões para cá, isso não acontecia. E eu penso que talvez esse tenha sido o momento que a gestão tinha esse olhar diferenciado. Também acho que não foi pura sorte. O meu desempenho. Eu acho, claro, que os outros também trabalham muito bem. Tem toda essa questão da eficiência, mas eu acho que o meu trabalho foi um diferencial também. Desde que eu estava na ponta. Eu sou observada desde o primeiro dia que eu entrei ali. Não sei se sou observada por conta da cor da pele ou se é por conta da formação. Isso eu não consigo te dizer, mas o fato é que nesse período todo eu fui muito observada. E essa observação toda, esse monitoramento, posso dizer assim talvez, trouxe essa oportunidade. A gestão viu que realmente eu tinha esse diferencial no trabalho, por isso hoje estou ali (Geralda, Psicóloga, 38 anos).

> Eu sou a única profissional negra na minha equipe, e às vezes, eu acho estranho, digamos assim, pra não ser racista, quando o usuário chega, olha pra mim, de jaleco, de crachá, e pergunta se eu sou assistente social. Aí ontem, eu estava com a estagiária, eu perguntei pra ela: “me diz uma coisa, me tira uma dúvida, quando os seus colegas estão em atendimento, o usuário pergunta pra ela se elas são assistentes sociais?”. Sendo que elas são mulheres brancas, aí ela falou: “não, nunca reparei, não’. Falei, “nossa, é cada coisa que acontece aqui, né?”. E assim, estar inserida num hospital público, hospital de emergência público, onde tem muitos usuários negros, pessoas em situação de rua, mulheres que sofrem violência, algumas situações são muito características do quanto o racismo institucional repercute na vida daquele usuário. Porque se ele chega sem uma identidade, uma pessoa, como um trabalhador, um pai de família, seja o que for, se ele chega sem uma identificação, sem uma família próxima, se ele tem um black, a equipe vai perguntar: “Ele está em situação de rua? Ele é um paciente psiquiátrico?” São umas falas assim que você não acredita que aconteça. E é isso, assim, situações de extrema violência, de preconceito e até de racismo mesmo, tipo, “ah, não, deixa ele lá, o ortopedista não passou, não tem problema, deixa quem é ir embora de alta revelia, deixa.”. “Ah usuária de droga...”, sabe? Muito estigma e muito preconceito, mesmo por profissionais de saúde que também têm nível superior (Maria, 41a).

> Ao que eu lembro, comigo teve uma situação, que foi na época que eu dei aula e que eu interpretei que foi resultado de um viés racial, que foi quando as aulas estavam voltando para o presencial, mas não eram todas as disciplinas. E aí, a minha disciplina foi uma das que voltaram. Então, o movimento na faculdade era muito vazio e para a

gente ter acesso às salas de aula, a gente precisava pedir permissão e aí eu fui pra pegar a chave pra dar a minha aula e a pessoa que estava lá, no inspetor, disse que só poderia entregar a chave para professores, não pra alunos. E aí eu falei que eu era professora substituta e já dava aula um pouco mais de um ano, só que mesmo assim eu não conseguia a chave e aí eu tive que ficar aguardando outra pessoa chegar e aí foi quando chegou uma outra mulher, uma mulher branca que já era professora do instituto há mais tempo, e aí ela foi lá falar com a pessoa e aí me deram a chave (Fátima, Gestora Pública, 29 anos).

Renata, o meu novo local de trabalho, que é no restaurante, até as pessoas que trabalham na cozinha são brancas. Entre 43 funcionários que a gente tem, sou eu, assistente social, tem um menino que trabalha na comunicação, mas ele não tem letramento racial, então ele fala e faz coisas muito loucas. É outra coisa. E na cozinha e lá na parte da portaria, a gente tem dois funcionários pretos na portaria. Um espaço branco. E como auxiliar de serviço geral. São mais dois. É mais um espaço em que os negros que ocupam funções de nível superior são a minoria. E mesmo estando na ponta, estar na ponta num lugar de pessoas brancas é estar em eterno desconforto. Porque você vai olhar para esse território e você não vai encontrar seus pares. Então os meus pares vão ser as pessoas que estão ali na portaria. E estes meus pares que me ajudam, estão ali comigo o tempo todo, que realmente são meus pares, mas algumas reflexões, alguns pensamentos eu não consigo compartilhar, porque eu não tenho os meus pares. E esses pares que eu não tenho para compartilhar intelectualmente o que penso, o que eu acho, o que eu sinto, acaba me deixando num local de desconforto. Então mesmo ocupando na ponta, mesmo que eu não esteja num cargo de chefia, de coordenação, ainda assim determinados espaços que o assistente social ocupa, se for um território que seja ocupado por brancos, e se esse assistente social for mulher e tiver letramento racial, ela vai ocupar esse espaço em desconforto. Então estar sozinha, podemos dizer assim, como mulher negra, nesse espaço sem pares intelectuais, é desconfortável. (...) Vivem a solidão da mulher preta. É a clássica solidão triste e duradoura, porque eu acho que mesmo quando a mulher preta ela ocupa um cargo, estando na ponta ou estando num cargo de chefia, a solidão vai calar, olhando para essa mulher preta. Se ela não estiver num espaço democrático, essa democracia não tem só a ver com o fato de ter pessoas pretas ali, porque pode ter pessoas pretas ali naquele lugar e você não as enxergar ainda como pares, porque são pessoas pretas que não vão acompanhar intelectualmente os seus pensamentos, são pessoas pretas que não têm leitura racial. Então, ser uma mulher preta que estudou, que tem qualificação, que tem leitura racial, ocupando alguns espaços, é estar eternamente nesse desconforto e nessa solidão da mulher preta (Ingrid, Assistente Social, 38 anos).

No primeiro emprego, quando eu era estagiária, eu não tinha essa clareza de que era por raça. Eu achava que era por classe, eu achava que era porque eu era pobre. Eu já tinha isso, mas não necessariamente porque eu era preta. Hoje em dia, eu tenho esse lado, de estar ligada, né? Por exemplo, teve uma situação que a minha chefe, na época, brincou comigo, falou alguma coisa sobre, ela pegou a régua e bateu na minha cabeça. Não bateu forte não, não bateu. Mas, foi muito simbólico pra mim. Porque eu fui pro banheiro chorar. Fiquei muito chateada. E aí, ela brinca e ela falou “ah, mas isso é uma coisa que eu faço pra minha filha”. E aí, eu não tive como, eu não conseguia responder pra ela. Porque, primeiro, eu não era filha dela. E, segundo, eu já tinha visto o tratamento dela com a filha

dela e ela não fazia isso. Então, é, eu acho, eu acho, não, a minha chefe tinha, tinha outra coisa também que eu percebi eu trabalhava no DP, mas eu também ajudava ali no RH, e eu lembro que quando eu pegava um currículo que eu tinha que mandar, que todas as pessoas que eram contratadas, eu via o quanto que era diferente da minha realidade. As pessoas que eram promovidas, que eram gerentes, tinham um padrão. Tipo, o curso, sei lá, o seu bairro, todo mundo tinha feito intercâmbio, não sei o que. E eu, eu lembro que eu olhava e parecia e falava, "gente, como que eu vou concorrer com essas pessoas?". Tudo bem que eu estava ali, mas eu estava ali e depois nunca consegui mais. Então, acho que eu, não me justificando, porque tem algumas pessoas que continuam lá, que estão lá até oito, cinco anos depois. Mas eu, eu acho que eu entendia que eu não fazia parte daquilo ali, de alguma forma (Hilda, Psicóloga, 37 anos).

Agora especificamente é, um fato que eu não soube – tem alguns que eu não sei que, às vezes, eu não sei lidar. Quase sempre não é no momento, porque muitas vezes a gente não percebe no ato que a gente está passando por um racismo, né? É uma reflexão posterior que a gente passa – então teve uma situação especificamente na época da morte da Marielle Franco, é que eles estavam em um ambiente de discussão a respeito dela e aí as pessoas que estavam falando, estavam falando evidentemente com um cunho muito racista a respeito de todo o processo e aí eles pararam e falaram assim: "desculpa, Keyla, por você ser negra, mas a gente precisa falar" e aí continuaram falando tudo aquilo e assim o "desculpa por você ser negra" me atravessou de uma forma, de uma forma…. Porque foram diversas as formas, né? Foram tantas as formas que realmente aquela foi bem complexa para que eu pudesse receber. Porque foram muitos atravessamentos eu não consegui elaborar na hora e depois, que na época ainda estava em uma igreja, e aí fui para uma reunião lá com o meu líder e amigo, e não me lembro mais quem e aí eu desabei, eu desabei, eu chorei, chorei, chorei, chorei… E é muito ruim porque é isso, porque são muito sensíveis né, porque eu sempre busco fazer uma reflexão para que eu não me distancie de fato de quem eu sou e para que as pessoas possam me ver sempre como pares, porque é isso né, para pessoas brancas me pedirem desculpas é porque provavelmente elas não me veem como uma pessoa negra né, "ai, desculpa você é negra", é como dizer "você é diferente disse que eu estou falando", entendeu? São tantos atravessamentos que é isso, até hoje eu não sei elaborar os tantos de recorte (Keyla, Gestora de Políticas Públicas, 36 anos).

Ah, sim. Muitas vezes a gente vê o tratamento, né? Os próprios pacientes, por exemplo. Como é diferente quando o paciente é negro. Tem aquele estereótipo, né? Que a gente tem construído da pobreza. Assim, e quando é um paciente branco, é muito diferente, assim, o trato, sabe? E com os próprios profissionais, assim. Tem uma história lá em São Gonçalo. Eu não presenciei, mas fica aquele comentário, né? De uma técnica de enfermagem que estava atendendo lá no acolhimento e ela foi diretamente, né? Não foi nem aquele racismo velado. Não foi aquele racismo sutil, né? Que a gente viu por aí. Foi um xingamento direto, assim. E ela registrou ocorrência e tal. Então, assim, eu vejo mais, assim, do ponto de vista desse tratamento, assim. Com os pacientes, com os usuários, assim. Como que muda, assim, né? Eu trabalho numa maternidade, então tem muito caso de adoção e é muito engraçado o discurso, assim. Quando essa pessoa, preta, pobre, é aquele discurso, assim: "Ah, é melhor mesmo, né? Ela não tem coragem. Ela não tem condições de cuidar e tal". E quando é uma pessoa branca, assim, com outra característica, fica sempre

> assim: “poxa, mas por que ela não quer ficar com esse bebê? Né? Poxa, será que ela não tem mesmo condições? Tadinha do bebê, vai ficar sem família”. Então, assim, essas coisas são muito claras, assim, né? Na atuação (Evelyn, Assistente Social, 41 anos).

> Ah, já, já ouvi muito ao ponto de… Aí eu volto lá no hospital, que foi quando eu voltei pro mercado de trabalho, né? Eu voltei pro mercado de trabalho no hospital, eu já ouvi, enfim, uma coisa: como é que eu vou te falar? De pessoas que olhavam pra mim e se admiravam pelo meu nariz, pela característica do nariz, se eu já tinha feito plástica, porque negro só tinha o nariz achatado, tipo isso, né? (Neide, Cuidadora, 44 anos).

> Então, Renata, olha, acho que são quase todas. Algumas mais simples, outras menos, mas, por exemplo, eu trabalhava numa área e eu era a única que morava no subúrbio, e aí, não justifica eu chegar atrasada, não justifica, mas eu chegava algumas vezes atrasada, como outras pessoas chegavam atrasadas, mas a cobrança que eu tinha era uma cobrança muito maior. Por exemplo, era como se não tivesse justificativa de chegar atrasada porque eu morava num lugar perto do Centro, mas quem morava na Barra não tinha trem, não tinha metrô na época. Então, fazia sentido, era ok a pessoa chegar atrasada porque teve o trânsito e não era ok eu chegar atrasada porque eu tinha o trem, porque as pessoas também não reconheciam, não conheciam a realidade do que é pegar um trem. Elas sabiam falar, mas não sabiam a realidade (Hilda, Psicóloga, 37 anos).

> Sim, aí eu volto lá no trabalho da minha mãe, que eu como eu falei pra você, né? Aquela coisa assim como se fosse da família, né? Que eu podia comer, que eu ficava à vontade, mas eu ouvia minha mãe falar que ela sempre ouvia o chefe dela o patrão dela dizer que pra esposa: ‘ah, é preto, o homem não caga na entrada, caga na saída’, entendeu?

> Então eu desde pequena eu ouvia isso aí minha mãe falar sobre isso sim, já vinha lá desde 10 anos de idade e eu não entendia muito aquela fala, entendeu? (Neide, Cuidadora 44 anos).

Sabemos que todas as situações narradas até o momento, apesar de identificadas como de gênero, raça ou classe, carregam em si a interseccionalidade dessa múltipla condição, mas existem situações em que todas essas ficam muito evidentes, como as descritas abaixo:

> Eu percebi, porque assim, Renata, não é nada assim, muito claro. Você percebe. Não é, “ah, fez isso, falou isso”. Não, você percebe que não me deu o devido valor por eu estar... Apesar que é moradora da mesma comunidade que eu, só que não perto de mim, né? Mais distante. E assim, mas eu percebi que não me deu o devido valor como profissional justamente por causa disso. Porque eu estava dentro da comunidade, entendeu? Porque eu estava num espaço mais humilde, né? Então, eu percebi isso, mas não teve uma fala, não teve um gesto. Aquela coisa que fica no ar, que você percebe, né? Não continuou por causa disso. Entendeu? Mas assim, eu vejo assim, o racismo comigo, e aí eu estou falando algo pessoal, ele é muito sutil. Quando acontece comigo, eu percebo que ele é muito sutil. Não consegue, não consegue nem se perceber. Eu consigo perceber, não porque eu “sou”, mas porque eu já tenho um certo conhecimento e aí entra a minha área profissional, aí entram os meus estudos,

> entendeu? Mas assim, é muito sutil, é quase que sombrio, sabe? É quase que fica assim, aí até de você pensar, parar e pensar assim, será que foi racismo mesmo? Chega a duvidar em algum momento. Chega a duvidar, chega a duvidar. Mas a impressão foi muito clara, porque a primeira sessão foi muito bem, a segunda sessão foi bem também. Aí quando começou a terceira sessão, eu já comecei a perceber, entendeu? E tanto que a quarta não aconteceu. Só essa situação mesmo que foi assim, para mim foi muito clara, que era por causa, não só, porque é um conjunto, é você ser negro, é você ser pobre, morar num lugar, como que você vai ser uma psicanalista, uma psicóloga, entendeu? Você não tem capacidade para isso, por causa do ambiente, por causa do ambiente, por causa da aparência, entendeu? Acho que o valor que foi atribuído um valor inferior a uma pessoa que estaria fora da comunidade ou uma pessoa branca que estaria em outro espaço. Com certeza. Mas isso eu não tenho dúvida nenhuma. Nenhuma, nenhuma, nenhuma. Tanto que, depois de um bom tempo, eu soube que estava fazendo terapia em um lugar, próximo, mas fora da comunidade. Entendeu? Aí que a coisa ficou mais clara (Jacira, Psicanalista, 58 anos).
>
> E eu agora lembrei. Eu passei por uma situação. Olha a situação: estávamos eu e um residente. Ele não é branco, mas ele tem uma cor da pele mais clara do que eu. Ele não é branco! Ele é não branco! Não é negro, mas é não é branco. Entendeu? Ele só tem a cor mais clara do que eu, e é homem, né? E aí eu estava sentada com ele fazendo supervisão direta, né? Eu sou preceptora, ele é residente. Ele era R1, residente do primeiro ano. Sentado do meu lado e eu estava ali fazendo, porque a gente tem que também ficar do lado, né? Ainda mais nos primeiros meses, né, de atendimento. Embora não eram os primeiros meses de atendimento dele, era meu primeiro mês de atendimento com ele. Entendeu? E aí o paciente referia ele como se ele fosse o médico e eu fosse a enfermeira. E estávamos nós dois como enfermeiros e eu era a preceptora dele. Tu entendeu? E a gente até discutiu isso depois. Entendeu? Eu, uma outra preceptora e ele. Entendeu?
>
> *Isso é comum no atendimento com relação ao paciente?*
>
> Existe uma percepção de biotipo. Geralmente, eles atribuem ao cargo de médico pessoas brancas e homens. Existe essa questão, sim. A gente percebe. Entendeu? Ele olha assim e vê: “ah, de trancinha. Preta. Mulher. Mulher. Ou é técnico de enfermagem…”. Entendeu? Existe, sim. Essa questão de biotipo mesmo. É um perfil. A gente pode colocar duplamente [querendo dizer tripla], de classe, de gênero e de raça. A classe médica, o gênero masculino e a raça branca (Vera, Enfermeira, 36 anos).

Situações como as vivenciadas e compartilhadas pelas participantes desta pesquisa corroboram diversos dos apontamentos trazidos e embasados teoricamente ao longo deste texto, evidenciando não só que a literatura nos afirma isso, mas que também são eventos experienciados na vida real por mulheres negras em seus espaços de trabalho, levando-nos ao seguinte questionamento: como essas mulheres lidam com essas discriminações? Como elaboram e ressignificam essas experiências? Quando perguntadas sobre isso, identificamos 3 diferentes grupos de respostas, que apresentamos abaixo.

Primeiramente, aquelas que parecem apresentar certa consciência de que precisam construir estratégias para lidar com isso e, de alguma forma, tentam encaminhar suas dores ou minimizar os danos causados por estas experiências de forma mais diretiva, seja em terapia, em grupos específicos de amigos ou até mesmo escolhendo o momento e a forma de se posicionar frente às situações discriminatórias que vivem, como vemos nos relatos abaixo:

> Eu acho que eu respondo conforme aquilo que a minha saúde mental, naquele momento, está disponível para responder. Eu acho que teve momentos que eu briguei, teve momentos que eu rebati, teve momentos que eu levei à frente, levei para a direção, levei para quem eu achava que deveria levar. E teve momentos que eu estava tão cansada, que eu simplesmente, ignorei, sabe? É aquela dor que você sente, mas que você já sentiu tantas vezes, que você naturalize essa dor, que você já… "ok, mais uma vez", sabe? Então, assim, de acordo com aquilo que a minha saúde mental estava em condição de responder, eu respondi. Mas levando em consideração a experiência que tive na segurança pública, e, na maioria das vezes, por ter um ambiente extremamente masculino, violento, no sentido não só subjetivo, ou no sentido do assédio, ou no sentido de que eles andavam armados, sabe, violento nesse contexto, eu acho que foi um local que, embora eu tenha resistido por estar ali, só pelo fato de estar ali, eu já sabia que incomodava por estar ocupando aquele lugar. Eu acho que foi o lugar que eu mais ignorei, para preservar até mesmo a minha vida, né? Porque eu não sabia, na verdade, com o que eu estava lidando, Renata. Porque eu via muita covardia entre eles, sabe? De um virar as costas e o outro começar a falar mal do outro, de um querer fazer coisas para prejudicar o outro. Pô, você está querendo fazer isso para prejudicar o colega de farda? O que ele não vai fazer comigo? Quando eu virar as costas, sabe? (Ingrid, Assistente Social, 38 anos).

> Olha, eu me sinto uma merda, não tem outra… É isso pô. Eu tive que voltar ano passado, eu tive que voltar pra psicóloga porque eu tive que pedir desculpa pra pra racista calar a boca e me deixar em paz e me deixar viver, tem noção do que é isso? (...) Então, além da minha psicóloga psicanalista maravilhosa, parecida a tia Freud, além dela, que é uma psicóloga, psicanalista e negra, eu também tenho alguns amigos da igreja (...) e aí grupo de apoio assim mesmo. Em relação a isso eu sei que eu tenho eles (Olga, Pedagoga, 31 anos).

> É, assim, eu… Como é que eu vou explicar…? Porque parece um pouco de soberba por eu perceber as situações, conseguir, hoje em dia identificar, eu me imponho e, assim, me impor. Eu já começo a trabalhar em mim, entendeu? Porque, assim, eu não tenho baixa estima, apesar de ser negra, ser pobre, ser gorda, eu não tenho baixa estima. Então, assim, não aconteceu nada que pudesse me afetar e me desequilibrar. Ainda, ainda não. Né? Ainda não. Porque, eu acho que, a gente vai adquirindo essas ferramentas de conhecimento, aí entra a idade, porque, você sabe que, nas fases da nossa idade, a gente vai tendo mais identidade, sabendo quem você é, então a opinião do outro não afeta tanto, né? Agora, quando eu vejo que não tem, porque tem pessoas, assim, que ela querem te humilhar mesmo, né? Ela te humilha uma vez, duas vezes, né? E aí, quando tem esses embates assim, aí eu me afasto, entendeu? Porque aí também eu não vou ficar me ferindo, eu não vou ficar deixando alguém ficar me cutucando, alguém me menosprezando, alguém, aí simplesmente eu

> me afasto. É uma defesa? É uma defesa (Jacira, Psicanalista, 58 anos).
>
> Olha, eu confesso que eu que eu leio muito, construo algumas coisas que escrevo para poder entender também até se a minha percepção foi certa, até se as coisas que eu estou vivenciando foram corretas mesmo, e oro e busco abrigo. Eu me encontro muito no outro também no sentido de ajudar, então eu acho que isso meio que alivia essas tensões. Eu sei que eu somatizo muito porque eu sou uma pessoa que tem uma doença autoimune que fica aqui me perturbando de vez em quando, mas é isso. E é uma coisa de família também, eu vejo que meu pai é muito assim. Meu pai às vezes joga algumas coisas para fora que meus irmãos nunca tiveram acesso, informações assim, que ele nunca contou e que dói nele até hoje. Ele tem 80 anos e eu fico tentando não ser essa pessoa e também até na busca por uma psicóloga que ouça, que entenda, que valide. É muito complicado, até isso eu tenho dificuldade, eu te confesso. Eu tento não seguir o caminho dele, reproduzindo, mas infelizmente é isso (Rayane, Advogada, 37 anos).

Identificamos também um segundo grupo que, frente ao questionamento, prontamente responde não lidar com estas situações ou não saberem como lidar com elas. Porém, ao longo da fala, parecem se dar conta da importância desta ação e também passam a identificar a necessidade de uma estratégia para encaminhamento dessas questões, como vemos a seguir:

> Eu não sei, eu não sei, eu acho que eu finjo que está tudo bem, tento me desligar dessas coisas e aí eu penso em outra coisa, eu faço outra coisa e aí eu foco em outra coisa e coisas que não deveriam acontecer acontecem, então eu acho que um pouco de toda uma…. É que às vezes o que me causa de trazer essas dores, de falar sobre isso, porque são coisas que eu acho que inocentemente eu sei os pontos de partida, mas aí claramente eu não quero dar, eu acho que eu não quero me colocar nesse lugar de “coitada, mas aí ela passou por isso” e “aí por isso que ela tem isso, será?”. Eu não sei, mas assim eu não consigo me colocar nesse lugar de ficar falando sobre as coisas porque eu acho que eu meio que me acostumei a resolver as coisas sozinha, mal ou bem. E aí eu fico “ah, mas eu não quero ninguém com pena de mim”, então eu não falo nada e eu trago só para a terapia, só para o meu lado religioso também, então de vez em quando a gente tem umas crises de choro na igreja e está tudo certo, e Deus vai lá e renova, mas acho que recentemente o meu corpo não tem absorvido muito bem todo esse caos, então eu tenho tido crises de ansiedade, principalmente de claustrofobia, então não sei aonde isso vai parar, mas estamos tratando para que isso não seja um caos maior, mas eu tenho plena consciência de que toda uma bagunça que eu não exponho talvez isso me traga, isso me leve para outros caminhos como a compulsão alimentar, enfim… (Paula, Manicure, 33 anos).
>
> Então, atualmente eu não encaminho de forma nenhuma, eu não faço parte de nenhum coletivo. Eu tratava essas questões muito na terapia, mas no momento eu não tô fazendo, tem que ter essa coisa do pessoal mesmo com amigos, próximos com pessoas que eu me sinto confortável pra compartilhar amigos, colegas de trabalho e tal mas no momento eu não faço assim, nem terapia e nem tô em nenhum coletivo que eu trate dessas questões (Evelyn, Assistente Social, 41 anos).

> Ah, não lido. Ah, eu, assim, fico triste, mas tento deixar pra lá. Porque eu acho que isso, não sei… De alguma forma, a gente… É… Eu tento, é tudo o que eu falei, né? Acho que eu tô, sabe? É, não é isso! Às vezes, tá vendo que é racismo mesmo, mas tento deixar pra lá, sabe? Às vezes, por… não sei, às vezes a gente… de ficar aquela mágoa, aquela tristeza, sabe? Então, às vezes, eu opto por esquecer, por tentar esquecer, por tentar deixar pra lá, e, às vezes, eu percebo que eu me omito bastante com relação a isso. [O deixar pra lá te impede você de sofrer?] Às vezes, sim. Eu tento esquecer, entendeu? E porque, às vezes, ficar pensando nisso me traz mais sofrimento. (...) Eu acho que a verdade é que eu não sei como lidar, né? A verdade é essa (Beatriz, Enfermeira, 37 anos).

E temos um terceiro e último grupo, que não conseguiu de forma objetiva responder à pergunta "Como você faz para elaborar / dar conta dos sentimentos provenientes dessas situações?", ainda que tenha sido feita mais de uma vez e de diferentes formas. A este atribuo a dificuldade de, até mesmo, conseguir lidar com este questionamento frente aos sentimentos que ele traz, pois durante a realização das entrevistas não foram raros os momentos de emoção e lágrimas por parte das entrevistadas ao rememorarem suas vivências, assim como, também foram muitos os momentos de silêncio e reflexão frente algumas perguntas. Certamente, como previsto na metodologia desta pesquisa, parece-nos que o objeto pesquisado foi tocado e transformado durante esse processo, tal qual esta pesquisadora, que ao longo deste caminho, cogitou serem os espaços de aquilombamento - tal qual descritos aqui - uma possibilidade para elaboração e atualização das vivências racistas, classistas e machistas vivenciadas nos espaços de trabalho.

Considerando que este aquilombamento, como definido anteriormente, também é amplamente conhecido como espaços geográficos, grupos e coletivos, também foi perguntado a estas mulheres de maneira objetiva se elas fazem parte de algum coletivo ou grupo comunitário, religioso, profissional ou qualquer outro que seja baseado em valores comuns e que sejam para elas um espaço de aprendizado, compartilhamento de experiências e acolhimento.

Aqui apresentamos a resposta para um dos questionamentos-chave desta pesquisa:

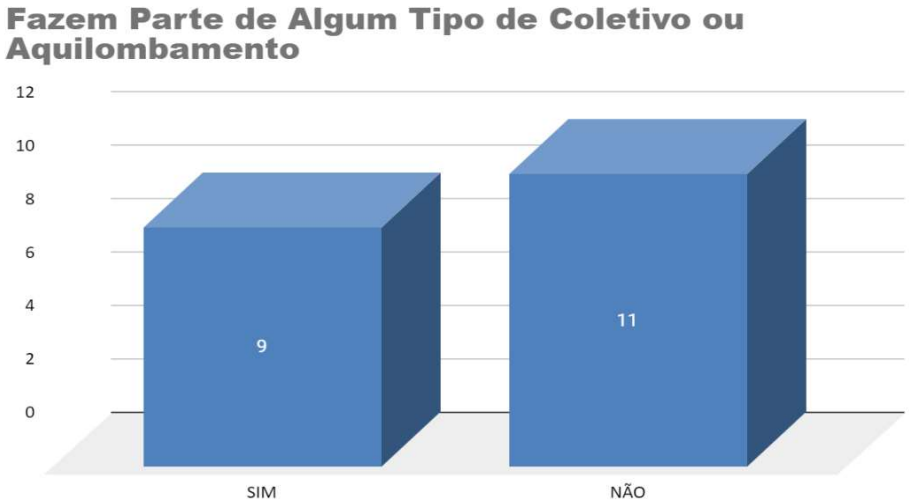

Gráfico 9: Fazem parte de algum tipo de coletivo ou aquilombamento

Fonte: Elaborado pela autora.

Aqui retratamos as vivências de algumas das entrevistadas que afirmam pertencer a alguns coletivos ou espaços que identificam como sendo seguros e de acolhimento para encaminhar, elaborar e ressignificar suas vivências, ou seja, espaços de aquilombamento, pois das 20 mulheres entrevistadas, 9 afirmam participar ou pertencer a estes espaços.

> Então, eu faço parte de um grupo atualmente, há um ano, porque eu fui na marcha das pretas no ano passado e aí eu comecei a me envolver mais com essa temática. Não me envolvia nesses espaços de debate tão forte por conta da religião e dos traços de onde eu pertencia serem mais repressivos, até nesse sentido, principalmente por ser mulher, às vezes alguns temas sobre feminismo ”não, não vai, não ouve, faz mal,... ”, também questões raciais, por conta de todo o contexto político, cenário todo…Eu acho que eu comecei a buscar mais disso, não participar, mas conversar com pessoas dialogar a partir dos enfrentamentos das eleições de 2017, foi um divisor de água na vida de muita gente, abriu um novo, uma cosmovisão totalmente diferenciada e aí comecei a participar com outras pessoas, mas não grupos em si (Rayane, Advogada, 37 anos).

Então, a maioria são mães, que são amizades virtuais, até porque desde quando eu comecei, não só por proximidade, trocar os mesmos assuntos, a vivência da maternidade acabou me levando para isso, então acabo compartilhando muito com elas. Como a maternidade é muito cheia de perrengue, acaba que a gente compartilha muita coisa, mas para além disso tem a questão das minhas amigas não mães. Eu percebo que esses grupos de amigas não mães tem uma coisa que as mães não têm, como elas têm um pouco mais de tempo para si mesmas, né? De contemplação, de meditação, de reflexão… As conversas são mais assim, mais elaboradas então, às vezes tem uma parte assim minha conflituosa de mulher, às vezes uma coisa sociopolítica assim, aí é com elas que eu converso, entendeu? (Suellen, Militar, 32 anos).

No movimento social, não. Mas muito mais no âmbito familiar, né, vínculo de amigos, do que em movimentos sociais. Então, eu tenho esses espaços, mas não são espaços institucionalizados, são espaços das minhas relações. São fundamentais, né? Porque a gente se reconhece na nossa dor, na nossa luta, na nossa história, nas nossas vitórias. Então isso é muito importante (Maria, Assistente Social, 41 anos).

Na faculdade eu faço parte. Lá nesse instituto tem um coletivo de alunos negros e negras da pós-graduação, então faço parte dele, mas desse lugar que eu te falei né, dessa coisa meio…. E no ambiente religioso também né, então tem agora né um coletivo de negros e negras e eu acho que também no espaço da igreja nesses últimos cinco anos eu sempre tive muito inserida nesse trabalho com mulheres né então considero também (Fátima, Gestora Pública, 29 anos).

O grupo da igreja tem sido muito bom, né? Das mulheres, porque a gente pode falar nossas dores, né? Nossas lutas, o que a gente faz, né? A gente passa como, como mulher, né? Assim, pra mim é muito bom. É bom quando a gente está se reunindo, porque a gente pode, a gente ouve as outras mulheres também, né? Não só no sentido de ser acolhida, mas a gente de ouvir também as outras mulheres, o que as outras mulheres também têm passado, é ver que, tipo assim, às vezes não é só eu que passo, não sou eu que vivencio, né? E a gente ali junta, tipo, compartilhando aquilo que, né? (...) Porque, é, cada um traz o teu pensamento, traz a sua, a sua ideia, né? A sua opinião com relação àquela situação, e aí faz, caramba, nunca pensei, nunca pensei nisso, nunca pensei dessa forma, é, e aí te faz pensar, te faz raciocinar, às vezes tem coisas que, ah, não é nada demais, mas, eu acho que não é nada demais, mas quando para pra pensar, não, pô, é assim. Então, assim, é muito bom esse, esse compartilhar, porque nos faz pensar, né? Nos faz pensar no mundo feminino, né? (Beatriz, Enfermeira, 37 anos).

Discuto muito com amigos, amigos diretamente. Fiz parte da coordenação na construção de um coletivo religioso e, atualmente, eu faço parte do grupo e troco, porque eu não componho mais dessa instituição religiosa, mas faço parte de um coletivo de mulheres negras de XXXX e uma série de, não diretamente, eu componho esses espaços de discussões, mas não sou filiada em nenhum. Formalmente, eu **não** faço parte, mas participo de uma série de espaços de movimentos negros [cita o nome de 2 movimentos dos quais faz parte], que são espaços de pessoas negras que pensam e articulam políticas públicas direcionadas à negritude. Então, são nesses locais que eu faço compartilhamento, e, pelo menos, eu tenho um grande conhecimento das perspectivas e das questões de atuação (Keyla, Gestora de Políticas Públicas, 36 anos).

> Então, já participei. Eu ultimamente não tenho participado de nenhum coletivo. Eu gostaria até de participar, de estar em algum coletivo. Eu acabo usando a correria do dia-a-dia como desculpa para não participar. Essa é a verdade. Assim como até mesmo para frequentar a minha comunidade de fé. Eu acompanho o que tem acontecido na minha comunidade de fé pelo Instagram e tem acontecido movimentos bem interessantes de coletivos e tudo mais. Não só na minha comunidade de fé, mas quando eu me descobri enquanto mulher preta, eu participava muito mais desses coletivos. Já participei, mas ultimamente a correria e o cansaço acabam me capturando. E eu não consigo ter forças para vencer esse cansaço. Entre dormir e descansar e sair de casa para entrar nesse coletivo, eu prefiro dormir e descansar. (...) Sabe, a minha prioridade acaba sendo aqui dentro da minha casa e eu acabo não [fala incompreensível]. Embora eu entenda que o aquilombamento acaba sendo uma ferramenta fundamental nessas trocas (Ingrid, Assistente Social, 38 anos).

A partir dos encontros e entrevistas realizadas é possível esboçar um desenho de como vive esta mulher negra e periférica, como se aquilomba – quando o faz – e como chega a este momento. E começamos por identificar que estas mulheres negras, que fazem parte da classe trabalhadora e habitam em regiões periféricas são forjadas no contexto de informalidade laborativa ou pela precariedade dos vínculos de trabalho, e por isso, desde muito cedo realizam tarefas produtivas, de modo que possam contribuir na dinâmica familiar para que outros busquem o sustento, ou ainda, de alguma forma, gerando renda para sua própria subsistência e/ou de suas famílias. Isso aponta para uma situação de precariedade e escassez, e faz com que a trajetória desta mulher, inclusive pela dedicação que precisa oferecer ao trabalho dentro e fora de casa, também seja por muito tempo precária e escassa, levando-a muitas vezes a ingressar no nível superior ou empregos dignos com idades bem mais avança que o restante da população branca.

E inserida neste contexto, percebemos que ela busca um sentido para o trabalho que vai além da renda, da subsistência ou do vencer a escassez. Esta mulher parece buscar um sentido para si naquilo que faz e isso aponta para a importância que atribui a sua atuação e influência na vida do outro: do quanto ela contribui, desenvolve, transforma, cuida ou interfere nas dimensões políticas capazes de mudar certas condições de desigualdade. Porém, a contrapartida deste sentido mostra-se na frustração e no desejo reprimido das duas possibilidades que enxergamos a esta posição: a frustração da não efetivação de sua intenção (de ajudar, transformar, etc.), afinal, isso não depende apenas dela; ou no desejo reprimido da não realização daquilo que almejou quando abriu mão do sonho que

sonhou viver profissionalmente, e que muitas vezes em nada tem relação com o que está desempenhando na realidade, para exercer o que lhe foi possível à geração de renda. E acreditamos que esta frustração e esses desejos reprimidos geram a adaptação necessária à continuidade da vida produtiva que conseguiram e na qual estão inseridas.

Contudo, ainda que vivam o que sonharam, ainda que, com muita luta, conquistem os postos almejados, mesmo estabelecendo um sentido para trabalho que não esteja depositado no outro, as variadas formas de violência e agressões continuam se fazendo presente diuturnamente, como dimensões fundamentais da vida e que passam permanentemente por humilhações raciais e de gênero. Em vista disso temos a mulher negra vivendo a objetificação sexual, como visto nas falas: “ah eu não gosto de preto, (...) gosto de preta” (N. 44a) ou “[meu chefe] fazia piadas com minha bunda” (H, 37a), a exclusão classista ao não conseguir postos de trabalho em função de seu local de moradia periférico, distante e de difícil acesso aos centros políticos, econômicos e empresariais, onde as oportunidades se concentram, como vemos nesta fala “‘não, não tem condições de você ir para o Centro (do RJ). Eu vi aqui que são quase 50 km de distância” (D. 37A), e ainda quando consegue vencer estas barreiras classistas e/ou sexistas se depara com o modo de vida embranquecido do mundo corporativo, político, econômico, etc. do Rio de Janeiro, gerando sentimentos como o expresso neste depoimento “... foi devastador, assim, não sei nem te dizer muito bem” (R. 37a).

Ademais, esta relação trabalho-raça que está posta para todas as mulheres negras as coloca frente a frente com as humilhações racistas cotidianas que, quer sejam veladas, quer sejam explícitas, seguem sendo devastadoras para cada uma de nós. Situações decorrentes do cínico discurso da democracia racial, que pune severamente pessoas negras por erros tidos como aceitáveis quando cometidos por pessoas brancas, que usa mulheres negras na busca de atender a expectativa de pseudo-inclusão da branquitude ao mercado, que comenta a forma adequada ou inadequada que julgam ser pertinentes aos nossos corpos sob o pretexto da opinião (não solicitada) ou até mesmo do elogio passivo-agressivo, que dirige às mulheres negras olhares desconfiados e suspeito por nos considerar menos simpática, menos qualificada e até mesmo menos digna.

Disto sucedem três importantes aspectos que podemos concluir a partir das

entrevistas, a saber: a presença de pessoas negras ocupando espaços sociais não significa haver democracia ali. A democracia não pode ser traduzida apenas pela presença de corpos negros circulando por determinado espaços ou ocupando determinadas posições. A democracia acontece quando as relações estabelecidas pela branquitude com mulheres negras são relações de igualdade, respeito, reconhecimento de nossas capacidades, quando são relações entre pares. Do contrário, o que vemos é a vivência da solidão da mulher negra, que inserida em uma hegemonia branca, tem cerceada até mesmo a possibilidade de construção, expansão e compartilhamento de uma consciência negra e afirmação de formas de negritude.

Outro ponto observado é decorrente da incessante tentativa desta mulher negra ascender através do estudo e da qualificação, pois mesmo quando alcança os postos pretendidos por sua qualidade técnica-profissional é violentamente agredida por palavras e condutas que tentam a todo tempo mostrar para ela que ali não é o seu lugar, ou ainda, que nunca deveria ter saído de onde estava, a saber, um lugar historicamente construído pela branquitude de precariedade, subserviência e invisibilidade. Isso se traduz no choro contido ou explícito durante as entrevistas ao lembrar destas vivências, nas declarações de que “se sentem uma merda” (O. 31) ou ainda , nas crises de ansiedade, no sentimento de baixa autoestima e exclusão e em todas as demais formas de aniquilamento subjetivo que tornam essas experiências mais profundas e que reforçam este sentimento de solidão, enfraquecendo as possibilidades coletivas de encontro e criação de laços com outras mulheres negras, negando assim a possibilidade de restituição de um lugar no mundo e um sentido a sua existência como mulher negra.

E assim, chegamos a uma cara constatação desta pesquisa: a conscientização e as formas de elaboração dessas vivências discriminatórias. Primeiro, temos aquelas que, conscientes de si e dos violentos crimes a que são expostas, buscam de forma diretiva e disciplinada uma forma alternativa de fortalecimento e enfrentamento dessas vivências, e para isso, surgem em seus relatos diversos e diferentes espaços. Um segundo grupo que, mesmo consciente das dores que esta discriminação lhes infringe, não encontra caminhos para escapar desta solidão e segue de forma impotente frente à falta de perspectiva de encontros. Isto leva a adotar uma vida de constante repressão destas violências, que

represadas produz sintomas físicos e subjetivos, que se manifestam e adoecimentos afetando não só sua saúde, mas também toda a sua vida. E por último, temos o terceiro grupo de mulheres que ainda não conseguem formar de maneira crítica uma consciência das discriminações vividas, e consequentemente, não elaboram ou buscam formas e espaço para responder a esta questão.

Por fim, temos o aquilombamento, como alternativa fundamental para aquelas que buscam, de alguma forma, encaminhar tais questões, dores e sofrimentos advindos destas vivências discriminatórias. E a partir das entrevistas realizadas, podemos destacar a dimensão reflexiva do aquilombamento, caracterizada pela identificação que permite a construção de laços afetivos e a empatia, possibilitam a troca, o compartilhamento e a formação de uma consciência crítica de si como mulher negra. Além disso, o aquilombamento também possui uma dimensão de reconhecimento, não só física, mas sobretudo das experiências e vivências de discriminação e do que significa ser uma mulher negra. É através destas trocas e dos compartilhamentos das violências racistas, machistas e classistas que nos fortalecemos e encontramos estratégias para romper com o modo de sobrevivência repressivo na qual vivemos e para nos posicionarmos frente a estas mesmas situações com diferentes modos, agora de enfrentamento. E como consequência das dimensões anteriores, temos talvez, a principal função do aquilombamento: ser um mediador de encontros afetivos, reflexivos e sociais entre mulheres negras a fim de que estas possam se afirmar e assim criar e afirmar também possibilidade de enfrentamentos individuais e sobretudo coletivos, que findem com a solidão da mulher negra e abalem de forma crucial as duras estruturas sociais da branquitude.

CONCLUSÃO

Ao iniciar o presente trabalho, esta pesquisadora tinha dentro de si a convicção de que a vida das mulheres não é fácil, e aqui podemos falar especificamente da vida das mulheres no Brasil. Sendo uma mulher brasileira, fala por experiência própria: não, não é fácil. Mas algo lhe causava incômodo: a forte impressão de que é ainda mais difícil para mulheres negras como ela, mulheres negras como eu. Com o tempo, tal incômodo se intensificava, principalmente, quando colocava sua impressão para seus pares profissionais, mulheres e homens, pois nestas situações, comumente era também inquirida sobre a intenção dessa fala, muitas vezes sendo acusada de vitimização ou de querer gerar rivalidade entre mulheres brancas e mulheres negras, afinal, éramos todas mulheres.

Mas com o avançar dos anos, à medida que se qualificava e experienciava cada vez mais o mercado de trabalho, essa impressão se tornava mais clara, pois muito lúcida de sua qualificação e capacidade técnica, não avançava profissionalmente apesar do enorme esforço que fazia para tal, diferentemente de outras mulheres, em sua maioria branca e/ou de origens não periféricas. Sim, mulheres negras como ela, mulheres negras como eu, têm uma vida muito mais difícil, sobretudo se forem periféricas e isso fica ainda mais evidente nos espaços de trabalhos.

Contudo, a credibilidade da mulher negra sempre é colocada à prova, e desta forma, foi necessário chegarmos a este texto para, não só de forma empírica, mas também teórica e atestada por pesquisa de campo, dizer: mulheres negras vivem laborativamente discriminações de gênero, raça e classe nos espaços de trabalho, e isso precariza suas vidas em todas as frentes: emocional, financeira, relacional, etc.

Ao longo desta pesquisa vimos como a construção política e social do Brasil contribuiu ativamente para que mulheres negras fossem colocadas à margem de toda a sociedade e em todos os espaços. Tal qual toda a comunidade negra, foram empurradas para a periferia, tiveram o acesso à educação, saúde, lazer e renda negados por anos e colocadas em posições de subalternização, não só em relação aos homens, mas também em relação a outras mulheres brancas. Mas estas mulheres não aceitaram estas imposições. Sua luta também existe desde o início desta nação, porém, frente à tantas barreiras, foram necessários séculos para que

pudéssemos hoje, através de políticas públicas que visam algum tipo de reparação históricos e muito esforço pessoal, serem vistas nos espaços acadêmicos, espaços estes que auxiliam sua entrada no mercado de trabalho de forma mais digna, todavia ainda longe de serem paritárias.

A mulher negra, neste país, trabalha desde o século XV, mas só recentemente tem sua inserção neste mercado de trabalho visibilizada e assim problematizada, pois ela segue vivenciando a precarização de suas funções e discriminações de gênero, raça e classe, o que descrevemos e exemplificamos aqui através da fala de diversas e diferentes mulheres. Isso nos leva a conclusão que, ainda se qualificando, ainda adentrando ao mercado de trabalho formal, a vida de mulheres negras não é facilitada, apenas mudam os desafios e as formas de enfrentamento. E com isso vemos como a saúde mental dessas mulheres é afetada, assim como sua autoestima e porque não dizer, sua renda, pois em muitas destas situações, apenas se ausentar desse espaço discriminador – por imposição direta ou indireta – é solução para interromper esta experiência tão dolorosa. Desta forma vemos a dificuldade dessas mulheres não só em estar nos espaços de trabalho, mas também de permanecer, lidar e elaborar as vivências discriminatórias que lá sofrem.

A partir dos relatos trazidos aqui, atestamos como é difícil para uma mulher negra dar conta de dores que são produzidas diariamente de diferentes maneiras e em diferentes esferas. Nenhuma das mulheres entrevistadas diz conseguir elaborar ou ressignificar prontamente tais discriminações de forma saudável e assertiva. Apesar da consciência e tentativa de algumas, as marcas deixadas nessas mulheres pelas vivências discriminatórias nos espaços de trabalho atravessam as paredes de qualquer recinto ou circunscrições geográficas e as seguem ao longo e pelo resto da vida. Será que não há uma forma de nos livrarmos dessas cicatrizes?

A hipótese levantada inicialmente foi de que o aquilombamento pudesse ser este espaço, este lugar, que pudesse ter esta função, mas primeiro foi necessário também ressignificar o aquilombamento em mim para então identificar nos relatos dessas mulheres se esta era uma alternativa para elas. E nesse processo de ressignificação, passei por vários lugares e experiências.

Inicialmente, partimos do senso comum e do termo já desgastado de aquilombamento, tão midiatizado que acabou, de certa forma, esvaziando seu

significado. Depois partindo para a literatura e para a conceituação teóricas, resgatando seu sentido original, passando pelo quilombo desde a territorialização até ao aquilombamento como forma de enfrentamento, e foi possível compreender que ainda há uma ideia de aquilombamento que talvez não tenha sido tocado pelo capitalismo, que não tenha sido monetizado, embalado e vendido como entrada a determinados espaços ditos celebrativos. Mas foi somente na vivência dessa experiência que chegamos ao que aqui definimos como aquilombamento. Não um lugar, não um local, não um evento, mas um encontro, um espaço-tempo seguro entre mulheres. E esta foi talvez a parte mais difícil, pois seria este aquilombamento apenas entre mulheres negras? Concluo que há um caminho sinalizando que não, mas que o aquilombamento proposto aqui, e experienciado nos relatos das participantes, apontam que existe a possibilidade de construção de espaços seguros entre mulheres de diferentes raças.

A nós, parece que o aquilombamento teve e tem na vida de mulheres negras um papel para a sobrevivência. E muitas vezes as experiências de discriminações de gênero, classe e principalmente de raça, só serão compreendidas integralmente por outra mulher negra, mas isso não impede que mulheres brancas possam ser empáticas e oferecer apoio, escuta, acolhimento e segurança para a exposição destas experiências. E chegar a esta conclusão foi inquietante e desafiador. Mas não podemos ignorar que dentre os relatos trazidos aqui e nas falas destas mulheres durante a entrevista sobre a proposta de um aquilombamento, o recorte de raça não foi unânime. Há mulheres que se percebem aquilombadas entre outras mulheres pela maternidade, outras pela religião, outras pelo trabalho comunitário, e nem sempre as mulheres que oferecem este espaço ou que fazem parte deste encontro são negras.

Infelizmente é imensa a escassez, não apenas de mulheres, mas de pessoas empáticas aos desafios enfrentados por mulheres negras, sobretudo entre a branquitude, e por isso, cada vez mais nos reunimos entre nós – mulheres negras – e ali encontramos esse espaço-tempo, este lugar de aquilombamento, mas frente a pesquisa apresentada, não só esta pode ser uma alternativa.

É certo que nem todas as mulheres negras, ao ouvirem falar sobre coletivos ou aquilombamentos, consideram ou identificam estes espaços como seguros, pois infelizmente suas experiências com essa representação sobre coletivos e

aquilombamentos, foram capturadas por uma outra concepção dos termos, como: espaços elitizados ou diferenciados as quais não se sentiam pertencentes, de tal forma que, mesmo apresentando uma nova conceituação para eles, ainda não há experiências que incorporem esta ideia e as façam ter uma outra percepção ou concebam a proposta trazida. Ainda assim, acredito que este trabalho se mostrou eficaz em apresentar o aquilombamento como uma alternativa de acolhimento para mulheres negras.

Em todas as entrevistas, mesmo aquelas que sinalizam não pertencerem a nenhum grupo, espaço, coletivo ou aquilombamento, afirmam serem estes espaços de vital importância para mulheres negras. Isso de alguma forma é intrigante, pois algumas nunca frequentaram espaços assim, logo, não possuem esta experiência, mas parece que a ideia de um encontro com outras mulheres em quem possam se reconhecer e com quem possam partilhar seus desafios, dores e conquistas de forma segura, compreendida e acolhida traz ânimo e a esperança de que há uma saída, de que existe sim a possibilidade de uma construção coletiva para que mulheres negras não vivam e enfrentem sozinha as discriminações que para elas estão postas.

Por fim, agora posso dizer, não só de forma empírica, mas acadêmica e cientificamente mostrar que os espaços de trabalho são hostis, discriminatórios e cerceadores de mulheres negras em diversas esferas. Que isso afeta direta e integralmente suas vidas, fazendo com que se perpetue este lugar inferiorizado ao qual a sociedade quer nos colocar. Mas posso dizer também que avançamos e seguimos avançando, individual e coletivamente, nos enfrentamentos de todas estas dificuldades: ocupando universidades, postos de trabalho, lideranças, gerando renda, conquistando autonomia e nos aquilombando.

Sabemos que é difícil e que ainda há muito para construir e alcançar, mas as mulheres expostas aqui, assim como tantas outras, conscientes de si, de todo o seu potencial e dos direitos que têm, despertam pouco a pouco para a criação de mais estratégias de sobrevivência, de modo que juntas tornemos esta sociedade cada vez mais nossa e possamos não só sobreviver, mas desfrutar digna e livremente de nossas vidas!

Chego ao fim desta dissertação, certa de que fui transformada pelos

encontros que tive ao longo de sua produção, assim como também fui instrumento de transformação. Talvez, isso seja o que de melhor esta pesquisa pode gerar: transformação de vidas. Para além de uma titulação, era o que me propunha ao iniciar essa trajetória: transformar vidas através deste texto, só não sabia que as experiências para o produzir durante sua pesquisa e escrita é que seriam, na verdade, a grande transformação.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

Almeida, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

Almeida, M. **Devir Quilomba**: Antiracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <ANEXO+I+-+Áreas+de+Planejamento.pdf (rio.rj.gov.br)>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Bento, C. **O Pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil. **Relatório População em situação de rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal (2023). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Carneiro, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Collins, P. H.; Bilge, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Costa, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV - Santa Maria**, v. 7, n. 2, p. 65-76, 2014.

David, E. **Saúde mental e racismo**: saberes e saber-fazer desnorteado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicolonial. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Davis, A. **Mulher, Raça e Classe.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Evaristo, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Palas, 2017.

Feijó, J. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**.** *In:*Fundação Getúlio Vargas. **Blog do IBRE**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acessoem: 10 set. 2023.

Gonzalez, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Kimberlé, C. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero.**Cruzamento: Raça e Gênero***,* n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível em: <https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/BR_ART_42_A_INTERDECCIONALIDADE_NA_DISCRIMINACAO_DE_RACA_E_GENERO.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Lima, N. D. F. **Preto é o lugar onde eu moro**: o racismo patriarcal brasileiro. **Revista Katálysis**, v. 25,n. 2, p. 242-251, 2022.

Michaelis, H. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021.

Moura, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

Nascimento, A. **O Quilombismo**: documentos de uma Militância Pan-Africada. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Nascimento, B. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. **Pistas do Método Cartográfico**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

Passos, R. G. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

Truth, S. E não sou uma mulher?*In:*Pinho O. **Portal Galedés**, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#:~:text=A%20escravid%C3%A3o%20nos%20Estados%20Unidos,onde%20recebeu%20alguma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20formal>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Procopio, A. P. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

Ribeiro, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Saffioti, E. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

Souza, N, S. **Tornar-se Negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Veiga, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos moradores2020-2021**, 2022.Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista

Nome:

Idade:

Bairro de residência:

Bairro onde trabalha:

Formação / Profissão:

Atuação profissional:

Renda:

Estado civil:

Filho?

Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional?

Qual o sentido do seu trabalho para você?

Já presenciou situações de discriminação ambiente e trabalho? Poderia descrever qual foi à situação? Como se sentiu frente a isso?

Já vivenciou situações de discriminação no ambiente e trabalho? Poderia descrever qual foi à situação? Como se sentiu frente a isso?

Como você faz para elaborar / dar conta dos sentimentos provenientes dessas situações?

Você faz parte de algum coletivo ou grupo comunitário, religioso, profissional ou qualquer outro que você perceba que seja baseado em valores comuns e que sejam para você um espaço de aprendizado, compartilhamento de experiências e acolhimento?

Fale um pouco sobre sua história nesse grupo/coletivo.

Fale sobre experiências marcantes nesse grupo/coletivo. Cite uma. Como se sentiu?

Qual a importância desse grupo/coletivo da sua vida?

APÊNDICE 2

Trecho de discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851.

"Não sou uma mulher?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da platéia murmura: "intelecto"). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida?

Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer."

APÊNDICE 3

Registro de consentimento livre e esclarecido – RCLE

1. Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA E PERIFÉRICA - O aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe vivenciadas nos espaços de trabalho,** que tem como pesquisador responsável a psicóloga Renata Lucia Lima de Sousa.

Esta pesquisa pretende descrever a relação de mulheres negras com o trabalho, como elas elaboram emocionalmente possíveis situações de discriminação e preconceito racial vividas nessas relações, e investigar o papel da arte e do coletivo em todo esse processo.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é entender o trabalho acadêmico de pesquisa como potência para o fomento de estudos que produzam subsídios para que profissionais possam se apropriar desta temática e enfim oferecer, com empatia, mas também com qualidade e técnica o suporte que mulheres negras precisam para darem continuidade a suas jornadas, além de oferecer dados científicos fidedignos que subsidiem políticas públicas que considerem as particularidades das vivências de mulheres negras nos espaços de trabalho.

Caso decida participar você realizará uma entrevista respondendo a algumas perguntas que objetivam conhecer suas experiências nos espaços de trabalho, bem como as possíveis vivências de discriminação de gênero, raça e/ou classe nesses espaços. A entrevista é composta por um questionário com dezessete perguntas e tem duração média de 2 horas.

Ressalto ainda que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha , localizado no Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: cep.cfch@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos de despertar em você memórias emocionalmente dolorosas das discriminações vividas ao longo de suas vidas, porém você pode desistir de participar da pesquisa, mesmo durante a entrevista. Como benefícios da pesquisa você terá a oportunidade de expressar suas experiências ao mesmo tempo em que reflete sobre elas e contribui significativamente para a produção de material científico e acadêmico que evidência as vivências de mulheres negras nos espaços de trabalho, bem como a possível geração futura de políticas públicas que considerem as descobertas feitas através desta pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para a pesquisadora Renata Lucia Lima de Souza através do telefone 21 99176-8386 ou entrando em contato pelo e-mail: psi.lucia@gmail.com.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você. Caso você aceite participar da pesquisa na qualidade de entrevistada, seu aceite não gerará para você quaisquer custos ou remunerações.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Renata Lucia Lima de Sousa.

2. Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa (título da pesquisa), e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024.

_____

Assinatura do participante da pesquisa

3. Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo **VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA, TRABALHADORA E PERIFÉRICA - O aquilombamento como espaço de ressignificação para discriminações de gênero, raça e classe vivenciadas nos espaços de trabalho**, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024

_____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável